



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGC**  
**MESTRADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURAS MIDIÁTICAS**

**LUÍS CARLOS VENCESLAU FRANCO**

**O MEDO SOCIAL E O COTIDIANO:**

Um estudo de como o Jornal *Já* aborda o medo em suas narrativas  
e quais as suas relações com o grotesco

**JOÃO PESSOA**

**2017**

**LUÍS CARLOS VENCESLAU FRANCO**

**O MEDO SOCIAL E O COTIDIANO:**

Um estudo de como o Jornal Já aborda o medo em suas narrativas  
e quais as suas relações com o grotesco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas.

**Linha de pesquisa:** Mídia, Cotidiano e Imaginário

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Raquew dos Santos Azevedo

**JOÃO PESSOA**

**2017**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F825m Franco, Luis Carlos Venceslau.

O medo social e o cotidiano: Um estudo de como o Jornal  
Já aborda o medo em suas narrativas e quais as suas  
relações com o grotesco / Luis Carlos Venceslau Franco.  
- João Pessoa, 2017.  
115 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Cultura do Medo. 2. Agendamento. 3. Análise de  
Conteúdo. I. Título

UFPB/BC

**LUÍS CARLOS VENCESLAU FRANCO**

**O MEDO SOCIAL E O COTIDIANO:**

Um estudo de como o Jornal *Já* aborda o medo em suas narrativas  
e quais as suas relações com o grotesco

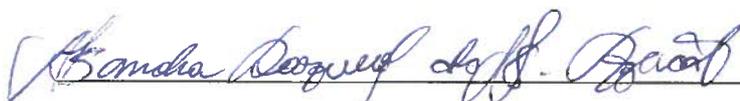
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para obtenção do grau de mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas.

**Linha de pesquisa:** Mídia, Cotidiano e Imaginário

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Raquew dos Santos Azevedo

Aprovado em:

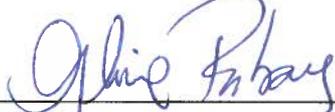
**BANCA EXAMINADORA:**



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Raquew dos Santos Azevedo – PPGC/UFPB (Orientadora)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Derval Gomes Golzio – PPGC/UFPB



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Glória de Lourdes Freire Rabay – PPGDH/UFPB

Este trabalho é dedicado àquelas pessoas que sempre estiveram por perto, oferecendo apoio, para que esta etapa fosse concluída: Neuma (minha mãe), Batista (meu pai), Marcos Paulo (meu irmão) e Vanessa (minha irmã).

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pela oportunidade de concluir esta etapa da vida acadêmica, e por todas as bênçãos depositadas em todos esses anos de trabalhos e estudos, me dando saúde e a disposição necessária para encarar os desafios.

Agradeço com a mesma intensidade à minha família: aos meus pais, Neuma e João Batista, por todo o carinho, pela atenção, e cuidado ao longo de toda a vida; aos meus irmãos Marcos Paulo e Vanessa, pela torcida e pelo apoio durante as mudanças ocorridas recentemente.

Também não posso deixar de agradecer fortemente à minha orientadora Sandra Raquew, pela paciência, pela compreensão e pela dedicação diante das dificuldades atravessadas durante a produção do trabalho, mas que foram prontamente contornadas, sempre procurando extrair o melhor de mim e do projeto.

Dirijo também minha gratidão a Kaline Maria, amiga de longa data, que sempre me encorajou a entrar no programa, emprestou livros, orientou na produção do projeto e na montagem da qualificação. Por todo o incentivo, por todo o estímulo, o meu muito obrigado.

Também não posso deixar de agradecer a todos os professores que fazem parte do programa, que passaram um pouco de seus conhecimentos em prol de nossa formação; ao professor Derval e à professora Olga, pelas contribuições durante a qualificação e por terem também aceitado participar da defesa desta dissertação; a Skarletty Fernandes e Anderson Wagner, pela parceria e companhia durante as aulas, tornando a experiência do mestrado mais agradável; ao Serviço de Informação ao Cidadão do Governo do Estado da Paraíba, por ter fornecido dados importantes para a pesquisa; a Alana Franco, por ter me presenteado com o livro que foi o ponto de partida desta pesquisa, e a todos os amigos e familiares que direta ou indiretamente foram importantes em mais esta conquista.

*A morte corre nas ruas  
Em cada esquina ela te espera  
Pode vir motorizada  
Pode atender em domicílio  
E quando o crime ocorre  
Quem vai lhe prestar o socorro?*

*É claro que é ele  
Ele chega antes mesmo da morte  
Às custas de todas as dores  
Garantindo uma boa audiência  
Então tenha cuidado  
Tenha muito cuidado*

*A moto preta vai te pegar  
A nova johnny vai te assaltar*

*(“Boy Doido”, Nardonis)*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como cerne principal o estudo das narrativas do jornal *Já* em relação a uma exterioridade marcada pela cada vez mais forte *Cultura do Medo* em todo o conjunto da sociedade, no nosso caso mais especificamente no contexto de João Pessoa e da Paraíba. Esta cultura, que coloca populações inteiras em estado de precaução e desconfiança permanente, tem mudado comportamentos, alterado sociabilidades e a forma como a cidade se vê. Mas independente do grau de influência dessa cultura sobre os meios, e dos meios sobre as audiências, iremos nos limitar em observar como as narrativas de um jornal, que lida estreitamente com a pauta da violência, se relaciona com componentes que dizem respeito ao medo social cada vez mais ligado ao impacto da criminalidade. A atenção às narrativas se constitui em uma das etapas da pesquisa, que se debruçou sobre três acontecimentos noticiados pelo *Já* entre maio e outubro do ano de 2015. A primeira delas, e a que teve maior repercussão, ficou conhecida como “Barbárie dos Bancários”, crime que redundou em um seqüestro de duas mulheres e um bebê e posteriormente na morte de uma das mulheres. O outro caso diz respeito ao assassinato de um garoto na cidade de Sumé, no interior do estado, em um ritual de “magia negra” que teve a participação da própria mãe. O terceiro caso, relatado em duas oportunidades, diz respeito a uma queima de ônibus e ao caos instaurado por bandidos na cidade de Campina Grande, cuja liderança e idealização das ações partiu de líderes de facções presos em presídios da cidade. Para a análise de todos os casos, levaremos em conta abordagens a respeito do desvio, do tratamento espetacularizado e da ênfase do caráter grotesco. A outra etapa da pesquisa, que envolveu uma abordagem quantitativa (desde o levantamento até a quantificação de dados foi focada nas frequências de agendamento das ocorrências, dos tipos de crimes mais registrados, das cidades mais citadas, nos dias, semanas e meses com maiores veiculações de notícias relacionadas à violência, e especificamente no contexto de João Pessoa, observou-se o número e o tipo de ocorrências por bairro e por zona. Para isso, lançamos mão de uma ferramenta, o programa de computador SPSS, que permite a decodificação de cada unidade de análise (notícias) em diversas variáveis e que, num momento posterior, permite a criação de gráficos e tabelas onde os dados podem ser cruzados. Assim, pudemos, de forma mais criteriosa, chegar a uma cartografia do jornal, no que tange a notícias de violência, e assim observar suas tendências de agendamento naquele período.

**Palavras-chave:** Cultura do Medo, Agendamento, Análise de Conteúdo.

## ABSTRACT

This research had as its main focus the study of the narratives of the newspaper *Já* in relation to an externality marked by the growing Culture of Fear in the whole of society, in our case more specifically in the context of João Pessoa and Paraíba. This culture, which places entire populations in a state of precaution and permanent mistrust, has changed behaviors, changed sociabilities and the way the city sees itself. But regardless of the degree of influence of this culture on the media, and the media on the audience, we will limit ourselves to observing how the narratives of a newspaper, which deals closely with the pattern of violence, relate to components that concern social fear increasingly linked to the impact of crime. The attention to the narratives constitutes one of the stages of the research, which dealt with three events reported by *Já* between May and October of 2015. The first one, and the one that had the greatest repercussion, was known as "Barbárie dos Bancários", a crime that resulted in a kidnapping of two women and a baby and later in the death of one of the women. The other case concerns the murder of a boy in the town of Sumé, in the interior of the state, in a ritual of "black magic" that had the participation of his own mother. The third case, reported on two occasions, concerns a bus burning and chaos set up by bandits in the city of Campina Grande, whose leadership and idealization of the actions came from leaders of factions imprisoned in the city's prisons. For the analysis of all the cases, we will take into account approaches regarding deviation, the spectacular treatment and the emphasis of the grotesque character. The other stage of the survey, which involved a quantitative approach (from the survey to the quantification of data), focused on the scheduling frequencies of the occurrences, the types of crimes most recorded, the most cited cities, the days, weeks and months with the highest placements The number and type of occurrences per neighborhood and zone. We have used a tool, the SPSS computer program, which allows the decoding of each unit of analysis (news) in several variables and, at a later time, allows the creation of graphs and tables where the data can be crossed. Thus, we could, in a more detailed way, arrive at a cartography of the newspaper, in what concerns to news of violence, and thus to observe their tendencies of scheduling in that period.

Keywords: Culture of Fear, Agenda-setting, Content Analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplos de Capa do jornal <i>Já</i> .....	51
Figura 2 – Exemplos de Capa do jornal <i>Já</i> .....	51
Figura 3 – Reproduções das páginas internas do <i>Já</i> .....	52
Figura 4 – Reproduções das páginas internas do <i>Já</i> .....	52

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Levantamento por mês.....	67
Gráfico 02 – Levantamento por semana.....	68
Gráfico 03 – Levantamento por dia.....	69
Gráfico 04 – Levantamento por página .....	70
Gráfico 05 – Levantamento por tipo de ocorrência.....	72
Gráfico 06 – Levantamento por cidade.....	73
Gráfico 07 – Relação entre números oficiais de homicídios, noticiados e população de cada zona da cidade.....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Chamadas de capa e títulos das notícias dos acontecimentos analisados.....	61
Tabela 02 – Números/meses.....	67
Tabela 03 – Números/semanas.....	68
Tabela 04 – Números/dias.....	69
Tabela 05 – Números/páginas.....	69
Tabela 06 – Tipo de ocorrência.....	71
Tabela 07 – Número/cidade.....	73
Tabela 08 – Ocorrências de crimes de Maio a Outubro/2015 no jornal <i>Já</i> registradas em João Pessoa.....	74
Tabela 09 – Frequência de notícias por bairros de João Pessoa entre maio e outubro de 2015.....	75
Tabela 10 – Os crimes mais noticiados e os bairros que mais apresentaram ocorrências.....	76
Tabela 11 – Ocorrências agrupadas por zonas da cidade de João Pessoa.....	77
Tabela 12 – Distribuição da população, bairros e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000.....	77
Tabela 13 – Comparativo entre registros oficiais de homicídios e notícias sobre homicídios no <i>Já</i> entre maio – outubro de 2015.....	79
Tabela 14 – Ocorrências por Zona – Homicídios – Maio – Outubro – 2015.....	81

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. JORNALISMO, COTIDIANO E MEDO: RELAÇÕES CONCEITUAIS .....</b>	<b>19</b>
1.1. O grotesco e a <i>espetacularização</i> : estratégias de tradução da violência.....	25
1.2. Violência e crime no espaço do jornal.....	27
1.3. Breve história do sensacionalismo na imprensa.....	29
1.4. Sensacionalismo: conceitos e preconceitos.....	31
1.5. Aspectos gráficos do sensacionalismo.....	33
1.6. Agendamento midiático, enquadramento e contexto social.....	35
1.7. Critérios de noticiabilidade e valores-notícia.....	38
<b>2. ANÁLISE DE CONTEUDO NO INTERIOR DAS PRÁTICAS JORNALISTICAS.....</b>	<b>49</b>
2.1. Conhecendo o objeto: o Jornal <i>Já</i> .....	49
2.2. Análise de conteúdo: histórico e conceitos.....	54
2.3. Etapas da Análise de Conteúdo.....	59
2.4. Unidades de registro e de contexto.....	61
2.5. Categorização.....	65
<b>3. JORNAL JÁ: OS CRIMES NO COTIDIANO.....</b>	<b>67</b>
3.1. Cartografia das notícias no Jornal <i>Já</i> – Maio a Outubro de 2015.....	67
3.2. Representação e agendamento dos bairros de João Pessoa: incidências.....	73
3.3. Registros oficiais de homicídios e ocorrências no <i>Já</i> : um comparativo.....	78
<b>4. INTERFACES DA CULTURA DO MEDO E DO GROTESCO NO JÁ.....</b>	<b>83</b>
4.1. “Barbárie dos Bancários”.....	83
4.2. “Ritual Magia Negra em Sumé”: o grotesco como estereótipo.....	88
4.3. “Terror em Campina”: pânico e ruptura no cotidiano.....	94
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>99</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>

<b>APÊNDICE – FORMULÁRIO DE ANÁLISE.....</b>	<b>110</b>
<b>APENDICE II – DEFINIÇÃO DOS TIPOS DE OCORRÊNCIAS QUE COMPÕEM O FORMULÁRIO DE ANÁLISE CONFORME O CÓDIGO PENAL (EXCETO QUANDO ASSINALADO).....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO – CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA POR BAIROS EM 2015.....</b>	<b>115</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teve como objetivo observar e entender como a cultura do medo se manifesta nas narrativas de um jornal popular, no nosso caso, o jornal paraibano *Já*. Como se trata de um jornal que tem como mote principal casos de violência na cidade e em todo estado da Paraíba, alargamos nosso foco para a observação do grotesco na forma como o jornal escolhido relata seus casos.

Nesse sentido, procuramos também analisar a constituição do imaginário sobre os sujeitos protagonistas dos crimes bem como estabelecer uma cartografia de agendamento das notícias focada nas tipologias dos crimes, buscando entendê-los a partir das localidades e da periodicidade, ao longo dos dias e das semanas, durante os seis meses que compreendem a pesquisa.

O medo social e a cultura do medo já vem sendo estudados há algumas décadas em diferentes partes do mundo, e no Brasil inclusive. Tais estudos fazem parte do universo teórico da Sociologia das Emoções, uma área que posicionou as emoções como uma categoria capaz de permitir a compreensão de um determinado recorte social no tempo, e o medo faz parte desse universo que tem ocupado diversos teóricos como Barry Glassner (2010), Zygmunt Bauman (2006, 2007, 2008), Luzia Fátima Baierl (2004), e Mauro Koury (2004, 2011), na Paraíba.

Apesar de todo o avanço tecnológico, das facilidades comunicacionais, do desenvolvimento da medicina e dos transportes, o século XXI ainda experimenta sob diferentes formas o fenômeno da violência. Seja na Síria, no Oriente Médio, o terrorismo que faz vítimas na Europa e nos Estados Unidos, até a violência de fundo social na América Latina, em diversos lugares do mundo, populações inteiras tem que lidar cotidianamente com explosões de violência que acabam alterando não só a forma física das cidades, mas também as mentalidades e a maneira pela qual uma sociedade se enxerga e se estrutura.

É nesse contexto que a Cultura do Medo se observa. No Brasil, e em especial em cidades do Nordeste, esta cultura tem como grande fundamento a violência endêmica que emerge de áreas mais fragilizadas socialmente. Todos os dias, em diversos jornais e telejornais da mídia tradicional, casos e mais casos são relatados, numa torrente ininterrupta que parece naturalizar-se a cada dia. É através da arena da comunicação, da esfera do jornalismo, que nos damos conta do estado de coisas em que estamos e do

imenso desafio que a violência e a sua redução se tornaram para os governos e as esferas institucionais.

Nesse sentido, a discussão sobre a Cultura do Medo pelo viés midiático pode se configurar em um caminho para a compreensão do momento sócio-histórico que vivenciamos, onde a violência persiste como um traço característico em um ambiente de profundas desigualdades. Considerando a forma como ela é tratada, e a ênfase dada ao grotesco, tornam-se evidentes tanto aspectos relevantes dentro da apuração e do enquadramento, como na maneira de construir o cotidiano através das narrativas.

Como aporte teórico a estas áreas do conhecimento, utilizamos contribuições teóricas de Muniz Sodré (1972, 2002), em relação ao grotesco, e Wellington Pereira (2007), na abordagem sobre mídia e cotidiano. No entendimento sobre a sociologia da mídia recorreremos à textos de John B. Thompson (1999) e Stuart Hall (1994), e no âmbito do jornalismo autores como Mauro Wolf (2003), Nelson Traquina (1999) e Felipe Pena (2013) serviram como apoio quando tratamos do jornalismo, propriamente dito. No tocante às relações entre jornalismo e sensacionalismo, utilizamos em nossas discussões textos de Antônio Serra (1979), Danilo Angrimani (1995) e Rosa Nívea Pedroso (2001).

Falando sobre a mídia impressa, a Paraíba vive um momento em que os jornais impressos se tornam cada vez mais raros. Excluindo o jornal estatal, apenas um dos três grandes sistemas de comunicação do estado – o Sistema Correio de Comunicação – se mantém publicando dois jornais impressos, e um deles foi o escolhido como o nosso objeto de estudo: o jornal *Já*.

O *Já* foi lançado em 2009 e ainda hoje é o único jornal do estado com um perfil popular, com seu noticiário focado no *fait divers* (em especial casos de violência), como também em notícias de celebridades, esportes, sem deixar de lado a exposição sexualizada de mulheres, a exemplos de outros jornais populares do país. Com seu formato tablóide, o *Já* é um jornal voltado aos setores mais populares, que investe em uma linguagem direta e muitas vezes coloquial, e busca se afinar mais fortemente ao senso comum e à realidade dos bairros que compõem as áreas periféricas da cidade.

Levando em conta o atual contexto de violência vivido pela cidade de João Pessoa e da Paraíba, com índices crescentes a cada ano, e o caráter do *Já*, que, enquanto jornal popular, lida diariamente com a violência em diferentes matizes, abarcando acontecimentos na capital e em todo estado, foi delimitado um período que

compreendeu seis meses de circulação do jornal para o nosso estudo, e dentro desse período, três casos onde foram observados relações com componentes da cultura do medo e da noção de grotesco.

A priori, fez-se necessário apresentar alguns dos conceitos que nos auxiliariam na compreensão tanto da área que estamos adentrando, como dos conceitos que estamos utilizando. É disso que tratamos no primeiro capítulo. Nele resgatamos o conceito de medo social, cultura e indústria do medo, grotesco e espetacularização. Além da base oriunda da sociologia das mídias, trouxemos também conceitos que dizem respeito ao jornalismo popular, como sensacionalismo, e outros aspectos que se referem ao jornalismo, como agendamento midiático e critérios de noticiabilidade, que também fundamentaram construção deste estudo.

Já no segundo capítulo nos dedicamos mais diretamente a tratar do nosso objeto de estudo, o Jornal *Já*, apresentando seu histórico e suas principais características. Além disso, abordamos também nosso instrumento de estudo, o método pelo qual nosso objeto seria analisado, que foi a Análise de Conteúdo. Neste capítulo tratamos de demonstrar um pouco das principais características desta metodologia, bem como seu histórico e a forma como ela se estrutura.

O terceiro capítulo traz aquele que foi parte dos nossos objetivos iniciais, que foi a realização de uma cartografia dos crimes no *Já* durante os seis meses escolhidos como recorte. Através do SPSS, uma ferramenta digital muito utilizada em análises de frequência, conseguimos traçar um panorama dos crimes mais recorrentes nesse período, dos dias e semanas que mais trazem casos de violência, dos bairros de João Pessoa que mais aparecem, e das cidades que são mais cobertas pelo jornal, o que nos permite compreender as dinâmicas do agendamento de um jornal popular que tem a violência como um dos seus pilares.

No quarto capítulo trazemos a análise de três acontecimentos jornalísticos que tiveram grande repercussão durante o ano de 2015. Esta análise, mais qualitativa, teve como referência componentes da Cultura do Medo e do Grotesco, e como suas narrativas se relacionam com esses conceitos em suas coberturas. Os três acontecimentos foram escolhidos conforme o impacto social, que termina por se originar de uma grande quebra da ordem, e também de acordo com os lugares em que ocorreram, numa tentativa de abranger outras localidades do estado para além da capital, onde o jornal *Já* também circula.

Assim, escolhemos a “Barbárie dos Bancários” (crime que envolveu seqüestro, estupro e morte, obtendo grande repercussão na capital João Pessoa, e que atraiu os olhos da mídia, das autoridades e da população para a insegurança o bairro dos Bancários), o “Terror em Campina Grande” (quando bandidos ordenaram queimas de ônibus pela cidade em dois momentos distintos, gerando na população um pânico sem precedentes) e o “Ritual de Magia Negra de Sumé” (o assassinato de um menino que teve a participação da própria mãe, e em circunstâncias estranhas, provocando choque na população).

Levando em consideração o contexto sócio-histórico que experimentamos no cotidiano tanto de grandes como de pequenas cidades de um estado como o da Paraíba, um jornal como o *Já* se torna um meio pelo qual podemos compreender não apenas o caráter do próprio jornal ou a realidade de um jornal popular numa capital do Nordeste, mas principalmente como um veículo desta natureza se relaciona e traduz uma cultura que parece a cada dia se fortalecer e definir a realidade atual.

Por fim, as considerações finais trazem um apanhado das principais observações obtidas ao fim das análises das narrativas e das recorrências em nossa cartografia, e visa assim, dar uma contribuição a respeito do entendimento do caráter do jornalismo e do jornalismo popular hoje, na figura do Jornal *Já*, tendo em vista a forma com que ele lida com o grotesco, em suas linguagens, e em meio a um mundo cada vez mais marcado pelo medo e pela cultura que dele deriva.

## 1. JORNALISMO, COTIDIANO E MEDO: RELAÇÕES CONCEITUAIS

Para Márcia Benetti (2007, p. 04), o conceito de jornalismo passa pela noção de ele pode ser entendido como um conhecimento que age na produção de sentidos gerados por outros atores. Ela continua dizendo que o jornalismo consiste também em um lugar por onde esses sentidos circulam. A presente pesquisa problematizou as falas sobre o medo, as narrativas que contemplam a cultura do medo, dentro do contexto de um jornal impresso, o jornal *Já*. Acerca dos meios de comunicação, Thompson, em *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, os descreve como sendo

uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social, e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si”. (THOMPSON, 1999, p. 19).

Em se tratando especificamente do aspecto simbólico, todo esse aumento nas taxas de criminalidade nas cidades brasileiras, principalmente dos homicídios, provoca impactos profundos nas percepções do mundo social e no sentimento de insegurança da população. Atualmente, a lógica da busca de segurança tem permeado todo o tecido social das grandes e médias cidades do mundo. Segundo Bauman “a experiência pungente e incurável da insegurança é um efeito colateral da convicção de que, dadas as habilidades certas e o esforço adequado, a segurança total pode ser alcançada” (2007, p.63). Ainda de acordo com o referido autor, paradoxalmente as cidades, que a princípio foram construídas para dar segurança a todos os seus habitantes, hoje estão cada vez mais associadas ao perigo:

O fator medo [implícito na construção e reconstrução das cidades] aumentou, como demonstram o incremento de mecanismos de tranca para automóveis; portas blindadas e os sistemas de segurança; a popularidade das *gated and secure communities* para pessoas de todas as idades e faixas de renda; e a vigilância crescente dos locais públicos, para não falar dos contínuos alertas de perigo por parte dos meios de comunicação de massa”. (BAUMAN, 2008, p. 40)

Na obra “Europa: uma aventura inacabada”, Bauman (2006) traz uma citação contundente de Robert Castel (2005 apud Bauman 2006, p.96), que reproduzimos logo abaixo:

Nós, - ao menos nos países desenvolvidos - vivemos sem dúvida nas sociedades mais seguras que já existiram. E, no entanto, contrariando as “evidências objetivas” somos nós, bajulados e mimados, entre todos os povos, que nos sentimos mais ameaçados, inseguros e aterrorizados, mais inclinados ao pânico e mais apaixonados por tudo que se relacione com segurança e proteção do que todas as pessoas da maioria das outras sociedades que se tem registro.

Ainda de acordo com Bauman, “podemos afirmar que a variedade moderna de insegurança é caracterizada distintivamente pelo medo da maleficência e dos malfetores humanos.” (p. 63. 2007). Este mesmo medo pode vir a se expressar das formas mais distintas. Baiarl explica que o medo puramente individual “é uma emoção de choque frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação”. (2004, p.40) Já o *medo social*, de acordo com a mesma autora,

é um medo construído socialmente, com o fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, e tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Medo produzido e constituído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos de pessoas, com vistas a atingir determinados objetivos e subjugar, dominar e controlar o outro, e grupos através da coerção. Esse medo leva determinadas coletividades territorializadas em determinados espaços a temer tal ameaça vinda desses grupos (BAIERL, 2004, p.48)

Nesse contexto, dois conceitos emergem em meio a essa busca pela segurança num ambiente em que a confiança está em cheque e a criminalidade crescente causa paralisia: *cultura do medo e indústria do medo*. Pastana (2003) articula o conceito de medo social ao de cultura do medo ao explicar que

a cultura do medo mostra-se para esta pesquisa como o retrato de uma forma de dominação política que se concretiza na medida em que o medo social ligado ao crime é colocado como problema social emergente. A insegurança cultivada no âmbito da sociedade afasta o olhar da multidão para seus reais problemas. Por outro lado, ainda que a segurança seja um problema, algumas propostas políticas apresentadas estão longe da solução, apenas alimentam ainda mais o pânico. Essa é a lógica de se produzir um mecanismo que desvie a atenção do cidadão indefinidamente, ou seja, sempre afirmar o problema e nunca resolvê-lo. (*ibidem* p. 17)

Para Mauro Koury, “a cultura do medo constrói, assim, uma barreira invisível

que separa as pessoas e as isolam e as fazem temer tudo e todos e nunca confiarem no outro.” (2004, p. 05).

Esta mesma cultura “faz as famílias dos jovens desconfiarem de todos os colegas dos seus filhos, mesmo os de famílias há muito conhecidas” (KOURY, 2011, p. 477). Seguindo o mesmo raciocínio, Campos acredita que “os habitantes e moradores das cidades contemporâneas, e entre elas João Pessoa, vivenciaram e vivenciam seu cotidiano cada vez mais se pautando em uma cultura do medo” (2014, p.13)

Este estado de coisas, esta cultura do medo, acaba desembocando na *indústria do medo*. Esta “‘indústria do medo’ diz respeito aos gastos e investimentos em segurança privada. Segundo dados do PNUD, só no ano de 2002 os gastos com segurança privada no Brasil somaram, aproximadamente, R\$ 70 bilhões, montante equivalente ao consumo de 10% do PIB Brasileiro” (*ibidem*, p. 03)

Ele diz ainda que esta indústria consome recursos estratosféricos em manutenção e atualização de um quadro social de receios e medos dos cidadãos das diversas camadas sociais.

Cultura que, ao mesmo tempo, amplia a margem de negócios com artigos de segurança privada e pública e reforça os laços da indústria do medo com a produção do próprio medo e seus correlatos com a corrupção, o desvio de verbas destinadas a políticas públicas e sociais, o envolvimento de setores do estado de políticos e de policiais com cartéis de droga, e com os desmandos do poder em todas as instâncias do social. (KOURY, 2004, p.4)

De acordo com Pastana, “o que se observa hoje é uma verdadeira cultura do medo, onde a busca pela proteção contra o crime torna-se, ao mesmo tempo, obsessão e produto” (2005, p. 190). Bauman ratifica essa posição quando explica que “não admira que o medo venda, e venda bem” e continua, dizendo que “no medo, a indústria de consumo encontrou uma mina de ouro sem fim e auto-renovável que há muito procurava. Para a indústria de consumo, o medo é, plena e verdadeiramente, um ‘recurso renovável’. O medo se tornou o *moto perpétuo* do mercado de consumo – e portanto da economia atual” (2006, p. 96).

Pereira (2007), relacionando a questão de um suposto consumo do medo e sua transformação em produto vendável, explica que:

O medo é vendido através da sofisticação tecnológica, o que exige do seu mercado consumidor a constante agregação de acessórios ao *modus vivendi* (muros altos com cercas elétricas, cães de guarda, humanos ou não, sistema panóptico). Deste modo, a leitura dos jornais, os olhares sobre as reportagens televisuais, a escuta do noticiário radiofônico podem comprovar que o difícil é viver a vida cotidiana. (p. 68)

O autor lembra ainda que a lógica por trás das coberturas jornalísticas é a da *disjunção*, ou seja, o cotidiano é sempre mostrado como algo incompleto, com lacunas problemáticas, e a fim de garantir a “visibilidade dos desencaixes sociais, as mídias, especificamente os jornais impressos, vão utilizar o substantivo feminino *violência* como o conceito geral capaz de reunir todas as anomalias sociais.” (PEREIRA, 2007, p. 69)

Além de Pereira, Eckert vai na mesma direção ao corroborar essa posição no sentido de que

as notícias restritas às características de criminalidade certamente não cobrem toda a complexidade da problemática da violência urbana no mundo contemporâneo, onde devemos considerar uma gama ampla de aspectos impactantes à qualidade de vida: problemas historicamente mais recentes ou mais antigos, como a poluição do ecossistema, o desemprego, a miséria, a corrupção, as disputas por poder doméstico e/ou público (violência doméstica, rivalidade entre gangues, disputas por honra familiar, etc) que geram violência e vítimas fatais. (1997, p. 02)

Wainberg lembra que, no dia a dia, predomina, “em especial na TV (mas também na cinematografia e no jornalismo sensacionalista), essa mesma lógica de dar destaque, tanto em sua programação de entretenimento como jornalística, ora ao trágico ora ao ato violento” (2010, p. 142).

Como trataremos melhor mais adiante, observa-se que jornal *Já* é um veículo que se insere totalmente nessa lógica, dando ênfase à violência, e tendo na criminalidade um dos seus pilares. Assim, sendo a violência uma grande fonte do medo na contemporaneidade, o *Já* com suas narrativas emerge como construto passível de análise da Cultura do Medo em nosso contexto sócio-histórico.

Segundo Pastana, esta reiterada valorização da criminalidade determina mudanças no comportamento e nos hábitos sociais, uma vez que

no caso específico da violência criminal o processo de produção da

informação, por um lado, não reflete a realidade e a intensidade dos eventos que deveria recobrir; por outro, adequa-se à concepção dominante de violência e de sujeitos violentos que a sociedade hegemonicamente retém em seu imaginário. (2005, p. 189)

A autora lembra ainda um recente estudo realizado pela ILANUD (apud KAHN, 1998), que compara a forma como o crime é representado na imprensa com os dados coletados pelos órgãos oficiais. “Seus resultados revelaram a magnitude e o sentido de algumas distorções, que terminam por influenciar a imagem da sociedade sobre a criminalidade.” (2005, p. 189). Amaral (2010), retomando uma citação de Gilbert Durand (2004), vai na mesma direção ao apontar a “importância da mídia na formação do imaginário” e como ela “é onipresente em nossas vidas, ‘do berço ao túmulo’, influenciando em nossas escolhas e costumes” (p.38).

Seguindo na mesma discussão, Amaral (apud Glassner, 2010) resgata um pouco da experiência do autor americano Barry Glassner em sua pesquisa sobre a cultura do medo e os impactos na audiência nos Estados Unidos:

Barry Glassner, em sua análise sobre a cultura do medo, observa a influência da mídia na formação desse imaginário. Analisando a cobertura de notícias sobre crimes na sociedade norte-americana, Glassner percebe que, apesar de os índices de criminalidade terem caído por anos seguidos, “62% dos americanos se descrevem como ‘verdadeiramente desesperados’ em relação à criminalidade” (2003, p. 19). Apesar de não culpabilizar a mídia pelo estabelecimento desse sentimento, o autor não deixa de observar sua importância, recuperando as ideias de George Gerbner sobre a ‘síndrome do mundo vil’: ‘Veja uma quantidade suficiente de brutalidade na TV e você começará a acreditar que está vivendo em um mundo cruel e sombrio, em que você se sente vulnerável e inseguro.’” (2010, p.38)

A autora lembra ainda um estudo que relaciona mídia e violência no Rio de Janeiro, realizado por Coelho (2004) e que analisa os efeitos dessa violência exposta pela mídia nos cidadãos. Nesta pesquisa, a autora chega à conclusão de que os discursos veiculados na mídia constroem um imaginário que pode produzir práticas sociais que apresentam uma visão do outro “como símbolo de uma diferença que se quer eliminar em prol de uma visão da ordem” (p. 79).

Em um estudo realizado por Ricardo Campos, falando em relação ao município de João Pessoa, a propagação dessa cultura do medo não pode ser desvinculada da cultura da violência atual e do imaginário do medo que os meios de comunicação

veiculam insistentemente, das páginas dos impressos aos programas televisivos e radiofônicos.

Os eventos de violência, sobretudo de violência física, são ampliados pelo discurso da mídia nacional e local, que diariamente noticiam em suas matérias um aumento alarmante de seus índices, denunciam o estado de insegurança e o crescimento do poder paralelo da criminalidade. (2014, p. 137)

Enquanto se vende uma imagem de cidade turística, com todos os atrativos que uma faixa litorânea urbana pode oferecer, os cidadãos que habitam a realidade cotidiana da João Pessoa vivenciam um estado de alerta constante, uma “cultura do medo, da insegurança, e da violência crescentes, (...) influenciados, seja pelos fatos empíricos de crescimento da violência, assaltos e homicídios; ou pela mídia que divulga esses acontecimentos de maneira diária e espetacular.” (CAMPOS, 2014, p. 210)

Ele explica ainda que

os bairros populares ou os “aglomerados subnormais” passam a ser alvo de representações estigmatizantes, como lugares perigosos, violentos, insalubres. Tais representações são ampliadas pela mídia que em seus telejornais e outras matérias dão preferência a imagens que os associam aos estigmas a exemplo de presídios, fugas de prisioneiros, tráfico de drogas e violências de toda ordem, além da exposição da miséria e carências socioeconômicas, que alimentam o imaginário e a cultura do medo. (2014, p. 220)

Não por acaso, em uma pesquisa realizada em João Pessoa no ano de 2008 pelo GREM (Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da UFPB), detectou-se que entre 500 respondentes, 48,6% destes indicaram a violência como o seu principal medo. “Os principais motivos que os levou indicarem a violência como seu principal medo diz respeito a motivos relacionados à ampliação de seqüestros, assaltos à mão armada, seguidos ou não de morte, furtos, insegurança no ir e vir para casa” (KOURY, 2008, p. 124). O autor diz ainda que

o medo da violência, deste modo, é um medo imaginário, seguido e incorporado pelas informações cotidianas, nas relações sociais diretas ou indiretas do dia a dia, como também pela mídia: jornais, revistas, rádio, televisão, que exploram a temática de forma constante e intensa. (*ibidem*, p. 146)

Essa característica, da intensidade aliada à constância da tiragem diária, numa

profunda reiteração de casos de violência em todo estado, também está presente no cerne do objeto nosso de pesquisa, o jornal *Já*, o que mais uma vez ressalta sua importância na compreensão do fenômeno do medo dentro da dimensão jornalística.

### **1.1 O grotesco e a espetacularização: estratégias de tradução da violência**

Em seu esforço em atingir um público cada vez mais amplo, alguns veículos jornalísticos tendem a lançar mão de dois artifícios: o *grotesco* e a *espetacularização*. No momento em que uma publicação abraça e explora o grotesco contido na ação de criminosos, ele está reafirmando e procurando dentro de cada telespectador o “fascínio pelo extraordinário, pela aberração” (SODRÉ, 1972, p.38). E é lá neste “mundo distanciado” (p.39), marcado pelo crime e pela violência, onde habita “o miserável, o estropiado” (p.39), que são “grotescos em face da sofisticação da sociedade de consumo, especialmente quando são apresentados como espetáculo” (p. 39).

De acordo com Sodré, a definição de *grotesco* vem obtendo significados variados com o passar dos séculos.

De um substantivo com uso restrito à avaliação estética de obras de arte, torna-se adjetivo a serviço do gosto generalizado, capaz de qualificar – a partir da tensão entre o centro e a margem ou a partir de um equilíbrio precário das formas – figuras da vida social como discursos, roupas e comportamentos. (2002, p.30)

Finalmente, ele explica que

em fins do século dezessete, o dicionário de Richelet registra o adjetivo “grotesco”, definindo-o como “aquilo que tem algo de agradavelmente ridículo” (...) Na mesma época, o dicionário da Academia Francesa explica o grotesco como o que é ridículo, bizarro, extravagante” (2002, p.30)

Este grotesco é tornado público, em via de regra, através de estratégias de entretenimento, e para tanto, ele vem embalado sob uma aura do *espetáculo*. Para Felipe Pena “a *espetacularização* da vida toma o lugar das tradicionais formas de entretenimento. Cada acontecimento em torno de um indivíduo é superdimensionado, transformado em capítulo e consumido como um filme” (2014, p.88).

A idéia de Guy Debord se aproxima da metáfora imagética de Pena quando diz que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas,

mediatizada por imagens” (1967, p.14). Ele diz ainda que “o espetáculo é o mau sonho da sociedade moderna acorrentada, que ao cabo não exprime senão o seu desejo de dormir. O espetáculo é o guardião deste sono”. (1967, p.20). Este sono, citado por Debord, pode ser compreendido inclusive como a pretensa distância entre o que é exposto em determinadas publicações e o nosso cotidiano tido como tranquilo. Nesse espaço imaginado é onde habita o medo que acaba se expressando de diferentes formas.

A dimensão onde esse medo ganha a sua materialidade está na noção de *crime*, um conceito tão caro ao jornalismo desde o seu início e que ainda hoje permanece como um dos seus grandes pilares de interesse, chegando até a integrar cadernos próprios em jornais. Quanto ao conceito de crime, a Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro (Decreto – lei nº 3.914/41)<sup>1</sup> dispõe que:

Considera-se **crime** a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Sob o aspecto material, Fragoso que ensina que:

É o **crime** um “desvalor da **vida social**, ou seja, uma ação ou omissão que se proíbe e se procura evitar, ameaçando-a com pena, porque constitui ofensa (dano ou perigo) a um valor da vida social. (2004, 175)

Este dano se daria através de um outro conceito cada vez mais corriqueiro no ambiente social das grandes e médias cidades do mundo todo: a *violência*. De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, violência se define como o

uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (KRUG et al., 2002, p. 5).

Mas a própria ideia de violência é bastante ampla, se manifesta de variadas formas e pode ter variados usos. Segundo Soares, a palavra *violência*

---

<sup>1</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm) , acesso em setembro de 2015

pode designar uma agressão física, um insulto, um gesto que humilha, um olhar que desrespeita, um assassinato cometido com as próprias mãos, uma forma hostil de contar uma história desprezível, a indiferença ante o sofrimento alheio, a negligência com os idosos, a decisão política que produz consequências sociais nefastas (...) e a própria natureza, quando transborda seus limites normais e provoca catástrofes. (2005, p.245)

Dentre os inúmeros tipos de violência (violência psicológica, estrutural, institucional, etc) a que interessa a este estudo é especificamente aquela que mais gera conteúdo na mídia, a que mais preocupa a todos e que é um dos pilares do nosso objeto de pesquisa, o jornal *Já*: a violência criminal. Por fim, acoplando as duas idéias, violência e crime, Minayo chega ao conceito de *violência criminal*.

A violência criminal é praticada por meio de agressão grave às pessoas, por atentado à sua vida e aos seus bens e constitui objeto de prevenção e repressão por parte das forças de segurança pública: polícia, ministério público e poder judiciário. Dentre os problemas criminais gravíssimos, hoje, no Brasil, temos as gangues e as redes de exploração sexual que atuam, sobretudo, vitimando crianças e adolescentes e se espalham por todo o país; o tráfico de seres humanos; a exploração do trabalho escravo, a exploração do trabalho infantil e juvenil; o tráfico de drogas; o tráfico de armas. (2005, p.31)

É justamente sobre estes problemas criminais que o *Já*, ao lado de outros produtos jornalísticos da cidade e do estado, tem lançado mão de forma contínua desde o seu lançamento, fazendo da esfera criminal não só uma dimensão do campo informacional, mas lhe dando uma evidência inédita dentro do corpo social, própria de um contexto marcado pelo medo.

## **1.2. Violência e crime no espaço do jornal**

Espaço consagrado em quase toda a imprensa, a seção “policial” figura como uma parte importante na representação do cotidiano pelos jornais, em especial dos *jornais populares*, categoria que trataremos melhor mais adiante.

Representar o cotidiano de uma cidade é uma tarefa altamente complexa, isto devido a série de nuances e possibilidades simultâneas que este possui, ainda se consideramos o espaço de uma cidade de médio a grande porte. Assim, ao se utilizar o rótulo “policial”, o jornal recorre a ideais unificadores, a símbolos abrangentes capazes de serem reconhecidos, nos quais é possível estabelecer alguma coesão com uma grande

e variada audiência. Um exemplo de um desses símbolos reside na questão da *moralidade*, observada na contraposição entre *desvio* e *normalidade*.

Ora, ao situar as manifestações daqueles setores (marginais, ladrões, assassinos, traficantes, desonestos, homossexuais, prostitutas, menores delinquentes, em grupo, organizados ou individualmente) em seção especial, e ao designá-la como “policial” ou “criminal”, é ao mesmo tempo como desviantes sociais e como ilegais que o espaço do jornal os representa. Unificando-os preferencialmente sob o tópico “policial”, indica-nos a instância policial como mediadora por excelência da normalidade e do desvio, colocando-a como agente do normal para demarcar a outra e para garantir sua dominância em termos globais. (SERRA, 1979, p.19)

Mesmo o aspecto desviante sendo o protagonista em grande parte dos jornais populares e/ou sensacionalistas, não ficando relegado a um segundo plano, ainda há assim uma atitude que visa demarcar a noção de ordem e do desvio. Num universo cuja representação é marcada pela fragmentação, “a ordem apresenta-se como expressão homogênea de um interesse global e comum, somente através do qual interesses ‘divergentes’ podem ser falados, e nessa condição específica – como fragmento” (SERRA, 1979, p. 21).

Mas apostar no que é desviante simplesmente não seria suficiente para se criar uma representação de um determinado contexto, é preciso dramatizar o cotidiano, e nesse sentido o jornal lança mão de três processos: a *dramatização*, a *perversão* e a *recuperação*.

Segundo Serra, a dramatização

consiste em colocar o jornal em posição de cronista dos fatos ao nível *testemunha envolvida*. Para tanto a narrativa é dramatizada, restituindo ao acontecimento seu *pathos* supostamente originário, sobretudo conferindo-lhe o sentido de algo em andamento, em que os lances ainda estão em aberto, a própria história se fazendo (1979, p. 35).

Nesse processo, a questão da objetividade, que a princípio se perderia ao se adotar essa atitude de dramatização, e que viria para proteger e distanciar o leitor, lhe oferecendo apenas a informação, ganha um viés diferenciado no jornal que privilegia o crime por este buscar localizar o leitor *dentro* de sua narrativa. Não é algo distante que lhe é trazido, de uma realidade ignorada: *o leitor está vivenciando uma mediação com o seu próprio mundo*, que é o que rege a atuação de grande parte dos jornais populares/sensacionalistas. Assim, com a *espetacularização* de traços e elementos de

origem popular através das páginas dos jornais, as narrativas ganham contornos ficcionais e o espectador é reinserido como personagem, lhe conferindo um estatuto de alteridade que através de outros meios não seria possível.

Outro processo de dramatização do cotidiano seria a *perversão*, que “consiste em representar os fatos pelo deslocamento de seu significado em direção àqueles aspectos que, por mais recalcados, mais facilmente estabelecerão um canal de identificação com o leitor” (SERRA, 1979, p. 38). Ou seja, neste processo se busca exaltar certo caráter desviante, paradoxal, de um personagem ou ideia conhecida que a princípio estaria bem enquadrada dentro de um aspecto moral. Aqui o que interessa é a deformação, a quebra da ordem, fazendo entrar num âmbito puro um elemento ameaçador e estranho àquela realidade.

O terceiro e último processo, de *recuperação*, se constitui através da articulação do enquadramento, da admissão da ordem e do discurso moralizante.

A admissão de ‘significantes de desordem’ é paralela a sua reordenação, seja pela explícita interferência de ‘agentes da ordem’, seja pelo decurso natural da história, a desaguar num desfecho punitivo e moralizante, seja enfim pelo tom condenatório, irônico, pejorativo e ridicularizador da narrativa. (SERRA, 1979, p.40)

Em meio a uma realidade fragmentada, e de uma narrativa que em geral também pressupõe uma desconexão de toda uma série de fissões sociais, de contextos maiores, o jornal ordena os fatos, criando uma configuração linear, um senso de solução objetiva, que é também o que está por trás deste processo de recuperação.

### **1.3. Breve história do sensacionalismo na imprensa**

Antes de tratarmos diretamente do nosso objeto, o jornal *Já*, é importante remontar um pouco do contexto histórico da imprensa e as suas relações com o sensacionalismo.

A morte sempre teve o maior valor-notícia, e este critério de noticiabilidade remonta dos primórdios do jornalismo, de acordo com Traquina (2013). Segundo o autor, no século XVII tínhamos as “folhas volantes”, semanários sem uma periodicidade definida que focavam em um só tema e abordavam principalmente acontecimentos extraordinários, catástrofes, abominações, mas acima de tudo havia uma predileção por

assassinatos. Alguns séculos depois, a forma de fazer jornalismo seria alterada para sempre, inclusive definindo a formatação do que se chamaria notícia: surgia os *penny press*.

Como explica Traquina, os jornais do século XIX eram dominados pela discussão política, sendo esta sua principal razão de ser. Com a chegada dos *penny press* (um nome que vinha do seu preço baixo), tem início uma fase chamada nova era do jornalismo. Assim, a forma de jornalismo trazida pelos *penny press* redefiniu a notícia visando “satisfazer os gostos, interesses e a capacidade de compreensão de camadas menos instruídas da sociedade” (TRAQUINA, 2013, p. 65).

Segundo o autor, as páginas dessas publicações traziam escândalos, tragédias, crimes, tudo voltado ao interesse do homem comum. Como fruto dessa nova metodologia, as tiragens alcançam números expressivos, a exemplo do New York Sun, que chegou a uma média de 30 mil exemplares por dia.

De acordo com Angrimani, este tipo de publicação ficou conhecida como imprensa amarela (*yellow press*) e fez escola em todo o mundo.

(...) as técnicas que caracterizavam a chamada “imprensa amarela” eram: 1) manchetes escandalosas em corpo tipográfico excessivamente largo, “garrafais”, impressas em preto ou vermelho, espalhando excitação, frequentemente sobre notícias sem importância, com distorções e falsidade sobre os fatos; 2) o uso abusivo de ilustrações, muitas delas inadequadas ou inventadas; 3) impostura e fraudes de vários tipos, com falsas entrevistas e histórias, títulos enganosos, pseudociência; 4) quadrinhos coloridos e artigos superficiais; 5) campanhas contra os abusos sofridos pelas ‘pessoas comuns’, tornando o repórter um cruzado a serviço do consumidor (ANGRIMANI, 1995, p. 22).

Falando do Brasil, esta forma de fazer jornalismo ficou conhecida como *imprensa marrom* e na década de 1960, duas publicações se destacaram pelo uso da estratégia sensacionalista: *Última Hora* e *Notícias Populares*. O primeiro, idealizado por Samuel Wainer, contou com ajuda indireta de Getúlio Vargas que tinha necessidade de um veículo de imprensa que apoiasse seu governo. O *Notícias Populares* veio como uma alternativa ao *Última Hora*, partindo inclusive numa linha de oposição política e tendo como público-alvo as classes mais populares. Dentre os dois, foi o *Notícias Populares* que deu maior ênfase ao sensacionalismo em suas páginas, utilizando em larga escala manchetes exageradas, conteúdo policialesco, chegando até ao ponto de inventar histórias com o intuito único de aumentar suas vendas.

#### 1.4. Sensacionalismo: conceitos e preconceitos

O termo *sensacionalismo* em geral traz um caráter pejorativo, depreciativo, de um tipo de jornalismo que está distante eticamente do que se considera um jornalismo bem feito e de qualidade. É uma designação carregada de juízo de valor, que visa separar o "jornalismo sério" de um jornalismo que apela e explora emoções através do medo e do grotesco. Mas, paradoxalmente, por mais que essa estratégia seja considerada por muitos algo condenável, muitos meios de informação, sejam impressos ou televisivos, considerados sensacionalistas, vem obtendo grandes audiências e grande penetração ao longo das décadas. Afora qualquer intenção valorativa, isto se trata de um fenômeno que precisa ser observado até como uma forma de compreender o processo comunicativo como um todo em nosso país.

De acordo com o "Dicionário de Comunicação" (BARBOSA, RABAÇA, 2002), *sensacionalismo* se define por

1. Estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público. Esse exagero pode estar expresso no tema (no conteúdo), na forma do texto e na apresentação visual (diagramação) da notícia. O apelo ao sensacionalismo pode conter objetivos políticos (mobilizar a opinião pública para determinar atitudes ou pontos de vista) ou comerciais (aumentar a tiragem do jornal). (...) 2. Qualquer manifestação literária, artística etc., que explore sensações fortes, escândalos ou temas chocantes, para atrair a atenção do público. (p.666)

Segundo Márcia Franz Amaral, a ideia de sensacionalismo está associada a uma visão elitista da cultura. Para ela, o jornalismo como um todo não tem que ter apenas uma forma para ser visto como legítimo, podendo assumir novos formatos e fugindo até do que a academia preconiza como valores inabaláveis (imparcialidade, objetividade). Dessa forma, o sensacionalismo se tornaria mais uma fonte de informação, uma outra opção, diferenciada, particularizada, lidando com uma outra modalidade de código.

A prática sensacionalista tanto pode significar o uso de artifícios inaceitáveis para a ética jornalística, como também pode se configurar numa estratégia de comunicabilidade com seus leitores através da apropriação de uma matriz cultural e estética diferente daquela que rege a imprensa de referência. (AMARAL, 2003, p.2)

Para a autora, jornalismo popular e sensacionalismo não podem ser confundidos, pois o termo possui uma imensa carga negativa, que pressupõe uma degradação cultural e implica num tipo de notícia distanciada do caráter informativo, focada apenas no aspecto mercantilista. Franz prefere afirmar que o sensacionalismo se dirige o senso de gosto geral, se identificando com seu público através de elementos da cultura de massa.

São recursos narrativos como os advindos do melodrama, do folhetim e da estética grotesca que, ao mesmo tempo que seduzem, informam e divertem, podem legitimar exclusões sociais, como já constatamos. (AMARAL, 2003, p.10).

À parte da questão cultural, Rosa Nívea Pedroso foca nos aspectos discursivos e explica que o jornalismo sensacionalista lida primordialmente com o exagero, seja ele temático, lingüístico e inclusive gráfico. Segundo ela, este tipo de jornalismo foca nas emoções e naquilo que é incomum, distante da realidade cotidiana. "O sensacionalismo é a exploração desse fascínio pelo extraordinário, pelo desvio, pela aberração, pela aventura, que é suposto existir na classe baixa" (PEDROSO, 1983, p.49).

A autora explica ainda que o jornalismo sensacionalista pode ser definido como um segmento popular da grande imprensa industrial, focado basicamente no *fait diver*, que é a informação em si mesma, que não exige conhecimento prévio para ser assimilada. "No interior dessa informação excepcional ou insignificante, sem durabilidade e sem contexto, estão contidos, por sua vez, os tipos sociais, dramatizados narrativamente, que representam o lugar de evasão e o ritmo da informação angulados pelo nível-massa" (PEDROSO, 1983, p. 47).

Para Angrimani, o termo sensacionalismo além de impreciso, também possui uma grande carga pejorativa. Segundo ele, sensacionalismo seria

tornar sensacional um fato jornalístico que, em outras circunstâncias editoriais, não mereceria esse tratamento. Como o adjetivo indica, trata-se de sensacionalizar aquilo que não é necessariamente sensacional, utilizando-se para isso de tom escandaloso, espalhafatoso. Sensacionalismo é a produção do noticiário que extrapola o real, superdimensiona o fato" (ANGRIMANI, 1995, p.16).

Angrimani continua explicando que o jornalismo formal seria pautado por uma linguagem *sígnica* em que o emissor prima pela neutralidade e pela racionalidade no juízo do receptor. Já o jornalismo sensacionalista trabalharia com uma linguagem *clichê*, onde o emissor (o enunciador, o jornal) busca uma identificação com a

mensagem e com o leitor. "A linguagem sensacionalista não admite distanciamento, nem a proteção da neutralidade" (ANGRIMANI, 1995, p.16). Ainda sobre a linguagem, o autor explica que o sensacionalismo se permite utilizar um linguajar com referências coloquiais, em contraposição ao noticiário padrão, que tende a utilizar uma linguagem mais formal. "A linguagem editorial precisa ser chocante e causar impacto. O sensacionalismo não admite moderação" (ANGRIMANI, 1995, p. 40).

O autor lembra também que ao assumir uma postura calcada no sensacionalismo, o jornal acaba por trabalhar com aspectos morais que, ao mesmo tempo em que dão vazão a carências psíquicas do espectador, advertem sobre traços desviantes de uma comunidade. Angrimani constatou ainda temas de práticas desviantes que são recorrentes em um jornal sensacionalista (homossexualidade, fetichismo, voyeurismo, sadomasoquismo), sem deixar de destacar que não são apenas as temáticas, mas também o tratamento dado às informações podem dar a um jornal um caráter sensacional.

Em face das contribuições dos autores, observamos que ideia de um fazer sensacionalista é bastante fluída, e repousa em extremos. Ao mesmo tempo em que este se coloca como uma estratégia jornalística que não se pauta pelo aprofundamento em suas narrativas, o jornal se abre para notícias de qualquer natureza. Se por um lado ele é taxado de pouco ético, pelos exageros e transgressões, por outro assume também um caráter moralizador. Apesar de agir na margem de qualquer manual de jornalismo, os jornais chamados sensacionalistas dão ótimas vendagens para os veículos, obtendo muita aceitação. Com a mesma força que expõe casos insólitos, bizarros até, eles trazem notícias sobre o cotidiano mais comum, o que também é uma característica do jornal cujas narrativas analisamos neste estudo.

### **1.5. Aspectos gráficos do sensacionalismo**

Ao longo do tempo foram feitas inúmeras pesquisas acerca das particularidades de uma imprensa chamada sensacionalista. Para Enne (2007), uma publicação se configura como sensacionalista quando possui as seguintes características:

- d) a utilização de estratégias editoriais para evidenciar o apelo sensacional: manchetes "garrafais", muitas vezes seguidas por subtítulos jocosos ou impactantes; presença constante de ilustrações,

como fotos com detalhes do crime ou tragédia, imagens lacrimosas, histórias em quadrinho reconstruindo a história do acontecimento, etc.; (p.71)

Pinto (2004) explica que o sensacionalismo é permeado pela desproporção e pelo exagero, o que vale tanto para o aspecto gráfico como para a linguagem. Pedroso (2001) concorda com o autor de que a noção de sensacionalismo está intimamente ligada ao exagero e a heterogeneidade gráfica, e complementa:

Quando um jornal faz uso de recursos gráficos ou textuais que não coincidem com os traços culturais e sociais do leitor, passa a ser classificado por esses como sensacionalista. Não há uma uniformidade de conceito: uma fotografia escandalosa, um texto informal, pequenos deslizes informacionais são suficientes para que um jornal seja assim taxado. É um divisor tênue entre categorias amplas e genéricas. É uma espécie de punição ao jornal, aplicada pelos próprios leitores. (Pedroso, 2001)

Longhi (2005) estabeleceu uma tipologia dentro da tendência sensacionalista: o *sensacionalismo mercadológico* (focado em vendas), e o *sensacionalismo gráfico e lingüístico* (que tem interesse em provocar sensações). Independente do tipo, no jornal sensacionalista a manchete vai possuir um papel preponderante: ela deve despertar pulsões no leitor, ser emotiva, realçada por recursos gráficos exagerados (letra em caixa alta, grande, com grifos e cores que lhe dão destaque).

Segundo Pedroso, o texto sensacionalista dentro de um jornal é um construto que se sustenta na relação entre os efeitos do título, foto, legenda, subtítulos, além das chamadas que funcionam como um recurso que desperta a curiosidade do leitor. Holanda explica que

as manchetes e as chamadas de capa, bem como as fotografias e infográficos são tão importantes para esse tipo de veículo que o leitor é capaz de ir a banca e comprar o exemplar do jornal apenas pela atração, por sensação, por impacto, pela curiosidade despertada. (2009, p.15)

Segundo Silva et al. (2005), o sensacionalismo pode ficar evidente inclusive através da linguagem não verbal, ou seja, da parte gráfica. “O uso de fotografias chocantes, legendas impregnadas de sentimentalismo e manchetes destacadas exageradamente, combinados com um planejamento gráfico espalhafatoso e escandalizante, levam ao leitor uma sensação de admiração ou entusiasmo.” (p.07)

Berthier e Silva falam a respeito das características mais comuns que os jornais chamados sensacionalistas possuem de forma geral:

Elementos gráficos, fotos chamativas e linguagem grotesca na capa dos jornais, são características exclusivas de publicações populares e sensacionalistas. As manchetes se destacam pela irreverência das frases, fotos sem censura, e cores em destaque, que ganham a atenção do leitor. Esses elementos juntos, em um único exemplar, oferecem ao leitor uma imediata conjugação de diversas formas e linguagens, que abordam assuntos onde são combinados códigos, texto, imagens, ilustrações, apresentação gráfica e layout do jornal. Nesse contexto, as inúmeras poluições visuais e combinações de formato, fazem com que o impresso popular se torne um jornal descartável. (2012, p. 06)

Ainda que no aspecto narrativo se observem discordâncias quanto ao que se pode chamar de jornal sensacionalista, se seria um estilo ou uma estratégia capaz de ser praticada por qualquer tipo de veículo, observa-se que do ponto de vista gráfico o nosso objeto, o jornal *Já*, reúne características típicas de um jornal sensacionalista, o que pode fazer com que ele seja entendido como tal, dada a larga utilização de destaques e cores que não se percebe em jornais ditos formais, de referência.

#### **1.6. Agendamento midiático, enquadramento e contexto social**

Em se tratando recorrência de determinados temas na esfera midiática, a sucessão de notícias, e mais especificamente ao desdobramento de fatos ligados ao universo *violência*, chegamos à noção de *agendamento*. Segundo Azevedo (2011), o conceito de agendamento surge durante a década de 70, demonstrado pelos teóricos McCombs e Shaw em meio a pesquisas norte-americanas que se debruçavam sobre os efeitos dos meios de comunicação, tendo em vista o seu papel preponderante na formação da opinião pública.

Azevedo lembra ainda que a hipótese da *agenda-setting*, ou agendamento, “se insere dentro de uma análise sociológica dos processos de produção de notícias e se define como um tipo de efeito social da mídia.” (2011, p. 34) Ainda segundo a autora, o agendamento “é a hipótese segundo a qual a mídia, ‘pela seleção disposição e incidência de suas notícias vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (BARROS FILHO apud AZEVEDO, 2011, p. 34).

Azevedo cita ainda McCombs e Shaw ao definir *agenda-setting* como

mais que a clássica asserção de que as notícias nos dizem sobre o que pensar. Tanto a seleção de objetos que despertam atenção como a seleção de enquadramentos para pensar esses objetos são poderosos papéis de agendamento (MCCOMBS, 1993, p.65 apud 2011, p. 34)

Dessa forma, podemos dizer que a ideia fundamental do agendamento, de acordo com Azevedo,

sustenta a existência de uma correlação direta e casual entre a agenda da mídia e a agenda do público, na medida em que, numa sociedade de massa, a percepção pública dos temas relevantes é construída tendo por base as informações veiculadas na mídia. A hipótese da *agenda-setting* compreende a seleção, disposição e incidência sobre os temas que o público discutirá. (2011; p. 34)

Segundo a Teoria do Agendamento, sofremos influência das mídias na medida em que estas criam um conjunto de dispositivos que determinam a pauta (agenda) para “a opinião pública estabelecer relações de relevância sobre determinados conjuntos de temas, bem como preterir, desimportar, ignorar e ofuscar outros assuntos” (JÚNIOR et al, 2008, p. 220 apud AZEVEDO, 2011, p. 36)

Em relação a esta agenda, Hall vai além ao lembrar que

a atenção concentrada dos *media* confere o estatuto de elevado interesse público às questões que são salientadas; estas são geralmente compreendidas por toda gente como as ‘questões prementes do dia’. Isto faz parte da função dos *media* da ‘agenda-setting’. (1994, p. 233)

Azevedo explica também que

os critérios de noticiabilidade constituídos pelos processos de agendamento deixam em evidência tanto uma dinâmica social complexa, que é a representação social dos acontecimentos pelos meios de comunicação, quanto às práticas de hierarquização dos fatos e construção dos enquadramentos propostos pelos *mass media* (2011; p. 36)

Abordando os chamados *mass media*, Hall (1994) acredita que eles

não só possuem um quase monopólio do ‘conhecimento social’, como fonte primária de informação daquilo que acontece – também dirigem a passagem entre aqueles que estão ‘no saber’ e a ignorância estruturada do público geral (...) Assim, os *media* ajudam a reproduzir e manter as definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando ativamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados (Hall, 1975) mas favorecendo certas formas de expor os

tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio. Muitas dessas formas estruturadas de comunicação são tão comuns, tão naturais, tão dadas como adquiridas, tão profundamente embutidas nas próprias formas de comunicação que são utilizadas, que são dificilmente visíveis, como construções ideológicas (...)" (p. 233-236).

Falando especificamente das notícias que abordam crime e violência que preenchem o dia a dia de telejornais e de jornais impressos, Hall parte da noção de que a sociedade se estrutura sobre um "consenso", e que acontecimentos se tornam noticiáveis na medida em que extrapolam os limites desse consenso. Hall explica ainda que "o crime é, então, 'notícia' porque o seu tratamento evoca ameaças, mas também reafirma a moralidade consensual da sociedade" (1994, p. 233-236).

Ainda de acordo com Hall

qualquer crime pode ser levantado à visibilidade noticiosa se a violência lhe estiver associada, visto a violência ser talvez o supremo exemplo das "consequências negativas dos valores-notícia". (...) Representa, assim, uma ruptura fundamental da ordem social. O uso da violência marca a distinção daqueles que são essencialmente da sociedade e aqueles que estão fora dela" (1994, p. 238-239).

Desta forma, tendo em vista os impactos do agendamento na formatação da opinião pública, e o peso que a propagação de notícias sobre crime e violência tem no conjunto da sociedade, Hall finaliza dizendo que

consequentemente, uma das áreas onde os *media* tem mais probabilidade de ser bem sucedidos na mobilização da opinião pública dentro da estrutura dominante de ideias é em questões relacionadas com o crime e a sua ameaça à sociedade. Isto torna a via do crime unidimensional e transparente no que diz respeito aos *mass media* e à opinião pública – onde os assuntos são simples, incontroversos e claros. Por este motivo, o crime e o desvio oferecem duas das principais fontes de imagens de poluição e estigma na retórica do público. (1994, p. 240).

Um conceito que tem sido trabalhado associado à ideia de agendamento é o de *enquadramento*. Este conceito também tem sido estudado ao longo do tempo e recebeu diversas definições, aplicadas a variados recortes. Segundo McCombs, enquadramento se definiria pela "seleção de – e ênfase – nos atributos particulares de uma agenda da mídia quando se tratar de um objeto" (2009, p. 137).

O mesmo McCombs citando Entman (1993) explica que

enquadrar é selecionar algum aspecto de uma realidade percebida e torná-lo mais saliente num texto comunicativo, de tal forma a promover uma definição de um problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito. (2009, p. 137)

Nesse ponto, definição do processo de enquadramento revela que ele se constitui pelo uso de *seleção*, *ênfase*, *exclusão* e *elaboração*. Ele também tem sido descrito como um *esquema de interpretação*, bem como a atitude de *chamar atenção a uma perspectiva dominante*. Enfim, ao enfatizar determinado ou determinados atributos de uma pessoa ou objeto, o enquadramento, posicionado no contexto da teoria do agendamento, reveste-se inclusive de uma função de organizar e estruturar o pensamento, uma atitude que revela muito do que os meios pensam da sua audiência e quais os seus objetivos prioritários.

### **1.7. Critérios de noticiabilidade e valores-notícia**

A explicação do por que de um acontecimento ter mais exposição em um jornal, outros serem relegados aos pés das páginas e mais alguns outros ocorridos no mesmo dia sequer sejam noticiados é uma questão que tem chamado a atenção de estudiosos há muito tempo. Já a partir o século XVII, estudiosos faziam recomendações sobre o que se levar em conta e qual deve ser a natureza dos fatos a serem recordados e conhecidos:

Os prodígios, as monstruosidades, as obras ou os feitos maravilhosos e insólitos da natureza, da arte, as inundações ou as tempestades horrendas, os terremotos, os fenômenos descobertos ou detectados ultimamente, fatos que tem sido mais abundantes do que nunca neste século. Depois as diferentes formas de impérios, as mudanças, os movimentos, os afazeres da guerra e da paz, as estratégias, as novas leis, os julgamentos, os cargos políticos, os dignitários, os nascimentos e mortes dos príncipes, as sucessões de um reino, as inaugurações, e cerimônias públicas (...), as obras novas dos homens eruditos, as instituições, as desgraças, as mortes e centenas de coisas mais que façam referência à história natural, à história da sociedade, da Igreja, da literatura: tudo isto costuma ser narrado de forma embaralhada em periódicos. (SILVA, 2014, p. 60 apud PEUCER, 2004, p.21)

Desde essa época até os novos manuais e as modernas escolas de jornalismo pelo mundo todo, são inúmeros os pesquisadores, das mais diversas áreas, que tem se debruçado sobre a questão da noticiabilidade, formulando várias teorias sobre o assunto,

na busca de responder o seguinte questionamento: quais os critérios para se definir o que é notícia? Por que alguns acontecimentos se tornam notícia e outros não?

É evidente que esta é uma questão abrangente, entretanto alguns conceitos capazes de nos auxiliar nestas questões já foram consolidados ao longo do tempo. Entre eles estão os *critérios de noticiabilidade*, que se definem pelos critérios que um acontecimento deve atender para que se torne notícia.

Segundo Moreira, os critérios de noticiabilidade são compostos pelos seguintes agentes: “1) Os proprietários dos veículos (que definem a política editorial de acordo com os objetivos ideológicos e econômicos); 2) os jornalistas e as fontes/promotores de notícias; e 3) o público” (2014, p.158). Franciscato (2014) vai na mesma direção ao lembrar que

maior parte dos estudos considerou que os critérios de noticiabilidade fundam-se ou se baseiam: 1) sobre o evento externo (com fluxo do real) ou sobre as notícias (como recorte construído do real); 2) sobre o ato de selecionar como um procedimento rotinizado baseado em um conjunto de regras padronizadas e internalizadas pelo jornalista, as quais possibilitam que o profissional trabalhe de forma rápida e eficiente. (p. 95)

A questão se torna ainda mais complexa quando se compreende que todos esses critérios que foram elencados até agora atuam concomitantemente no fazer jornalístico. É por isso que se pode perder de vista que

“talvez devido a essa multiplicidade de forças conformativas, os critérios de noticiabilidade não são rígidos nem universais. Frequentemente, são, de natureza esquiva, opaca e, por vezes contraditória (...), bem como se inter-relacionam, mudam ao longo do tempo e tem diversas naturezas.” (SOUSA, 2002, p.95)

O mesmo vale para a ideia de *noticiabilidade*. Franciscato entende a “noticiabilidade como um conjunto dos requisitos que se exigem dos acontecimentos para adquirirem existência pública como notícia” (2014, p.86 apud Wolf, 1994, p.170). Silva compreende que “a noticiabilidade deve ser interpretada, assim, como a medida, pela qual as informações sobre um evento tocam várias partes que compõem a realidade social de uma pessoa” (2014, p. 75). Ou seja, é um movimento que implica um olhar duplo: tanto sobre o fato como sobre a realidade social de uma presumida audiência. Aguiar concorda com esta ideia ao afirmar que

a noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – tanto do ponto de vista da estrutura do trabalho dos jornais como também do profissionalismo dos jornalistas, - para que possam adquirir existência pública na formação discursiva denominada notícia. (2014, p. 230)

Charaudeau explica que notícia é um “conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado” (2006, p. 132). Indo na mesma direção, Franciscato articula o conceito de notícia ao de noticiabilidade e afirma que “a notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo, operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade” (2014, p. 87). Aguiar vai na mesma direção quando aponta que a “noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios e operações através do qual os jornais se utilizam para escolher diariamente, na multiplicidade dos acontecimentos, a quantidade finita e limitada que se transforma em notícias. (2014, p. 230).

De forma mais sucinta, Pena (2013, p.71) se apóia em Wolf quando diz que a noticiabilidade é a capacidade que os fatos tem de virar ou não notícia. “Quanto maior o grau de noticiabilidade, maior essa capacidade” (2013, p.71). O autor acrescenta ainda que o processo de noticiabilidade não é automático, mas implica na interação de diversos profissionais, atores no processo de construção da notícia:

É importante ressaltar que a noticiabilidade é negociada, o que faz com que todos esses critérios sejam variáveis. O repórter negocia com o editor, que negocia com o diretor de redação, e assim por diante. E os próprios critérios inseridos na rotina jornalística, ou melhor, tornam possível essa rotina, pois são contextualizados no processo produtivo, em que adquirem significado, desempenham função e tornam-se elementos dados como certos, o conhecido senso comum da redação. (PENA, 2013, p.73)

De acordo com Franciscato (2014, p.99), a complexidade social da noticiabilidade pode ser percebida se tentarmos observá-la através de dimensões específicas, que se contrapostas diante de seu extremo radicalmente oposto, torna mais ágil o entendimento. Seriam elas: a) Atualidade e distanciamento do tempo presente; b) Continuidade e ruptura; c) Normalidade e anormalidade; d) Importância e interesse; e e) Proximidade e distância.

Em se tratando de noticiabilidade, e tendo em vista o objeto do nosso estudo, um dos critérios mais fortemente envolvidos na produção noticiosa de um jornal popular é o da *proximidade*. Distante dos grandes centros de poder do país e do mundo, das grandes indústrias do entretenimento, é no cotidiano dos centros urbanos que está a essência do jornal local, capaz de promover a interação da comunidade, estimular uma interioridade e um senso de alteridade. Segundo Alsina, “a proximidade geográfica de fato supõe uma maior implicação, para o centro de si mesma, que diminui à medida que se agiganta o círculo” (1995, p. 105).

Segundo Fernandes

a proximidade não é determinante para os jornais locais apenas por uma questão geográfica, que insere estas empresas jornalísticas, a notícia e o leitor. O que se constata é que, seja em seus aspectos sociológico, psicológico, político e cultural, quanto mercadológico, a notícia local tem forte densidade junto ao leitor. (2014, p. 184)

Em resumo, se a noticiabilidade se constitui de um apanhado de operações e critérios que controlam a quantidade e qualidade dos acontecimentos, com o objetivo de selecionar os que serão transformados em informação jornalística, podemos dizer que a sua aplicação se baseia nos chamados *valores-notícia*.

Nos contextos de estudos da noticiabilidade, a influência das rotinas jornalísticas ganha relevância, pois é neste nível que se operacionaliza a definição propriamente dita dos valores-notícia. Segundo Wolf,

valores-notícia são critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção e estão presentes tanto na seleção das notícias como também permeiam os procedimentos posteriores, porém com importância diferente (2003, p.203)

Aqui cabe uma distinção entre *valores-notícia* e *critérios de noticiabilidade* levantada por Moreira: “valores-notícia se referem ao julgamento do fato, e os critérios de noticiabilidade dizem respeito às necessidades dos veículos para a produção de notícias” (2014, p. 162). Silva (2014) propõe outra distinção, agora entre o conceito de *valores-notícia* (que estaria ligado às características do fato em si, relacionado à seleção primária dos fatos) e a da *seleção de notícia* (que transcende a fase inicial de selecionar o que merecerá ser publicado, pois este ato prossegue redação à dentro).

Na busca de se compreender melhor a concepção acerca dos valores-notícia, foi elaborada outra distinção, que se definiria pelos *valores-notícia de seleção* e os *valores-notícia de construção*. Segundo Silva,

os valores de seleção dizem respeito aos critérios que os jornalistas utilizam para selecionar no complexo rol de acontecimentos cotidianos aqueles que merecem ser transformados em conteúdo jornalístico. De modo específico, eles subdividem-se em outros dois grupos: os critérios substantivos, que tratam da avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia; e os critérios contextuais, que se referem ao contexto de produção noticiosa. Por sua vez, os valores-notícia de construção envolvem as qualidades da estrutura da notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia. (2014, p.80-81)

Um termo que surge com certa recorrência em estudos sobre noticiabilidade e valores-notícia e que também aparecido aqui com certa frequência é a questão da *seleção*. Conforme explica Charaudeau (2006)

comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (p. 39)

A atenção para a seleção noticiosa surge do fato de que os veículos não possuem espaço suficiente para o volume de informação que lhes chegam, para a veiculação dos inúmeros acontecimentos que ocorrem no cotidiano. É aí que a seleção começa, esta é a sua etapa inicial. É nesta etapa, que podemos chamar de *seleção primária*, em que os valores-notícia atuam como critérios de orientação dentro da apuração.

É possível concentrar os estudos nos valores-notícia (características do fato *em si*), na ação pessoal do profissional, mas, ao alargar o campo de estudo, vemos que a produção de notícias envolve mais uma instância que reúne uma serie de procedimentos posteriores: o *tratamento do fato*.

A percepção de que a seleção se trata de um aspecto preponderante no fazer jornalístico, sendo precedida pelo tratamento dos fatos, surge em meio a uma linha de estudos que privilegia o impacto na rotina de trabalho no jornalismo denominada teoria do *newsmaking*.

Segundo Pena,

diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do *newsmaking*. (2013, p. 130)

É importante lembrar que segundo a teoria do *newsmaking*, que se opõe frontalmente a Teoria do Espelho<sup>2</sup>, o jornalismo não pode ser compreendido como um reflexo do real. Até pela quantidade de etapas e critérios que envolvem a produção de notícias, o jornalismo deve ser visto como um dispositivo de *construção da realidade*. “Ou seja, as notícias – e também as reportagens – não refletem os acontecimentos que se dão a ver, mas são antes de tudo construções narrativas que produzem condições de possibilidades através das quais a realidade se dá a conhecer” (AGUIAR, 2014, p. 230).

Apesar de os estudos do *newsmaking* terem lançado luzes sobre as rotinas de produção das organizações jornalísticas, há que se considerar também aspectos que não são processados apenas como ferramentas, mas sim, atuam num contexto subjetivo que engloba desde os profissionais até as fontes e a audiência. Para Pena,

não é possível encarar os pressupostos de “rotinização” do trabalho, do processo de produção e da cultura jornalística como pontualmente deterministas. Eles não são módulos uniformes e imutáveis. Há espaços de manobra para os jornalistas e eles estão localizados na interação com os agentes sociais. (2013, p. 132)

Um pequeno deslocamento conceitual que tirou a ênfase das rotinas das organizações e colocou no profissional, encontrou no meio do processo de produção de notícias o agente incumbido de selecionar as informações, filtrar os acontecimentos, enxergar neles a importância social e histórica, bem como as ações mais relevantes de personagens, em geral primando por conflitos entre pessoas mais conhecidas possível. Foi assim que se chegou à figura do *gatekeeper*, que segundo Pena é um conceito que

refere-se à pessoa que tem o poder de decidir se deixa passar a informação ou se a bloqueia. Ou seja, diante de um grande número de acontecimentos só viram notícia aqueles que passam por uma cancela ou portão (*gate* em inglês). (2013, p.133)

---

<sup>2</sup> Ela foi a primeira metodologia utilizada na tentativa compreender porque as notícias são como são, ainda no século XIX. Sua base é a de que o jornalismo reflete a realidade. Ou seja, as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina. (PENA, 2013, p. 123)

De forma mais sintética, Silva define *gatekeeping* como “o processo de escolha dos acontecimentos noticiosos” (2014, p.26). Ao contrário da teoria do *newsmaking*, focada na rotina de trabalho da empresa jornalística, a teoria do *gatekeeper* privilegia a ação pessoal. Esta ação implica inclusive “no julgamento do *gatekeeper*, que é fundamento em sua concepção de valor-notícia, mas que também é resultado das pressões do contexto da decisão” (MOREIRA, 2014, p.163).

O julgamento, as escolhas, que permeiam a atitude jornalística no interior das empresas noticiosas, vai dizer respeito também, inevitavelmente, a aspectos culturais levados em conta seja pelo próprio *gatekeeper*, com sua atribuição de filtrar os acontecimentos, seja pelo jornalista, enquanto sujeito posicionado local e temporalmente. Silva reforça esta posição ao dizer que

os valores-notícia são um mapa cultural, como define Stuart Hall; ou como afirma John Hartley, os valores-notícia não são naturais nem neutros (...). Os valores notícia são, de fato, um código ideológico (...), não são simples marcas de seleção, mas, mais importante, são marcas de representação; uma vez que a seleção seria um ato ideológico de representação. (2014, p.58)

Estas representações, inerentes aos detentores do processo jornalístico, transbordam através das informações, e dos discursos, divulgados pela mídia, e tem impactos fortes na conformação de um imaginário, inclusive criando e articulando estereótipos.

As representações ao constituírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discurso ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou menos dadas como se fossem o próprio real. Elas se baseiam na observação empírica das trocas sociais e fabricam um discurso de justificativa dessas trocas, produzindo-se um sistema de valores que se erige em norma de referencia. Assim é elaborada uma certa categorização social do real, a qual revela não só a relação de “desejabilidade” que o grupo entretém como sua experiência do cotidiano, como também o tipo de comentário de intelegibilidade do real que o caracteriza – uma espécie de metadiscurso revelador de seu posicionamento. Em resumo, as representações apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores. (CHARAUDEAU, 2006, p.47)

Em face dessa questão, Franciscato amplia a rede de condicionantes que atua na emissão e na recepção, como visto acima, e afirma que

a notícia será conformada como resultante das posições sociais predominantes dos indivíduos e grupos sociais envolvidos com a produção jornalística, e principalmente em consequência das concepções e valores culturais que eles partilham (como a ideologia) por pertencerem a uma comunidade. (2014, p. 98)

Como qualquer componente atuando dentro de um dado sistema social, o jornalismo em toda a sua práxis, da apuração ao processamento dos critérios de noticiabilidade, dos valores-notícia à seleção noticiosa, o tratamento, as negociações externas e internas à redação, todo o fazer jornalístico, apesar das estratégias de objetividade, se vê envolvido por condicionantes ideológicos e culturais de todas as ordens. Lida-se com cultura a todo o instante, uma cultura que se expressa através de textos, imagens, enquadramentos vários e temáticas privilegiadas.

Silva reconhece

nesse contexto, a existência de uma grade dinâmica e multifacetada de variáveis econômicas, políticas e socioculturais que resultam da elaboração simbólica de uma concepção da vida cotidiana – esta, de fato, orientadora dos diferentes padrões noticiosos socialmente estabelecidos. (2014, p.132)

Sob um ponto de vista mais empírico, Charaudeau aponta que a atividade jornalística não pode se desvencilhar de duas lógicas que se articulam em seu funcionamento: a lógica *econômica* e a lógica *simbólica*.

Pode-se dizer que as mídias de informação funcionam segundo uma dupla lógica: uma lógica econômica que faz com que todo organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produtor que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo (os meios tecnológicos acionados para fabricá-lo fazem parte dessa lógica): e uma lógica simbólica que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública. (2006, p. 21)

Compreendendo a audiência (ou leitores), os profissionais envolvidos e o próprio jornal como um sujeito integrante da realidade objetiva, podemos estender a todos esses atores a afirmação de Aguiar quando diz que

a realidade deve ser analisada enquanto uma rede de significação que é socialmente construída. Esta é uma visão interacionista da sociedade: qualquer indivíduo só existe na vida cotidiana por estar, continuamente, em interação e comunicação com os outros indivíduos, forças sociais e culturais. (2014, p. 224)

A visão que passou a posicionar o aspecto cultural nos estudos das relações sociais, inclusive como um elemento capaz de ampliar a compreensão do fazer jornalístico, começou a tomar contornos mais detalhados a partir a formulação de uma *teoria construcionista*.

Segundo o construcionismo, as notícias são produzidas por “pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos” (TRAQUINA, 1994, p.170). Para Shudson, as notícias como uma forma de cultura incorporam suposições acerca do que importa do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a extensão de considerações que devemos tomar seriamente em conta. (MOREIRA, 2014, p.160)

A teoria construcionista possibilitou a articulação entre elementos da realidade cotidiana, da realidade da produção jornalística, bem como da realidade proposta através da própria narrativa jornalística, tendo como cerne a cultura. Silva explica que “uma abordagem cultural para as notícias ajuda a explicitar os estereótipos e imagens generalizadas que transcendem as estruturas da propriedade ou menos os padrões das relações de trabalho” (2014, p. 128).

Em se tratando especificamente do jornalismo, há uma intensa rede de influências que se impõem sobre ele que estão muito além do que as estratégias de objetividade podem superar ou não se fazer enxergar.

Ao passo em que podem existir “qualidades duradouras com as propostas por Mitchell Stephens (1993), que caracterizaram historicamente o fazer jornalístico (numa perspectiva horizontalizada), encontra-se, em posição paralela, um conjunto complexo de variáveis econômicas, políticas, e sobretudo, socioculturais que são decalcadas (numa perspectiva verticalizada) nos processos de seleção dos acontecimentos e de construção da narrativa noticiosa. (SILVA, 2014, p.119)

Franciscato vai além ao explicar que

o jornalismo produziria um recorte factual de um instante singular no movimento das coisas do mundo, cujas dimensões da particularidade e universalidade estaria imbricadas nele, embora os jornalistas, imersos no senso comum dominante na sociedade, não percebessem os condicionantes (como a ideologia) que orientam para uma forma específica de recorte. (2014, p.108)

Considerando que este recorte nasce de pautas, que visam contemplar determinados temas, sobre determinadas pessoas, num determinado lugar e tempo,

torna-se assim preponderante reconhecer o condicionante cultural que se impõe sobre a ideia de valores-notícia em uso num dado momento. Segundo Silva, “a demarcação do conceito de valores-notícia se dá então dentro da larga compreensão de que a notícia é uma construção social, ou como prefere Shudson, a notícia é um produto cultural” (2014, p. 59). Numa abordagem ainda mais ampla, Silva detalha o aspecto cultural para além da notícia e dos valores-notícia. Ela acredita no pressuposto de que

os processos de seleção dos acontecimentos e de construção da narrativa jornalística não se desvinculam, eles mesmos, do plano estético-expressivo que configura o jornalismo enquanto produção cultural. (2014, p.133)

Superada a noção de Teoria do Espelho, um olhar positivista sobre os entes jornalísticos como se estes refletissem a realidade sem nenhuma grande influência externa e subjetiva, seria reducionista acreditar que a mídia moldaria a realidade, e teria força suficiente para impor seus contornos quando na prática todas as dimensões que possibilitam sua existência constituem uma parte da própria realidade. Segundo Charaudeau,

o universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações pelos critérios de seleção dos fatos e dos atores, pela maneira de encerrá-los em categorias de entendimento, pelos modos de visibilidade escolhidos. Assim, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo. Nela, a instância da recepção encontrará pontos de referência, e desse encontro emergirá o espaço público. (2006, p. 151)

Silva vai na mesma direção ao explicar que “o jornalismo não promove por si só a ‘construção social da realidade’, faz-se também necessário admitir que o conteúdo oriundo dos veículos de mídia representa ele próprio um tipo de realidade culturalmente construída” (2014, p.121). A autora diz ainda que esta capacidade

trata-se do reconhecimento de um jogo dialético de construção social da realidade, ou seja, da compreensão do jornalismo como uma atividade cultural que somente encontra respaldo e legitimidade ao transcodificar e disseminar elementos culturais vigentes no mundo social. Silva (2014, p.133)

Ou seja, é possível assumir a posição de Bertolli & Talamoni de que “a notícia é antes de tudo um produto da cultura” (2011, p.106) e que os critérios de noticiabilidade lidam com “dimensões culturais que impregnam a prática jornalística” (2011, p.107). Assim, se partimos do pressuposto que a notícia é uma construção social, fortemente marcada pela questão cultural, é possível buscar no *newsmaking* e em toda ideia em torno dos valores-notícia, em que medida se dá o processo pelo qual um jornal impresso constrói a sua representação social da realidade.

Dessa forma, compreendendo a notícia como um construto estreitamente ligado ao aspecto cultural, é possível buscar em nosso objeto – nas narrativas do jornal *Já* – marcas de sentido concernentes ao contexto social em que ele está inserido, levando-se em conta a problemática de violência por ele abordada e o medo social experimentado pela população, na figura da cultura do medo no cotidiano.

## 2. ANÁLISE DE CONTEUDO NO INTERIOR DAS PRÁTICAS JORNALISTICAS

Antes de chegarmos às análises e aos resultados de nossa pesquisa, apresentaremos primeiramente os nossos objetivos, bem como nosso objeto, a metodologia utilizada e o recorte empregado dentro do nosso objeto.

Para o nosso objetivo geral – que foi a realização de um estudo sobre o agendamento midiático do jornal *Já* analisando suas narrativas em face de uma cultura do medo no cotidiano e a sua interface com o grotesco –, a abordagem empregada foi primordialmente qualitativa. De acordo com Bardin, a análise qualitativa pode funcionar “sobre corpus reduzidos e estabelecer categorias discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, a categorias que dêem lugar a frequências suficientemente elevadas, para os cálculos se tornarem possíveis” (1977, p.115). Para a autora, o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de que a inferência é baseada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc), e não na frequência em que aparecem.

Em relação ao estabelecimento de uma cartografia do seu agendamento, na qual as tipologias dos crimes foram situadas, bem como as recorrências e as localidades, a abordagem neste momento tendeu a um foco mais quantitativo, baseado na quantificação de frequências. Ambas as abordagens encontram apoio no arcabouço teórico-metodológico trazido pela Análise de Conteúdo.

### 2.1 Conhecendo o objeto: o Jornal *Já*

Faz-se necessário definir qual o nosso objeto e quais os recortes empregados nesta pesquisa. Primeiramente, é preciso resgatar um pouco da história do nosso objeto de pesquisa, o periódico que estamos analisando: o jornal *Já*.

O jornal foi lançado em 2009 explorando um viés próprio dos jornais populares/sensacionalistas, com uma linha noticiosa calcada nos *fait divers*, mas também trazendo pautas de entretenimento como celebridades e esportes sem abrir mão da exploração sexualizada de mulheres. Além do preço baixo para um diário, os outros diferenciais do *Já* eram a proposta editorial e o formato, ainda hoje sem similares no estado.

De acordo com a descrição do próprio Sistema Correio (que publica o jornal) na

edição do mesmo dia do Jornal Correio da Paraíba (diário de referência do mesmo sistema), o jornal *Já* tinha como premissa uma "maior acessibilidade, ao mesmo tempo em que apresenta um noticiário compacto, adequado às exigências contemporâneas de uma larga faixa de público que busca informações em linguagem rápida, direta, concisa, objetiva e com credibilidade".<sup>3</sup>

Esta linguagem é uma das marcas deste jornal que segundo Pereira (2014)

não se compromete com preciosismos gramaticais, facilitando a compreensão do seu conteúdo. O periódico procura legitimidade na representação dos setores populares através do uso coloquial da linguagem, curta, simples e objetiva, do emprego de gírias e contrações e imagens espetaculares, como características que permitem laços de identificação do impresso com os interesses e expectativas sociais (p.32)

O formato do *Já* é o tablóide e seus principais eixos temáticos são a violência, o esporte, a vida de pessoas famosas, atraindo a atenção do seu público através de imagens de profundo apelo sensacionalista, algo evitado nos jornais ditos formais da cidade. Pereira aponta que “o fato é que o *Já* produz essas estratégias como suporte do conteúdo a ser veiculado, de forma minuciosamente pensada, a fim de que se estabeleça um público-alvo e sejam refletidas as sensações necessárias para que o produto se mantenha em circulação” (2014, p.33).

Numa estratégia que não é nem um pouco recente, o Jornal *Já* enquanto um veículo que se entende como popular, lança seu olhar para as comunidades e para os problemas que afetam primordialmente os moradores das periferias. Pereira acrescenta que “a maioria dos leitores é do sexo masculino (estatística que confirma a convenção sociocultural sobre a preferência dos homens a temáticas de sangue, sexo e esporte) e se situa nas faixas etárias entre 30 e 39 anos e acima de 50 anos de idade” (2014, p.32).

O *Já*, em seu formato tablóide, mais prático e sintético, apresenta uma diagramação que pouco tem a ver com a dos jornais ditos formais, tradicionais. Os textos, que em geral são curtos, são organizados em blocos, onde há uma farta utilização de fotos e imagens, ilustrando as matérias.

Seu apelo visual pode ser observado na larga utilização de cores fortes na capa, seja nos planos de fundo, seja nas manchetes principais. Nos exemplos abaixo, podemos ver uma larga utilização de vermelhos e de amarelos nos títulos. Observa-se também

---

<sup>3</sup> Jornal Correio da Paraíba, 11 de maio de 2009.

uma miscelânea, onde imagens e textos díspares compartilham o mesmo espaço.



Figura 01 e 02 – Exemplos de Capa do Jornal Já

Em casos de grande repercussão, o que se verifica é uma utilização de páginas duplas, como ocorreu no caso que ficou conhecido com “Barbárie dos Bancários”. A

opção por texturas pesadas e a disposição das notícias em blocos também é uma das características do jornal, especialmente quando se aborda histórias de maior impacto e gravidade, como se observa nos exemplos abaixo.



Figura 03 e 04 – Reproduções das paginas internas do *Já*

Nesta pesquisa, o universo analisado compreendeu notícias publicadas no recorte de tempo entre maio e outubro de 2015. Nesse período, foram selecionados três

acontecimentos jornalísticos que obtiveram grande repercussão e uma cobertura que se seguiu por diversas edições. Os três casos podem traduzir muito do momento que o estado atravessa tanto na questão da segurança, como no respeito a direitos das crianças (“Ritual de Magia negra de Sumé”) e mulheres (“Barbárie dos Bancários”), e ação do crime organizado em uma cidade de médio porte no Nordeste (“Terror em Campina Grande”). Assim, os acontecimentos escolhidos foram:

**a) “Barbárie dos Bancários”: violência contra a mulher em pauta**

No fim do mês de junho de 2015, o noticiário local foi tomando por um caso de extrema violência: um seqüestro de duas mulheres e uma criança no bairro dos Bancários, em João Pessoa, que culminou com a morte de uma delas. A história rapidamente ganhou destaque em toda a mídia local, e inclusive no *Já*. A cobertura do caso e os desdobramentos das investigações até a chegada ao acusado renderam ao todo 8 (oito) edições entre o dia 22 de junho e o dia 3 de julho. Um detalhe interessante foi a publicação, deliberada, da informação de que a vítima sobrevivente não lembrava do ocorrido, algo que foi desmentido posteriormente pelo próprio *Já* e que fora publicado como parte da estratégia de manter as investigações em sigilo e controlar a circulação de informações, numa colaboração com a polícia. Rapidamente, dois suspeitos foram identificados, e a rapidez na resolução do caso, a resposta à população, foi proporcional ao impacto causado. Após o caso ganhar repercussão, foram realizadas uma série de protestos e manifestações cobrando por mais policiamento no bairro cuja insegurança ganhava notoriedade.

**b) “Ritual Magia Negra em Sumé”: o grotesco como estereótipo**

O assassinato de um garoto de 5 (cinco) anos no município de Sumé, interior do estado foi outro caso que rendeu uma cobertura extensa do *Já* com 6 (seis) edições entre os dias 14 e 23 de outubro de 2010. Além de envolver uma criança, o crime ganhou ainda mais repercussão devido ao envolvimento da mãe do garoto no crime que teria como motivação a realização de um ritual de magia negra. A repercussão foi imediata, muito pelo fato de combinar dois temas que atraem a atenção da mídia de forma especialmente forte: a morte de uma criança e os rituais chamados de “magia negra”. Ao longo da cobertura, o aspecto da *perversão* seria explorado ao se resgatar o relato da mãe do garoto a respeito das circunstâncias do crime. Outros aspectos da história deram

margem à *dramatização* do acontecimento no momento em que se resgatou o contexto em que a família vivia bem como a repercussão do crime nas vidas dos irmãos e do pai do menino assassinado.

### c) **“Terror em Campina”:** pânico e ruptura no cotidiano

Por dois momentos, em maio e em julho de 2015, a cidade de Campina Grande se viu tomada por um caos sem precedentes. Nas duas vezes, o ponto de partida foram rebeliões e conflitos de grupos rivais dentro do presídio do Serrotão, na cidade, de onde criminosos presos enviaram ordens para que seus comandados colocassem fogo em ônibus por toda cidade, provocando pânico em toda a população. O caráter difuso da situação, as notícias desencontradas, a carga de imprevisibilidade de uma ação dos criminosos, e a utilização massiva de redes sociais, só amplificaram a onda de terror que fez universidades, escolas, órgãos públicos e comércio encerrarem mais cedo suas atividades por medo de outras ações semelhantes. Em meio ao pânico, muitos boatos se espalharam dando conta de arrastões e de incêndios, o que colocou em dúvida até se o que havia ocorrido, de fato, fazia parte de uma ação orquestrada, o que seria confirmado posteriormente.

## **2.2 Análise de conteúdo: histórico e conceitos**

Segundo Fonseca Junior (2005), a Análise de Conteúdo (AC), “em concepção ampla, se refere a um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa.” (p.280). Krippendorff (1990 apud FONSECA JUNIOR, 2006, p. 29) vai além ao explicar que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e validades que podem se aplicar a seu contexto”.

Assim, a Análise de Conteúdo se revela como um método capaz de rastrear sentidos ocultos ou latentes de diferentes tipos de mensagens gravadas, em diferentes suportes. Através dela, é possível se chegar a interpretações a respeito de sistemas, conjuntos de normas, elementos típicos e discrepantes, etc. “Para tanto adota-se o método da Análise de Conteúdo, uma vez que este método consiste em um conjunto de técnicas tendo com matéria-prima a interpretação de textos. Por meio de descrição do

conteúdo das mensagens, essa análise permite a interpretação de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens” (Bardin, 1988, p.42)

A autora explica ainda que a Análise de Conteúdo pode ser tomada como uma técnica bastante apropriada para o estudo nas comunicações humanas com ênfase especial nas mensagens e seus conteúdos. Na comunicação escrita, tal técnica pode ser facilmente aplicada, pois é possível retornar ao texto sempre que necessário, sempre a fim de se extrair informações objetivas.

Oriunda do campo da comunicação, a Análise de Conteúdo teve suas bases teóricas lançadas já a partir das primeiras décadas do século XX, por teóricos como Lazarfeld e Lasswell, muito influenciados pela dimensão quantitativa e pelo rigor matemático herdados do positivismo de Augusto Comte. Ainda na primeira metade do século XX, Bernard Berelson definiria a Análise de Conteúdo como “uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (1952, p. 18).

A Análise de Conteúdo obteve o seu grande impulso durante a Segunda Guerra Mundial, quando 25% das pesquisas com esse método foram realizadas pelo governo americano a fim de investigar agências de notícias e periódicos suspeitos de propaganda subversiva (BARDIN, 1988; KIENZ, 1973), como também monitorando as transmissões radiofônicas de nazistas e seus aliados (Krippendorff, 1990 apud Duarte; Barros, 2008, p. 283).

Tal método, que tem seu foco na análise de mensagens, é considerado sistemático à medida que se baseia em uma série de procedimentos que podem ser aplicados da mesma forma a todo um conteúdo que se está analisando. Também considera-se o método como confiável, porque permite que diversos analistas atinjam as mesmas conclusão, aplicando as mesmas categorias às mesmas mensagens. (Lozano, 1994 apud Duarte; Barros, 2008).

Assim, Duarte e Barros (2008) lembram que na concepção de Krippendorff (1990), a Análise de Conteúdo acaba apresentando determinadas características, que são: (a) orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; (b) transcendência das noções e normas de conteúdo, envolvendo as idéias de mensagem, canal, comunicação e sistema; (c) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados (Duarte; Barros, 2008, p. 286)

A Análise de Conteúdo se desenvolveu sobre duas abordagens: quantitativa e qualitativa. Na quantitativa, o enfoque está nas frequências de uma determinada característica que tende a se repetir em meio ao conteúdo de um texto. Na abordagem qualitativa, “considera-se a presença ou a ausência de uma dada característica de um conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (Mads apud Caregnat; Mutti, 2006, p. 682).

Com o passar do tempo, o apelo ao quantitativo rendeu diversas críticas à Análise de Conteúdo enquanto ferramenta de pesquisa social, por acreditar-se que a ênfase nos números e frequências não daria conta da compreensão de fenômenos mais complexos seja na comunicação como em outras áreas do conhecimento. É aí que entra em cena uma nova concepção da Análise de Conteúdo que deu um novo fôlego à metodologia, reposicionando seu foco do aspecto descritivo para o interpretativo.

Segundo Bardin, “a análise de conteúdo já não é considerada exclusivamente com um alcance descritivo, antes se tomando consciência de que a sua função e seu objetivo é a *inferência*” (1988, p. 21-22). Assim, podemos afirmar que a Análise de Conteúdo pode extrapolar uma abordagem quantitativa, de constatação de dados, fazendo, conforme Bauer e Gaskell, “uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a Análise de Conteúdo é uma técnica híbrida” (2002, p.190).

Assim, a Análise de Conteúdo é “uma técnica para produzir inferências de um texto focal para o contexto social de maneira objetivada” (Bauer; Gaskel, 2002, p. 191). A inferência é o objetivo da Análise de Conteúdo, independente de ela ser ou não baseada em métodos quantitativos. “O analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidencia, tirando partido do tratamento das mensagens que manipulara para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação” (Bardin apud Fonseca Júnior, 2006, p. 284)

Em suma, a inferência pode ser definida como uma operação fundada na lógica a fim de que se adquira conhecimentos a respeito da mensagem analisada. “O analista trabalha como índices cuidadosamente postos em evidência, tirando partido do tratamento das mensagens que manipula, para inferir conhecimentos sobre o emissor ou sobre o destinatário da comunicação” (Bardin, 1988, p. 39-40 apud Duarte; Barros, 2008, p. 284)

Atualmente, a dicotomia entre o aspecto quantitativo e qualitativo dentro da Análise de Conteúdo já não se sustenta, e o que tem se buscado é aliar as visões sobre o conteúdo latente, implícito, e o conteúdo manifesto, no sentido de se compreender dimensões para além do objeto analisado, tais como as condições em que foi produzido um texto, seus significados, a quem se destina, quem o produz, etc.

Tal perspectiva se mostrou bastante frutífera no campo do jornalismo e permeou a Análise de Conteúdo desde os seus inícios, quando ela se debruçou sobre o jornalismo sensacionalista do fim do século XIX, nos Estados Unidos. Ainda nas comunicações, diversas pesquisas sobre estereótipos e propaganda política renderam estudos célebres que deram projeção à Análise de Conteúdo, que passou também a ser incluída enquanto técnica de pesquisa em áreas como a sociologia e a psicologia.

Se focarmos no jornalismo, segundo Benetti e Lago, especificamente uma chamada *análise de conteúdo jornalística* poderia ser definida por um

método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas de forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formados enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação. (2007, p. 126-127)

Pensando no jornalismo, a Análise de Conteúdo pode fornecer modelos que possibilitem o entendimento do receptor, da organização que coordena um veículo, das rotinas de produção, dos aspectos culturais do produtor da notícia, etc. Segundo Herscovitz (2007), o método pode ser utilizado para

detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e formatos jornalísticos, para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas. (p. 123)

Tal perspectiva, este olhar do objeto midiático para o social, encontra eco nas concepções de Stuart Hall. De acordo com o autor, “os produtos jornalísticos constituem material profícuo para a interpretação da vida social de uma época, fornecendo mapas das crenças e dos consensos constituídos historicamente” (Hall,

1994, p. 226). Indo além no aspecto representativo das notícias, podemos lançar-lhes um olhar que transcenda a compreensão de que esta se impõe apenas como uma fonte de informação cotidiana, que é sua razão de ser primordial, mas que, dada as suas circunstâncias de produção, e com as estruturas com lida, termina por se recobrir de outros sentidos e outras camadas passíveis de outros entendimentos.

“Não há que se falar em mediação como função essencial das notícias, pois uma vez que esses relatos vem carregados de sentidos outros, que não exclusivamente os imediatos, elas atuam então como estruturadoras da realidade. Nem só de citações, números e porcentagens são feitas as notícias, mas de concepções de mundo, valores e modelos sociais que norteiam a atuação dos indivíduos. E é justamente por isso que os relatos noticiosos se constituem como sistemas simbólicos, já que para além de informar, as notícias também fornecem referências à vida social” (Bird; Dardenne, 1999).

Toda a série de representações que permeiam as notícias não são gratuitas: elas estão atreladas a enunciados e modelos e de enunciação partilhados por todo um corpo social, ou seja, são enunciados que atuam na formação de sujeitos sociais que compõem a realidade cotidiana e que interagem com outros sujeitos.

Para o conjunto de representações que se forma a partir de um sistema de conteúdos onde toda a sociedade está vinculada dar-se o nome de imaginário social. Conforme Maffesoli (2001, p. 75-76), o imaginário pode ser entendido como uma atmosfera, o estado de espírito de um grupo, uma força que cria um vínculo que é um “cimento social”. “É por meio do imaginário que se formam as diversas imagens e que se partilham valores que caracterizam o modo específico e particular de uma dada sociedade”

De acordo com Bauer, qualquer texto escrito ou falado termina por referir-se a “pensamentos, sentimento, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que seus autores imaginam” (Bauer; Gaskell, 2002, p. 190). É exatamente aí que a Análise de Conteúdo pode atuar na construção de mapas de conhecimento presentes nestes textos.

A linguagem escrita e oral é utilizada inclusive para representar traços do mundo como conhecimento, e para reconstruir este conhecimento, a Análise de Conteúdo pode acabar indo a além da mera classificação de unidades de um texto, e focar num caminho de construção de redes de análise que represente o conhecimento, e não só elementos, mas principalmente suas relações.

Em suma, a Análise de Conteúdo pode ser tomada como um método capaz de ultrapassar incertezas e aprofundar leituras, de diversos tipos de mensagens, nas mais variadas linguagens. “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 1988, p.31). Dessa forma, podemos entender que a Análise de Conteúdo torna-se um método ideal a ser utilizado em pesquisas na comunicação.

Nesse sentido, a Análise de conteúdo pode ser voltada para o tratamento de dados brutos em comunicações (entrevistas, mensagens em documentos em geral), bem como nas ciências sociais, especialmente em pesquisas qualitativas. Basicamente, tal método pode apresentar duas funções primordiais, funções que podem coexistir de maneira complementar. Em primeiro lugar, pode atuar com o objetivo enriquecer uma pesquisa exploratória, ampliando a propensão à descoberta e possibilitando o surgimento de hipóteses quando mensagens pouco exploradas anteriormente são examinadas. Uma outra função é de administração de provas, ou seja, pode funcionar como um teste para que hipóteses sejam verificadas e apresentadas sob a forma de afirmações ou questões provisórias.

### **2.3 Etapas da Análise de Conteúdo**

De acordo com Bardin (1977), a Análise de Conteúdo, que consiste na interpretação de mensagens e enunciados, constitui-se por etapas formuladas no intuito de dar mais agilidade e exatidão ao estudo que optar por esta metodologia. Assim, os passos propostos para uma análise de conteúdo são: 1) pré-análise (compreendendo a escolha do material de estudo e elaboração de hipóteses que virão a servir ao desenvolvimento de indicadores para a interpretação); 2) a exploração do material (que significa a análise propriamente dita) e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

É importante lembrar que “o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fieis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 1988, p. 101).

A primeira etapa, de pré-análise, implica na escolha dos documentos, na formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final.

Segundo Duarte e Barros (2008), a segunda fase, que compreende a exploração do material, engloba operações de codificação, e se configura como um processo de alteração de dados brutos tendo em vista regras de enumeração, agregação e classificação, com foco na clareza das características do material selecionado. Assim, podemos dizer que a codificação envolve três etapas: 1) recorte (ou seja, a escolha das unidades de registro e contexto); 2) enumeração (que diz respeito à quantificação das unidades de registro que irão levar à determinação de índices); e 3) a categorização (que se alcança por meio do trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em número menor de categorias, com objetivo de tornar a acessível a massa de dados.

Assim, ao estabelecer categorias de interpretação, a Análise de Conteúdo visa trabalhar com a materialidade do texto, compreendendo o pensamento do indivíduo através do conteúdo expresso no texto.

Vale ressaltar que para uma amostragem rigorosa, é necessário que a amostra a ser analisada seja representativa, tendo em conta o universo inicial dos materiais escolhidos. Outra questão que vale lembrar é que “nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o própria universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante” (Bardin, 1988, p.13).

Para a presente pesquisa, foram realizadas leituras flutuantes de todas as edições do Jornal *Já* de maio a outubro de 2015, e dessa forma optamos por casos que tiveram uma cobertura diferente daquilo que é comumente noticiado e explorado com o imediatismo do *fait-diver*. Foram casos cujas coberturas obtiveram um prosseguimento por várias edições, o que permite que se observe dinâmicas de agendamento, bem como o tratamento dispensado, por se tratarem de fatos cuja extensão do apelo desviante provoca grandes repercussão e um forte impacto social. Em síntese, para a escolha dos documentos, seguimos a *regra da pertinência*, que conforme Bardin é uma regra onde “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (BARDIN, 1977, p. 98).

## 2.4 Unidades de registro e de contexto

As unidades de registro e de contexto são aqueles elementos a serem levados em conta enquanto objetos pertinentes a uma análise. A unidade de registro é a unidade de significação a ser selecionada e codificada, que “corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (BARDIN, 1977, 104). Palavras, personagens, acontecimentos e documentos são exemplos do que pode ser tomado com uma unidade de registro. Já a unidade de contexto “serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem” (BARDIN, 1977, p. 107).

Visto isso, tratamos agrupar, do ponto de vista temático, os casos, que se tornaram grandes unidades de contexto. A separação neste momento foi puramente temática, e cada um teve seu espaço próprio dentro da análise. Em cada um dos três casos, os textos das suas notícias foram tomados como unidades de registro para a análise. Abaixo, vejamos as datas, chamadas de capa e títulos das notícias dos três casos selecionados para a análise:

**Tabela 01 – Chamadas de capa e títulos das notícias dos acontecimentos analisados**

<b>Caso 01: Barbárie dos Bancários</b>		
<b>Dia</b>	<b>Capa</b>	<b>Título da notícia</b>
Segunda-feira, 22/06/2015	Muita crueldade: mulheres são seqüestradas, estupradas e uma morre	Mulheres e bebê vivem cenas de terror. Criminosos seqüestram, estupram e matam uma delas atropelada em Pernambuco; criança foi jogada na mata
Terça-feira, 23/06/2015	Barbárie com mulheres: Polícia monta quebra cabeça	Barbárie revolta população

---

Sexta-feira, 26/06/2015	“Barbárie dos Bancários: Polícia ainda não tem suspeitos	A barbárie e seus mistérios!
Segunda-feira, 29/06/2015	Vítima não lembra de barbárie dos Bancários	Mulher estuprada tem apagão. Delegado diz que vítima de barbárie não lembra do que aconteceu”
Terça-feira, 30/06/2015	Polícia ouve 15 pessoas sobre a barbárie dos Bancários	Polícia ouve 15 sobre barbárie. Familiares e amigos que estavam em escola prestaram depoimento
Terça-feira, 30/06/2015	A cara da crueldade: polícia acaba com mistério e apresenta desfecho da barbárie dos Bancários	A face da barbárie: polícia apresenta acusados de seqüestro, estupro e morte de mulher
Quinta-feira, 02/07/2015	Delegada afirma: “É um ser agressivo, que tem desprezo pela vida”. Acusado pela barbárie dos bancários não agiu sob efeito de drogas	“Não foi drogas, foi ruindade”
Sexta-feira, 03/07/2015	(Sem chamada na capa)	“Monstro” é xingado e isolado. Acusados de barbárie provocam revolta durante transferência.

---



---

---

**Caso 02 - Ritual de Magia Negra**

---

<b>Dia</b>	<b>Capa</b>	<b>Título/Subtítulo da notícia</b>
Quarta-feira, 14/10/15	Garoto morto em ritual de magia negra. Essa é uma das hipóteses, diz delegado; suspeitos são identificados	Criança é morta em ritual macabro. Garoto de 5 anos teve corpo aberto na cidade de Sumé.
Quinta-feira, 15/10/2015	Mãe e padrasto suspeito: Polícia diz que garoto sofria maus tratos. Outras duas pessoas foram detidas; polícia ainda investiga ritual de magia negra.	Mãe e padrasto são presos suspeitos de matar criança. Polícia investiga para saber se houve ritual de magia negra.
Sexta-feira, 16/10/2015	(Sem chamada na capa)	Mudaram de endereço para continuar vivos. Suspeitos da morte de criança são transferidos para João Pessoa
Terça-feira, 20/10/2015	Mãe diz que filho ficou “ciscando” após corte no peito	“Após corte, ele ficou ciscando”. Mãe relata sofrimento do filho e polícia acredita que envolvidos tomaram banho ou beberam sangue
Quinta-feira, 22/10/2015	Família do garoto sacrificado: uma vida de sofrimento. Irmãos são	Uma história de muito sofrimento. Irmãos do garoto Everton são

---

	retirados do convívio do pai por causa de situação de miséria.	retirados do convívio do pai devido situação de penúria.
Sexta-feira, 23/10/2015	(Sem chamada na capa)	Sacrifício foi encomendado. Polícia revela que alguém pagou pelo assassinato do garoto Everton.

---

### Caso 03 - Terror em Campina

---

Dia	Capa	Título/ Subtítulo da notícia
Quinta-feira, 14/05/2015	Terror em Campina. Presos se rebelam e bandidos queimam ônibus nas ruas.	O terror é grande em Campina. Presos do Serrotão se rebelam e bandidos incendeiam ônibus.
Terça-feira, 19/05/2015	Não era boato! – Polícia confirma que presos do Serrotão ordenaram incêndio a ônibus em Campina.	Presos ordenaram fogueira com ônibus. Polícia confirma que não foi boato onda de terrorismo em Campina.
Terça-feira, 28/07/2015	Rebelião, bala e fogo em ônibus. Campina Grande vive uma segunda-feira de cão	Rebelião e ônibus queimados em Campina. Preso leva tiro na cabeça durante tumulto
Quarta-feira, 29/07/2015	Campina exporta	CG faz permuta de

---

<p>“anjinhos” para João Pessoa. Transferência foi depois da rebelião do Serrotão.</p>	<p>“anjinhos”. 20 apenados do Serrotão são transferidos para o PB1 da capital.</p>
---	--

---

## 2.5 Categorização

De acordo com Bardin (1977) “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos” (p. 117). Ou seja, trata-se de uma classificação de ordem taxionômica onde os objetos são repartidos em categorias inteligíveis. A categorização é composta por duas etapas: 1) o inventário (isolar os elementos) e 2) a classificação (repartir os elementos, e portanto procurar impor uma certa organização às mensagens).

Na presente pesquisa, as categorias em que textos e fragmentos de textos foram agrupados para que pudéssemos chegar às devidas interpretações dizem respeito à Cultura do Medo dentro de um jornal popular/sensacionalista e as estratégias que este se utiliza para reinterpretar o cotidiano em suas páginas. São categorias que se originam de conceituações presentes em capítulos anteriores e que nos deram o fundamento teórico para contemplarmos o objeto da pesquisa, ou seja, as narrativas sobre os três acontecimentos descritos anteriormente. Em suma, as categorias de análise emergiram a partir da observação dos componentes conceituais da Cultura do Medo e do Grotesco, presentes em suas definições.

Em relação à Cultura do Medo, nos ateremos aos seguintes tópicos:

- a) Crise de confiança no cotidiano das cidades;
- b) Busca de proteção como uma obsessão dentro da lógica do consumo;
- c) Discurso da insegurança e a noção do “sujeito violento” no imaginário.

Já no que compete ao Grotesco, observaremos nos textos selecionados referências a tais aspectos:

- a) Rebaixamento e a sua referência à partes baixas do corpo, fezes e dejetos;
- b) Quebra insólita de uma ordem canônica, deformação inesperada, aberração;
- c) Conflito entre a cultura e a corporalidade, tensão do limite entre homem e o

animal

Entretanto, antes de entrarmos diretamente na análise dos três acontecimentos jornalísticos, primeiramente adentraremos na cartografia do agendamento do noticiário do Jornal *Já*, de maio a outubro de 2015, para entendermos o contexto geral em que os três acontecimentos escolhidos se situam.

### 3. JORNAL JÁ: OS CRIMES NO COTIDIANO

No presente capítulo, apresentaremos o resultado do levantamento das 129 edições do jornal *Já*, publicadas de maio a outubro do ano de 2015. Ao todo foram contabilizadas e decodificadas 559 ocorrências de crimes e outros fatos similares noticiados pelo jornal nesse período. O levantamento foi feito através de um formulário de análise (VER APÊNDICE) inserido no programa SPSS, próprio para análises de freqüências, que nos possibilitou chegar ao panorama que segue.

#### 3.1 Cartografia das notícias no Jornal Já – Maio a Outubro de 2015

##### a) Por mês

De acordo com nosso levantamento, o *Já* obteve no mês de Julho de 2015 um pico na quantidade de notícias relacionadas a crimes e acidentes em relação aos meses anteriores e aos seguintes. O mês de maio registrou 80 notícias relacionadas à violência e acidentes, o que corresponde a 14,3%; Junho teve 94 notícias (16,8%); Julho registrou 103 (18,4%); Agosto ficou com 88 notícias (15,7%); Setembro com 84 (15%) e outubro com 79 notícias (14,1%). Muito deste aumento acentuado no mês de julho se deve, possivelmente, ao crime de maior repercussão nesse ano, que ficou reconhecido por “Barbárie dos Bancários”, ocorrido no mês de Julho, que será, no capítulo seguinte, analisado sob o ponto de vista narrativo, à luz de todas as questões abordadas sobre a *cultura do medo* e o *grotesco*.

Gráfico 01

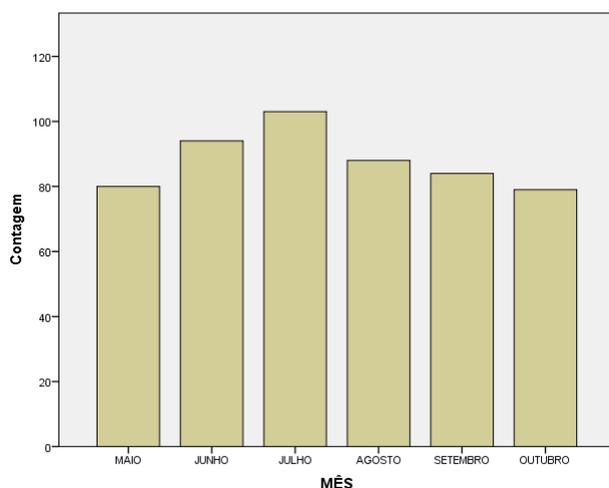


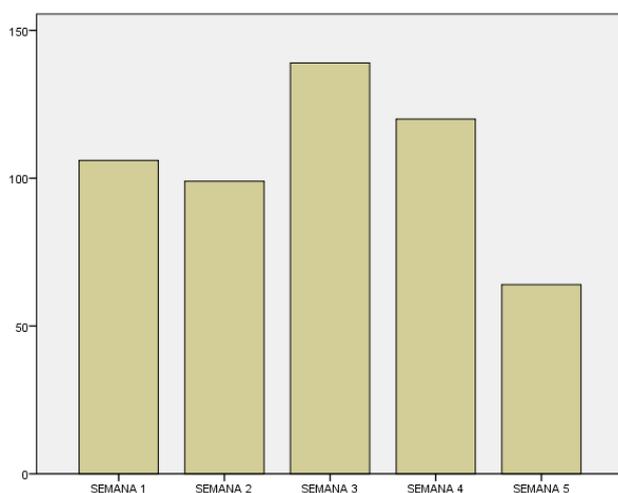
Tabela 02 – Números/meses

	Frequência	%
MAIO	80	14,3
JUNHO	94	16,8
JULHO	103	18,4
AGOSTO	88	15,7
SETEMBRO	84	15,0
OUTUBRO	79	14,1
Total	528	94,5

## b) Por semana

Normalmente os meses possuem quatro semanas, mas por diversas vezes alguns meses acabam tendo mais um final de semana, contabilizando uma quinta semana. Durante o período analisado, foi observado que em média as terceiras semanas são aquelas que trazem mais notícias relacionadas à violência e à criminalidade. Ao todo, as primeiras semanas desses seis meses contabilizaram 106 notícias (19%); as segundas semanas tiveram 99 notícias (17,7); as terceiras semanas alcançaram 139 notícias (24,9%); as quartas semanas tiveram 120 ocorrências (21,5%) e as quintas semanas tiveram 64 notícias (11,4%).

**Gráfico 02**



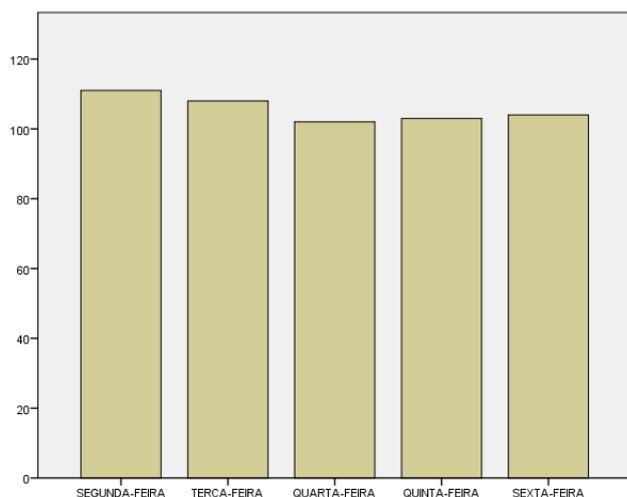
**Tabela 03 – Números/semanas**

	Frequência	%
SEMANA 1	106	19,0
SEMANA 2	99	17,7
SEMANA 3	139	24,9
SEMANA 4	120	21,5
SEMANA 5	64	11,4
Total	528	94,5

## c) Por dia

Em relação ao dia, o que fica evidente é que os finais de semana ainda são os dias propícios a crimes e situações de violência, tanto que o primeiro dia útil do jornal após o fim de semana, se observa em média uma quantidade de notícias superior aos outros dias. Ou seja: o jornal acaba tendo que dar espaço a uma quantidade superior de notícias oriundas de acontecimentos que se desenrolaram durante o fim de semana. O número de notícias veiculadas nas segundas-feiras resultou em 111 (19,9% do total); as terças-feiras tiveram 108 (19,3); as quartas-feiras somaram 102 (18,2); as quintas-feiras tiveram 103 notícias (18,4%) e as sextas-feiras tiveram ao todo 104 notícias (18,6%).

**Gráfico  
03**



**Tabela 04 – Números/dias**

	Frequência	%
SEGUNDA-FEIRA	111	19,9
TERÇA-FEIRA	108	19,3
QUARTA-FEIRA	102	18,2
QUINTA-FEIRA	103	18,4
SEXTA-FEIRA	104	18,6
Total	528	94,5

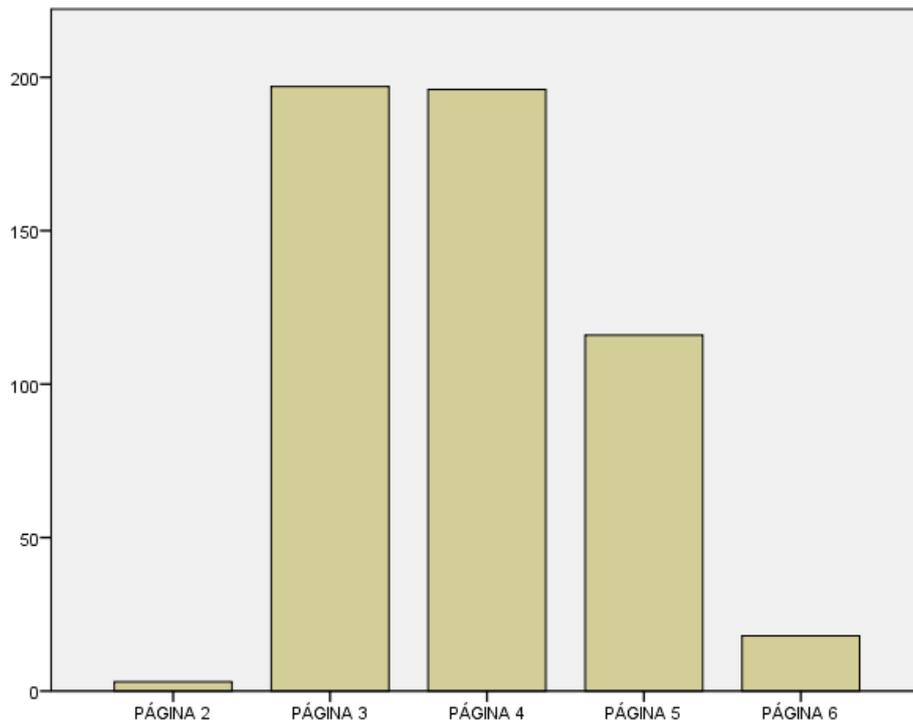
**d) Por página**

Conforme os antigos manuais de jornalismo, os cantos superiores das páginas ímpares são aqueles que guardam um maior prestígio, pois acredita-se que é para onde a atenção do leitor flui mais naturalmente ao ter o jornal nas mãos. Em relação ao *Já* e a sua linha que privilegia acontecimentos motivados pela criminalidade, este paradigma é seguido quase que à perfeição por observar-se que grande parte dos conteúdos sobre violência localizam-se em média, na página 3 e 4 do referido jornal. Em seis meses de veiculação, apenas por 3 (três) oportunidades a página 2 trouxe notícias sobre ocorrências locais (0,5%); nas páginas 3 foram 197 notícias (35,2%); nas páginas 4 foram 196 notícias (35,1%); nas páginas 5 tiveram 116 notícias (20,8%); e nas páginas 6 foram 18 notícias (3,2%).

**Tabela 05 – Números/páginas**

	Frequência	%
PÁGINA 2	3	,5
PÁGINA 3	197	35,2
PÁGINA 4	196	35,1
PÁGINA 5	116	20,8
PÁGINA 6	18	3,2
Total	530	94,8

**Gráfico 04**



**e) Por tipo de crime**

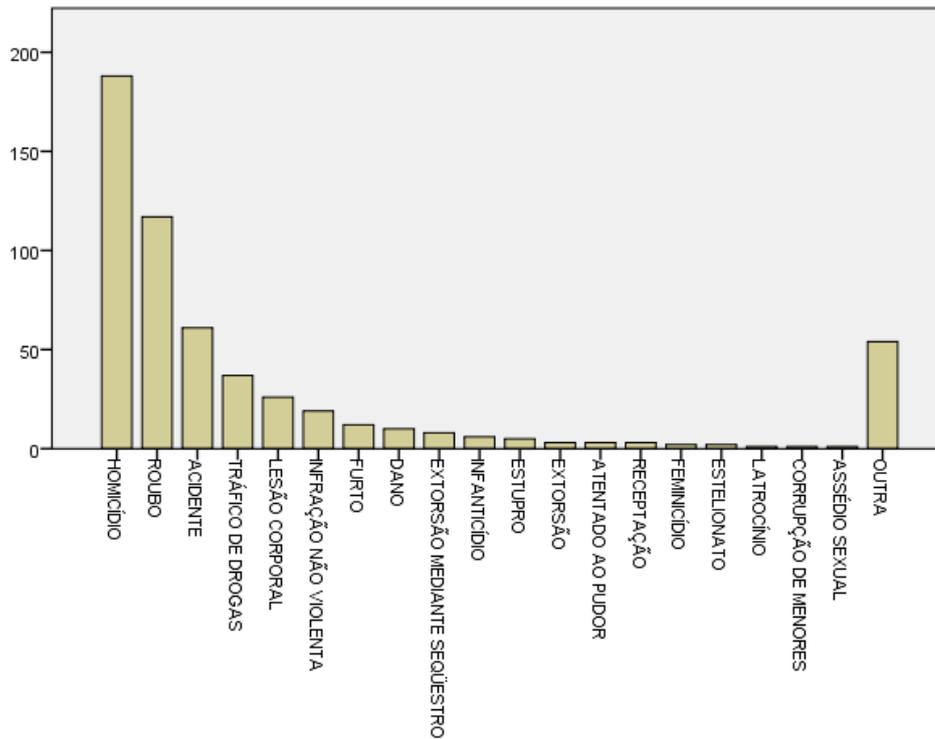
O levantamento revelou que o tipo de crime que foi mais relatado nos seis meses em que acompanhamos o jornal *Já* foi o crime de *homicídio*, seguido pelo *roubo*. A preponderância do tema *homicídio* entre as notícias observadas no período se coaduna com o crescimento crescente desse tipo de crime apontado pelo Mapa da Violência 2015 no nosso estado, e revela inclusive o quanto ainda há que se fazer em relação à segurança pública em todos os níveis. Abaixo, segue uma tabela com os números de seis meses de veiculação:

**Tabela 06 – Tipo de ocorrência**

Tipo de ocorrência	Frequência	%
HOMICÍDIO	188	33,6
ROUBO	117	20,9
ACIDENTE	61	10,9
OUTRA <sup>4</sup>	54	9,7
TRÁFICO DE DROGAS	37	6,6
LESÃO CORPORAL	26	4,7
INFRAÇÃO NÃO VIOLENTA	19	3,4
FURTO	12	2,1
DANO	10	1,8
EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO	8	1,4
INFANTICÍDIO	6	1,1
ESTUPRO	5	,9
RECEPTAÇÃO	3	,5
EXTORSÃO	3	,5
ATENTADO AO PUDOR	3	,5
ESTELIONATO	2	,4
FEMINICÍDIO	2	,4
LATROCÍNIO	1	,2
CORRUPÇÃO DE MENORES	1	,2
ASSÉDIO SEXUAL	1	,2
Total	559	100,0

<sup>3</sup>A categoria “outra” se refere a ocorrências que não dizem respeito diretamente a casos de violência, tais como serviços, greves e transtornos de variadas ordens.

**Gráfico 05**



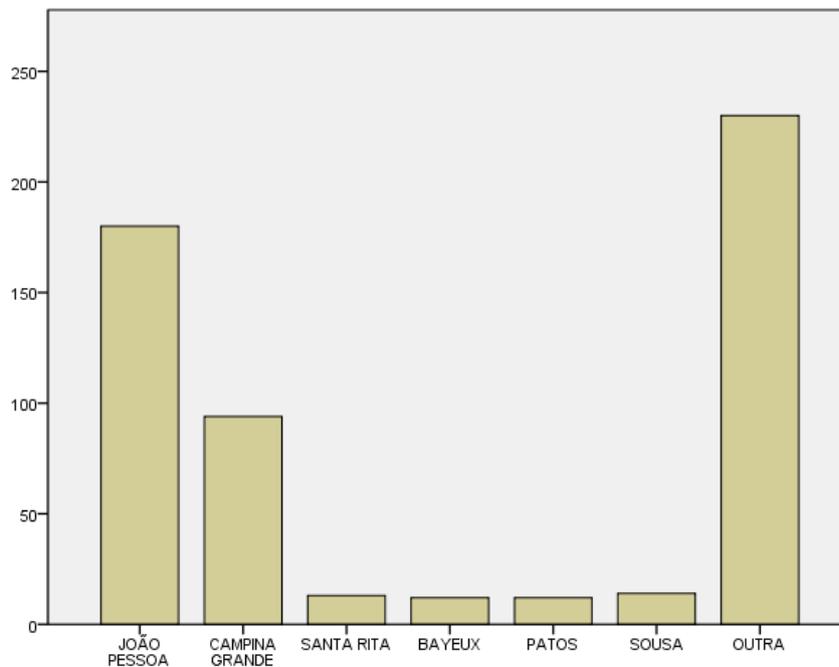
**f) Por cidade**

Em nosso levantamento por cidade, priorizamos além da capital (João Pessoa), cinco das cidades com maiores populações (Campina Grande, Santa Rita, Bayeux, Patos e Sousa). Quando as ocorrências eram originadas em outras cidades, menores, estas foram agrupadas na categoria “outra”. Por fim, observamos que durante o período observado, a quantidade de ocorrências oriundas de cidades menores representou um número maior entre o que foi veiculado (41,1%, 230 notícias). Quanto ao recorte das maiores cidades do estado, as que apresentaram uma maior quantidade de ocorrências registradas ao longo do período estudado foram João Pessoa, com 180 (32,2%), e Campina Grande, com 94 ocorrências (16,8%).

**Tabela 07 – Número/cidade**

	Frequência	%
OUTRA	230	41,1
JOÃO PESSOA	180	32,2
CAMPINA GRANDE	94	16,8
SOUSA	14	2,5
SANTA RITA	13	2,3
BAYEUX	12	2,1
PATOS	12	2,1
Total	555	99,3

**Gráfico 06**



#### **4.2 Representação e agendamento dos bairros de João Pessoa: incidências**

Trazendo o foco para João Pessoa, observamos através do nosso levantamento que na capital se verifica a mesma dinâmica que marca o agendamento do *Já* em relação a todo o estado: foi o *homicídio* o tipo de crime mais registrado pelo jornal em João Pessoa, num total de 66 ocorrências durante os seis meses estudados. Abaixo, vemos o número de vezes que cada tipo de ocorrência foi registrada no decurso dos seis meses que compreendem a pesquisa:

**Tabela 08 – Ocorrências de crimes de Maio a Outubro/2015  
no jornal *Já* registradas em João Pessoa**

JOÃO PESSOA	
OCORRÊNCIA	FREQUÊNCIA
HOMICÍDIO	64
ROUBO	31
ACIDENTE	10
LESÃO CORPORAL	10
TRÁFICO DE DROGAS	6
INFRAÇÃO NÃO VIOLENTA	5
SEQÜESTRO	5
DANO	4
FURTO	4
EXTORSÃO	1
RECEPTAÇÃO	1
ASSÉDIO SEXUAL	1
ESTUPRO	1
ESTELIONATO	1
OUTRA	18

Um dos objetivos desta pesquisa foi observar no jornal *Já* o sentido do agendamento de casos de violência no que se refere aos bairros da capital. Em relação aos bairros, podemos ver na tabela abaixo quais foram os bairros de João Pessoa que mais apareceram nas páginas do *Já*, de maio a julho de 2015. É possível considerar que o aumento de aparições do bairro dos Bancários se deveu às notícias acerca da chamada “Barbárie dos Bancários”, que totalizaram oito (8) edições, caso este que posicionou o bairro entre aqueles mais violentos da cidade e que será analisado no capítulo seguinte.

**Tabela 09 – Frequência de notícias por bairros de  
João Pessoa entre maio e outubro de 2015**

<b>BAIRRO</b>	<b>FREQUENCIA</b>		
		Miramar	2
Bancários	20	Tambaú	2
Mangabeira	13	B. dos Novais	2
Centro	12	Jagaribe	2
Cruz das Armas	9	Jardim Planalto	2
Bairro das	7	Esplanada	2
Indústrias			
Bessa	7	Colinas do Sul	2
Valentina	7	Expedicionários	1
Figueiredo			
Róger	6	Água Fria	1
Ernesto Geisel	6	Costa e Silva	1
Torre	5	Cuiá	1
Varadouro	5	Ernâni Sátiro	1
Manaíra	5	Funcionários	1
Jardim 13 de	4	Gramame	1
Maio			
Mandacaru	4	Altiplano	1
Grotão	4	Cabo Branco	1
Tambauzinho	4	Castelo Branco	1
Cristo Redentor	4	Ilha do Bispo	1
José Américo	4	Rangel	1
Alto do Mateus	4	João Paulo II	1
Bairro dos Ipês	2	Paratibe	1
Tambiá	2	<b>Total</b>	<b>162</b>

Observadas as quantidades de notícias por ocorrência e por bairro, cruzamos as duas informações para sabermos quais bairros aparecem mais em cada tipo de ocorrência registrada na cidade de João Pessoa. Alguns bairros aparecem com números

coincidentes dentro de um mesmo tipo de ocorrência, seja liderando, seja empatado com outros que apresentaram o mesmo número. Vejamos a tabela abaixo.

**Tabela 10 – Os crimes mais noticiados  
e os bairros que mais apresentaram ocorrências**

<b>TIPO DE CRIME</b>	<b>OCORRÊNCIAS EM JOÃO PESSOA</b>	<b>BAIRRO COM MAIS OCORRÊNCIAS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
HOMICÍDIO	64	BANCARIOS	11
ROUBO	31	BESSA	4
ACIDENTE	10	BESSA	3
LESÃO CORPORAL	10	CRUZ DAS ARMAS	3
TRÁFICO DE DROGAS	6	MANGABEIRA	2
		BANCÁRIOS	2
INF. NÃO VIOLENTA	5	RÓGER	2
		CENTRO, ERNESTO	
SEQUESTRO	5	GEISEL, CABO	1
		BRANCO, MIRAMAR,	
		TAMBAÚ	
		CRUZ DAS ARMAS	1
DANO	4	VALENTINA	1
		CRISTO	1
		BAIRRO DOS IPÊS	1
		CENTRO	1
FURTO	4	ERNESTO GEISEL	1
		MANAÍRA	1
		TAMBAUZINHO	1
EXTORSÃO	1	VALENTINA	1
RECEPTAÇÃO	1	ERNESTO GEISEL	1
ASSÉDIO	1	VALENTINA	1
ESTUPRO	1	BANCÁRIOS	1
ESTELIONATO	1	TAMBAUZINHO	1
OUTRAS	21	MANGABEIRA	3
		JOSÉ AMÉRICO	3

Se agruparmos as quantidades de ocorrências por zonas (SPOSATI, 2009) dentro da cidade de João Pessoa, chegaremos ao seguinte número:

**Tabela 11 – Ocorrências agrupadas por zonas da cidade de João Pessoa**

<b>OCORRÊNCIAS POR ZONA</b>	
ZONA NORTE	45
ZONA SUL	53
ZONA LESTE	39
ZONA OESTE	25
<b>TOTAL</b>	<b>162</b>

Verifica-se, assim, que a maioria das notícias do jornal *Já* durante o período estudado enfocou ocorrências ambientadas na Zona Sul da cidade de João Pessoa. Aqui, é importante lembrar de alguns dados do último Censo do IBGE a respeito da população e da quantidade de bairros das zonas em que se divide a cidade.

**Tabela 12 – Distribuição da população, bairros e setores censitários de João Pessoa. Censo IBGE, 2000**

Regiões	Bairros		População	
	nº	%	nº	%
Zona Norte	14	21.54	107.623	18.00
Zona Leste	16	24.62	101.390	16.96
Zona Oeste	9	13.85	159.355	26.65
Zona Sul	26	40.00	229.566	38.39
Total	65	100	597.934	100

Em suma, vemos que a ênfase do noticiário do jornal *Já* está focada primordialmente em bairros que integram a Zona Sul da cidade de João Pessoa. De acordo com dados do Censo Demográfico 2010, a Zona Sul compreende 26 bairros, com uma população de 229.566 habitantes, o que corresponde a 38% da população de

João Pessoa. Ao apontar o seu agendamento para bairros que compõem a região mais populosa da cidade, o jornal *Já* especializa o seu noticiário, baseando-se principalmente no critério da *proximidade* aliado à *significância social* dos casos relatados. Ainda que outras áreas possam apresentar uma quantidade maior de ocorrências, como no caso dos Bancários que com 20 ocorrências corresponde à metade do número da zona a que pertence (Leste), o agendamento trazido pelo *Já* indica a intenção de contemplar esta área da cidade que potencialmente teria mais leitores, e assim, teria um maior nível de reconhecimento.

### **3.3 Registros oficiais de homicídios e ocorrências no *Já*: um comparativo**

Solicitamos junto à Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social (SEDS) do Governo do Estado da Paraíba, através do Serviço de Informação ao cidadão, números oficiais a respeito da violência da cidade de João Pessoa, entre os meses de maio e outubro de 2015, que é o recorte temporal de nossa pesquisa.

A SEDS conta com o Núcleo de Análise Criminal e Estatística (Nace), subordinado a Assessoria de Ações Estratégicas, que tem como objetivo contabilizar os crimes registrados dentro do estado da Paraíba, em especial aqueles intitulados Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), tais como o homicídio doloso.

De acordo com a SEDS,

a sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social, pois além do homicídio doloso outros crimes também devem ser contabilizados nas estatísticas referentes a mortes. Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais o homicídio doloso e demais crimes violentos e dolosos que resultem em morte, tais como o roubo seguido de morte (latrocínio), estupro seguido de morte, lesão corporal dolosa seguida de morte, entre outros.<sup>5</sup>

A secretaria diz ainda que os critérios utilizados pelo Nace são rigorosos, nos quais até as mortes oriundas de confrontos policiais são consideradas, assim como os homicídios ocorridos dentro de presídios. Assim, os números que foram disponibilizados dizem respeito apenas a homicídios ocorridos dentro do município de

---

<sup>5</sup> Disponível em:  
[www.paraiba.pb.gov.br/especiais/pbunidapelapaz/boletim/2012/Metodologia\\_de\\_contagem\\_de\\_Crimes\\_Violentos\\_Letais\\_Intencionais.pdf](http://www.paraiba.pb.gov.br/especiais/pbunidapelapaz/boletim/2012/Metodologia_de_contagem_de_Crimes_Violentos_Letais_Intencionais.pdf)

João Pessoa e é em relação a eles que iremos comparar o quantitativo das notícias sobre homicídios trazidas pelo *Já* no período citado.

De acordo com os dados apresentados pela SEDS, os registros oficiais de homicídios nos dez bairros mais violentos de João Pessoa entre maio e outubro de 2015 possuem sensíveis diferenças em relação ao número de notícias por bairros verificadas no *Já* no mesmo período. Conforme os dados oficiais, no referido período, o bairro de Mangabeira, o maior da cidade de João Pessoa, foi o que mais teve casos de homicídios, num total de 20 (vinte), enquanto que o jornal trouxe apenas 4 (quatro) notícias de homicídios ocorridos no bairro.

Já o bairro que teve mais notícias sobre homicídios ao longo destes seis meses que compreenderam a pesquisa foi o bairro dos Bancários, com 11 (onze) notícias. É interessante perceber que o bairro, apesar de ter sido o mais noticiado nestes seis meses, sequer aparece entre os dez bairros que mais registraram homicídios neste período. Nesse sentido, a “Barbárie dos Bancários”, que abordaremos mais profundamente no próximo capítulo, foi decisiva nesse diferencial, já que das onze notícias sobre homicídios nos Bancários que o *Já* trouxe neste período, 7 (sete) foram sobre o acontecimento.

**Tabela 13 – Comparativo entre registros oficiais de homicídios e notícias sobre homicídios no *Já* entre maio – outubro de 2015**

<b>Ranking dos 10 bairros com mais registros de homicídios Dados da SEDS (maio-outubro – 2015)</b>		<b>Quantitativo de notícias do <i>Já</i> sobre homicídios por bairros (maio – outubro – 2015)</b>	
Mangabeira	20	Bancários	11
Cristo Redentor	18	Centro	6
Bairro das Indústrias	17	Bairro das Indústrias	5
Varadouro	13	Mandacaru, Varadouro, Mangabeira, Valentina	4 (cada)

Valentina	12	Grotão	3
Oitizeiro	12	Róger, Torre, Bairro dos Novais, Cristo Redentor, Cruz das Armas, Jardim 13 de Maio	2 (cada)
Centro (JP)	11	Tambiá, Água Fria, Costa e Silva, Cuiá, Funcionários, Castelo Branco, João Paulo II, Rangel, Paratibe, Alto do Mateus, Colinas do Sul	1 (cada)
Mandacaru	10		
Costa e Silva	10		
Gramame	9		
Cruz das Armas	8		
Alto do Céu	7		

Ao observarmos os registros oficiais de homicídios em relação à cobertura dos mesmos pelo *Já*, e o quantitativo de notícias oriundas dessas zonas, as diferenças são ainda mais relevantes. Percebemos uma coincidência apenas na cobertura de homicídios ocorridos na Zona Sul da cidade. Se nesta zona se registrou mais homicídios nesse período, em um total de 102 (cento e dois), a área também foi a mais coberta pelo jornal, com 23 (vinte e três) notícias ao longo dos seis meses que compreende a pesquisa.

Entretanto, se verifica, proporcionalmente, uma série de discrepâncias quando observamos as demais zonas e as suas respectivas aparições no jornal ao longo dos meses. A Zona Norte, que teve pouco mais que a metade da quantidade dos registros de homicídios da Zona Sul, com 61 (sessenta e um) homicídios, teve apenas 21 (vinte e uma) notícias sobre homicídios, quase a mesma quantidade da Zona Sul. A Zona Oeste, que teve 62 (sessenta e dois) registros de homicídios, quase o mesmo número de homicídios registrados na Zona Norte, só teve 8 (oito) homicídios cobertos pelo jornal nesse período.

Já a Zona Leste, que durante o período citado teve apenas 8 (oito) registros oficiais de homicídios, teve no *Já* 12 (doze) notícias. Mais uma vez, é preciso ressaltar que a “Barbárie dos Bancários” foi decisiva nesse número elevado de notícias

decorrentes da Zona Leste em relação a quantidade de homicídios registrados na mesma Zona, pois só este acontecimento contou com 7 (sete) aparições no jornal, das 12 (doze) observadas.

**Tabela 14 – Ocorrências por Zona – Homicídios – Maio – Outubro - 2015**

OCORRENCIAS POR ZONA - HOMICIDIOS - MAIO A OUTUBRO - 2015		
	NUMEROS de HOMICIDIOS	NOTÍCIAS NO JÁ
ZONA NORTE	<b>61</b>	<b>21</b>
ZONA SUL	<b>102</b>	<b>23</b>
ZONA LESTE	<b>8</b>	<b>12</b>
ZONA OESTE	<b>62</b>	<b>8</b>

Se tomarmos como referência a relação entre os números oficiais de homicídios por zonas e as notícias de homicídios dessas zonas trazidas pelo *Já* neste período, percebemos uma opção pelo enquadramento da Zona Sul, que é a com o maior número de habitantes (38,39%), de acordo com dados do Censo de 2000, do IBGE. A Zona Norte, que teve praticamente o mesmo número de aparições no *Já* que a Zona Sul (21) consta no levantamento oficial com quase metade do número de homicídios da Zona Sul (61), apesar de ter também uma população bem menor (18% do total).

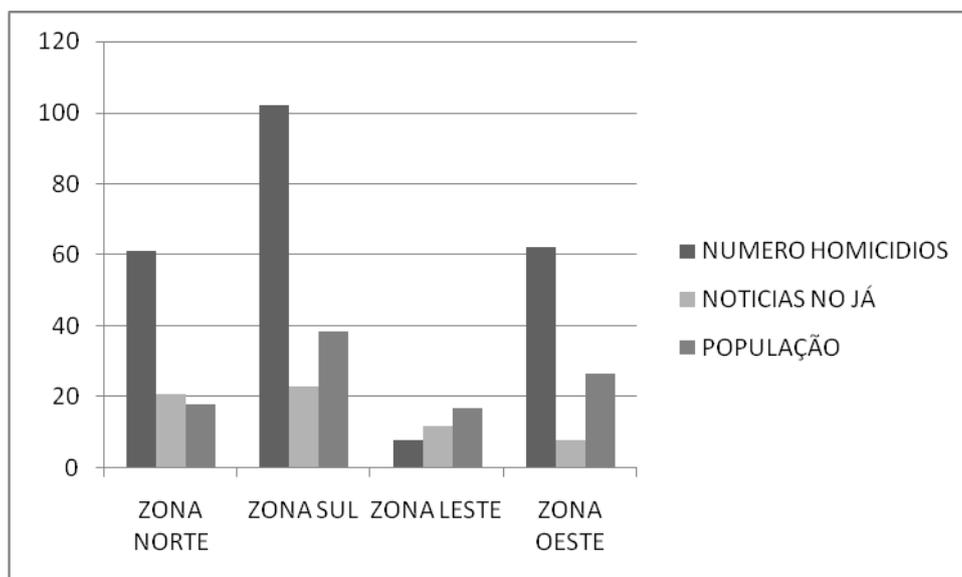
Podemos atribuir o peso da Zona Norte no noticiário do *Já* ao fato de que entre os 10 bairros com maior número de homicídios, segundo dados oficiais, quatro deles fazem parte dessa zona (Varadouro, Centro, Mandacaru e Alto do Céu). Se tomarmos como referência as aparições no *Já* por bairros, três deles, com exceção do Alto do Céu, constam entre os dez mais cobertos.

A Zona Leste e a Zona Oeste despontam pelo tratamento diferenciado do jornal em relação aos dados oficiais. A Zona Oeste, que teve praticamente o mesmo número de homicídios da Zona Norte (62), teve bem menos casos cobertos, apenas 8 (oito) nesses seis meses da pesquisa. Nos critérios de escolha do Jornal, a Zona Oeste, apesar de ser a segunda mais populosa (26,65%) não tem uma cobertura proporcional ao seu tamanho.

Já a Zona Leste, que é a zona com menor população da cidade (16,96%), não teve nenhum bairro entre os dez mais violentos de acordo com os dados oficiais, porém teve um deles (Bancários) com o maior número de aparições no jornal no período (11), liderando o ranking dos dez mais citados no jornal, além do Castelo Branco, com 1 (uma) aparição. Nesse sentido, a “Barbárie dos Bancários”, cujas análises sobre suas narrativas traremos no capítulo seguinte, deu no jornal uma visibilidade ao bairro que

não se observa nos dados oficiais, onde o bairro dos Bancários não aparece posicionado nem entre os dez bairros com maior número de homicídios.

**Gráfico 07 – Relação entre números oficiais de homicídios, noticiados e população de cada zona**



Em face dos dados apresentados, em especial àqueles relativos a “Barbárie dos Bancários”, observamos que o acontecimento teve um impacto significativo na exposição não só da Zona Leste da cidade de João Pessoa como do bairro (Bancários) em que viviam as vítimas do crime. Tal fato contribuiu para que o acontecimento em questão fosse tomado, ao lado do “Ritual de Magia Negra de Sumé” e do “Terror dos Ônibus em Campina”, como um objeto da análise que traremos no próximo capítulo.

## 4. INTERFACES DA CULTURA DO MEDO E DO GROTESCO NO JÁ

### 4.1 “Barbárie dos Bancários”

Ao observarmos as narrativas sobre a chamada “Barbárie dos Bancários” à luz das componentes da Cultura do Medo, componentes estes que se converteram em categorias de análise, chegamos à conclusão de que toda a cobertura teve como pilar principal o *discurso da insegurança e a noção do “sujeito violento”*. Até pela incompreensão diante da seqüência atos violentos que culminou com a toda a ação criminosa, observamos ao longo das narrativas sobre este acontecimento relações com o componente da Cultura do Medo aqui já citado.

Na primeira edição em que o caso veio a público no *Já* (22/07/2015), vemos logo na capa uma referência à **crudeldade** dos autores do crime (“Muita crueldade: mulheres são seqüestradas, estupradas e uma morre”), um gesto que o jornal repetiria ao longo de toda a cobertura. Também nesta primeira edição, o jornal usaria em um subtítulo na capa a palavra *monstros* para se referir aos autores do crime (“Bebê de nove meses, filho de uma das vítimas, foi deixado na mata pelos “monstros”).

A palavra “monstro/monstros” ainda apareceria por mais quatro vezes no decorrer das sete edições em que o jornal abordaria o caso:

“Glória Ferreira e Silva, de 42 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu depois de ser amarrada e atropelada pelo carro da amiga, dirigido pelos ‘**monstros**’, em um canavial em Goiana” (23/07/2015).

“Nós investigamos e prendemos esse **monstro**. Muitas histórias fantasiosas foram criadas porque a verdadeira história precisava ser ocultada para o sucesso da investigação” (01/07/2015).

“Nós investigamos e prendemos esse **monstro** e temos provas suficientes, independente da confissão. Ele não precisa falar absolutamente nada”, revelou a delegada” (01/07/2015).

“‘**Monstro**’ é xingado e isolado” (03/07/2015)

Para compreendermos a denominação de *monstro*, é importante retomarmos as idéias de Foucault, nas quais a noção de monstruosidade estaria na base da compreensão do desvio, do crime. Segundo o autor, a definição do *monstro* está absolutamente enraizada numa noção jurídica, onde o monstro é um elemento transgressor de leis

naturais, capaz de violar as normais naturais, como se observa em trechos de falas de autoridades aqui expostas. Conforme o autor,

o contexto de referência do monstro humano é a lei, é claro. A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza (FOUCAULT, 2010, p. 48).

Dessa forma, o monstro humano passa a ser compreendido com a forma mais extrema de contrariedade à norma, e a partir daí, segundo Foucault, é possível compreender o que há de mais monstruoso até nas pequenas anomalias, nos mínimos desvios de conduta. Saindo do aspecto meramente físico para o âmbito cultural, a monstruosidade veio com o tempo adentrando o domínio moral, especialmente na percepção de que a criminalidade também pode ter uma natureza monstruosa. “A figura do criminoso monstruoso, a figura do monstro moral, vai bruscamente aparecer, e com uma exuberância vivíssima, no fim do século XVIII e no início do século XIX” (FOUCAULT, 2010, p. 64).

A partir daí, a figura do monstro moral irrompe na literatura, nas discussões políticas, no meio judiciário e médico. A ideia do monstro deixa de pertencer ao domínio jurídico-biológico, vista como uma transgressão da natureza, e ingressa num âmbito jurídico-político, como um desvio de conduta. A ideia da monstruosidade corporal perdeu espaço diante da ideia de monstruosidade do comportamento.

O autor lembra ainda que a extensão da monstruosidade do corpo para o comportamento ocorre, então, no campo das representações, discursivo. O monstro, assim, deixa de ser um “diagnóstico”, fruto de uma observação, para tornar-se uma construção cultural, designando atitudes desviantes, próprias do “sujeito violento”, que habita no seio da sociedade.

Além da reiteração da designação *monstro* para os autores do crime, o jornal também passaria a lançar mão de um outro termo para se referir-se ao ocorrido: *barbárie*. Já na segunda edição em que o caso aparece (23/07/2015), este termo passa a ser o rótulo pelo qual o crime ficaria conhecido. De acordo com o Dicionário On Line de Português, *barbárie* se define por

Selvageria; qualidade ou condição do que é bárbaro, cruel ou desumano; Incivilidade; em que há grosseria, rudeza ou falta de civilidade; Barbaridade; dito ou texto que contém um erro crasso, uma falha grosseira e rudimentar (Dicionário On Line de Português, 2016).

Já na capa desta mesma edição, o jornal se referiria ao crime utilizando o termo assinalado tanto na capa (“Barbárie com mulheres”), como no título da notícia (“Barbárie revolta a população”, pg. 04) e também dentro do texto (“A barbárie contra duas mulheres e um bebê de nove meses tem sido o tema principal entre as pessoas na Paraíba”, pg.04). Nas edições subsequentes, veríamos a palavra *barbárie* ser utilizada por 23 vezes ao todo, tanto em títulos como dentro do texto, tais como:

Apesar da mobilização de equipes de policiais da Paraíba e de Pernambuco, a **barbárie** contra duas mulheres e um bebê continua sendo um grande mistério. (26/07/2015, pg. 03)

O povo resolveu ir às ruas depois da **barbárie** de bandidos contra duas mulheres e um bebê numa rua movimentada dos Bancários e cujo desfecho foi trágico, com a morte de uma das mulheres depois de ambas serem estupradas em um canal no município de Goiana, em Pernambuco, há duas semanas. (29/07/2015, pg. 05)

A Polícia Civil de Pernambuco está aguardando a entrega dos laudos periciais sobre a **barbárie** contra duas mulheres e um bebê há duas semanas nos Bancários, na Capital. (30/07/2015, pg. 04)

Na edição do dia 01/07/2015, a que trouxe a elucidação do caso com a exposição dos culpados, o *Já* não só retomaria o termo **crueidade** da primeira edição como o atribuiria diretamente ao assassino com a chamada de capa “A face da crueidade”. A edição seguinte, do dia 02/07/2015, manteria o mesmo tom e seria decisiva na definição do acusado como o “sujeito violento”, ideia presente na base do conceito da Cultura do Medo. Afastando qualquer possibilidade de o desvio observado nos atos do acusado ser fruto de um desequilíbrio mental, as autoridades constatam que todo o comportamento do acusado foi consciente, e seria, por isso mesmo, monstruoso:

“Não credito ao uso de drogas e sim à **perversidade**. Foi **ruindade**. Ele passou oito anos no presídio em Igarassu e estava na condicional. É um ser **agressivo**, que tem **desprezo pela vida**, declarou [a delegada].” (pg. 04)

“Ele não é louco, ele **sabe o que fez**. Destruuiu o carro na ignorância achando que apagaria os vestígios”, contou [a delegada]. “(pg. 04)

A conjugação dos termos *monstro* e *barbárie* ao longo da cobertura bem como a sua reiteração terminam por compor um quadro em que o acusado/culpado é exposto como um tipo de homem perigoso, capaz de atos torpes como o estupro, inclusive o descarte de um bebê dentro de um matagal, apenas para atingir seus obscuros objetivos. O fato de as próprias autoridades assumirem um discurso que afasta qualquer possibilidade de distúrbio mental, e uma provável isenção por isso, torna o acusado o típico “sujeito violento”, danoso à coletividade, que deve ser isolado e separado do seio da sociedade.

A ideia do “sujeito violento” é cara à Cultura do Medo também porque adentra um terreno maniqueísta, prescindindo de qualquer problematização ou contextualização em um ambiente em que a violência é estrutural e em especial a violência contra as mulheres permanece apesar de todas as campanhas, denúncias, legislações e redes de proteção criadas nos últimos anos. O autor é assim reduzido a um *outro* perigoso, um *monstro* despido de qualquer traço de humanidade que tem seu caráter definido pela sua ação deplorável. É um sujeito que emerge do nada e quebra a norma com sua atitude desviante, e assim deve ser compreendido.

Outro componente da Cultura do Medo observado ao longo da cobertura da chamada “Barbárie dos Bancários” faz referência à *crise de confiança no cotidiano das cidades*. Ao longo das edições que cobriram o caso, diversas vezes faz-se menção a um estado de violência que o bairro dos Bancários estaria vivenciando, no qual o crime em questão seria um dos seus sintomas mais latentes. Ao abordar a realização de uma marcha pela paz no bairro, o *Já* explicitou esta crise de confiança em meio ao cotidiano do bairro na voz de moradores e outros personagens que atuam naquela localidade.

“O **medo** impera nos Bancários. A aposentada Ivanete Costa de Farias está assustada. ‘A **violência** é demais, já extrapolou os limites. Passeio com o cachorro com **medo**. Já presenciei assaltos. Fiquei arrepiada com esse caso chocante’” (23/07/2015, pg.05).

“O objetivo é chamar atenção das autoridades e sensibilizar a população para a **insegurança**” (26/07/2015, pg.03).

“Há cinco anos trabalho na Praça da Paz. A polícia vem na hora que o pessoal está fazendo caminhada, passa meia hora e sai. Não tem que ficar aqui na praça, não. Os assaltos são nas ruas de trás, que não tem movimento. **Lá tem muito assalto**. Não vejo moto nem carro de polícia. À tarde vem a Guarda Municipal, mas não adianta nada

porque eles não têm arma, não podem fazer nada’, lamenta o comerciante Dayane Anésio Araújo” (02/07/2015, pg.05).

No decorrer das edições sobre o crime em questão encontrou-se inclusive duas menções a uma suposta *onda de violência* que estaria acontecendo no bairro à época e que, diferente do exemplo anterior, não está amparada em citações ou reproduções de vozes de fontes: é o próprio jornal que enuncia a respeito dessa suposta onda sobre a qual não é apresentada nenhum dado estatístico, além da própria percepção dos moradores, que o jornal acaba tomando com sua.

“A população resolveu não mais esperar por ações do poder público e no último sábado, centenas de pessoas foram às ruas do bairro dos Bancários para a realização de uma grande manifestação visando chamar a atenção das autoridades para a **onda de violência** que tem tirado o sossego dos moradores da zona sul da capital” (29/07/2015, pg.05).

“Agora a comunidade vai entregar um documento às autoridades com uma série de reivindicações para conter a **onda de violência** que tem assolado a zona sul” (29/07/2015, pg.05).

Dos três componentes da Cultura do Medo, que se tornaram nossas categorias de análise, a que teve menos referência no decorrer da cobertura da “Barbárie dos Bancários” foi a que diz respeito a questão da *busca de proteção como uma obsessão dentro da lógica de consumo*. Nas sete edições que abordaram a “Barbárie dos Bancários”, apenas em uma edição a narrativa abriu espaço para uma declaração que tratava da adoção de dispositivos para uma atenuação da sensação de insegurança:

“Segundo o morador Bruno Queiroga Torres, todo dia são três, quatro assaltos só nas Três Ruas. Ele conta que na última terça-feira dois homens bem vestidos pediram informação e logo depois anunciaram um assalto. Os ataques ocorrem em plena luz do dia. A polícia prende, mas depois soltam. **Tenho segurança particular e 14 câmeras para tentar proteger o estabelecimento e os clientes**. A unidade móvel vai inibir, mas não resolve” (02/07/2015, p.05)

Dos três aspectos relacionados à Cultura do Medo, a questão da *busca por proteção*, como explicada anteriormente, está associada a um determinado contexto econômico no qual se dispensa altas cifras em vias de se aplacar a sensação de

insegurança, o que pode ser observado na utilização de cercas eletrificadas, circuitos de câmeras, travas, carros blindados, até seguranças armados. Durante a cobertura da “Barbárie dos Bancários”, dos três componentes da Cultura do Medo elencados, este foi o menos observado ao longo das narrativas.

Em relação ao Grotesco, ao observarmos a cobertura da “Barbárie dos Bancários” à luz de seus componentes, não foi percebida ao longo da narrativa o *rebaixamento/referência a partes baixas do corpo* como também não foi constatada nenhum tipo de abordagem acerca do conflito entre *cultura e corporalidade/tensão limite entre homem e animal*. Até pela natureza do caso, apesar da repercussão imediata, o *Já* manteve principalmente em relação às vítimas um tom respeitoso que acabou influenciando toda a cobertura, sem adentrar em terrenos de ordem escatológica.

Entretanto, a noção do *monstro*, reiterada ao longo da narrativa, tanto se relaciona como parte da já explicitada Cultura do Medo, na caracterização do sujeito violento, como também acaba por encerrar, pela sua relação com desvio, uma *quebra insólita da ordem canônica/deformação inesperada/ aberração*, que é um dos três componentes da ideia de Grotesco. Podemos dizer que as aproximações com o grotesco percebidas na natureza do caso, em todo o seu potencial desviante devido aos crimes envolvidos na ação do acusado, foram determinantes na configuração dos critérios de noticiabilidade que seriam explorados e dariam repercussão à “Barbárie dos Bancários”. Não bastasse o estupro ser um crime hediondo, entendido como uma aberração social, ainda ocorreu um homicídio e o descarte de um bebê dentro de um matagal, o que terminam por formatar uma ideia de deformação, numa inversão do impulso natural de preservação da vida.

#### **4.2 Ritual Magia Negra em Sumé: o grotesco como estereótipo**

Posta à luz das categorias concernentes à Cultura do Medo e ao Grotesco, o caso do menino assassinado em um ritual na cidade de Sumé, no interior, revela relações estreitas com toda a ideia do grotesco em seus componentes básicos, tanto no que se mostrou ao longo da cobertura como nas circunstâncias em que se desenrolou o caso.

Mas antes de tratarmos diretamente das narrativas do caso e suas relações com nossas categorias, é preciso buscar explicações a respeito de um termo que o *Já* lançou

mão desde o primeiro momento em que trouxe o caso à público e que apareceu ao longo da cobertura por nove vezes: *magia negra*.

“Garoto morto em ritual de **magia negra**” (14/10/2015, capa)

“Um crime chocou a cidade de Sumé, no Cariri paraibano. O garoto Everton Siqueira da Silva, de cinco anos, foi encontrado morto na manhã de ontem e a polícia acredita que ele pode ter sido morto em um ritual de **magia negra**” (14/10/2015, pg.03)

“Outras duas pessoas foram detidas; polícia ainda investiga ritual de **magia negra**” (15/10/2015, capa)

“Polícia investiga para saber se houve ritual de **magia negra**” (15/10/2015, pg.03)

“A Polícia Civil trabalha com a possibilidade de Everton Siqueira ter sido morto em um ritual de **magia negra** ou por vingança” (14/05/2015, pg.03)

“A Polícia Civil deverá pedir a prisão temporária dos detidos por pelo menos 30 dias e investiga se houve morte por **magia negra**” (16/10/2015, pg.03)

“O sangue extraído do corpo do garoto Everton Siqueira, de cinco anos, assassinado na cidade de Sumé, no Cariri, durante um ritual de **magia negra**, pode ter sido bebido ou até mesmo utilizado para um banho entre os envolvidos ou alguém que tenha encomendado.” (20/10/2015, pg. 05)

“‘Se houve um ritual de **magia negra**, alguém encomendou’, sentenciou [o delegado]” (20/10/2015, pg. 05)

“Laudo elaborado pelo Núcleo de Medicina e Odontologia legal (Numol), de Campina Grande aponta que Everton sofreu uma forte pancada na cabeça antes da morte no ritual de **magia negra**” (23/10/2015, pg. 04)

Ao longo das narrativas a respeito do caso, a expressão “magia negra” é reiterada, mas sem que haja nenhum tipo de explicação sobre o que consistiria este tipo de ritual ou culto. Também não é observada nenhum tipo de correlação causal entre o referido crime, que de fato teve feições de um sacrifício, e o conceito de “magia negra”.

De acordo com Jensen, a noção de magia negra remonta o histórico das religiões de origem africana que se desenvolveram no Brasil a partir do tráfico negreiro e da escravidão, ainda no período colonial.

O Candomblé, centralizado no nordeste do Brasil, era olhado como um estágio anterior da Umbanda, que havia se desenvolvido no sudeste. O Candomblé estava ainda marcado pela barbárie dos rituais africanos e assim associado com a *magia negra*. (2001, pg. 9-10)

Para entendermos a origem da expressão *magia negra* é necessário uma breve reconstrução da cosmologia da Umbanda, uma das maiores religiões de origem africana no Brasil. Conforme Jensen (2010), a cosmologia da Umbanda se divide em três níveis: 1) o mundo astral, cuja maior autoridade é Deus, seguido pelos orixás, que em alguns casos correspondem a santos católicos; 2) a Terra, que é a plataforma onde os espíritos experimentam sua encarnação humana em diversos níveis de evolução espiritual; e 3) o mundo inferior ou submundo, chamado de *quimbanda*, que é o domínio da magia negra, o nível mais inferior dos três, onde residem os espíritos menos evoluídos. Ainda segundo a autora,

ela representa uma anti-estrutura da Umbanda. O submundo é habitado por espíritos que viveram sua encarnação com caráter duvidoso (desonestos, prostitutas...). Eles são vistos como maus por falta de evolução espiritual. Estes espíritos também podem subir à Terra, causando danos que devem ser desfeitos pelos espíritos do mundo astral que devem descer para isto. (JENSEN, 2010, p.10)

De acordo com Nascimento (2010), a marginalização e a discriminação reservada ao negro na sociedade Brasileira, associada a uma ausência de dualidade entre bem e mal nas manifestações de religiosidade afrobrasileiras (algo visto mais comumente em religiões cristãs tradicionais), tem contribuído para que esses cultos de origem africana sejam associados a uma chamada magia negra. A autora lembra que por serem religiões de transe, de culto aos espíritos e em alguns casos de sacrifício animal, essas religiões tem sido tratadas como superstições de gente ignorante, práticas diabólicas, etc.

Tais atributos foram reforçados já nos primeiros estudos sobre religiões no século XIX, que tiveram grande influência das teorias evolucionistas e baseavam sua produção no modelo monoteísta cristão (e europeu), tido como “superior”, enquanto que as religiões de matrizes africanas tendiam a ser classificadas como formas de culto mais “primitivas” e “atrasadas”.

Mesmo resistindo a uma série de estigmas, sendo consideradas como algo “do mal”, “do diabo”, “ofensivo a Deus”, as manifestações religiosas afrobrasileiras vem

resistindo e atualmente se mantém presente como parte da cultura nacional em suas variadas vertentes. Apesar disso, a história dá conta ainda de episódios em que estas manifestações sofreram uma perseguição formal por parte de poderes constituídos, o que também contribuiu para toda uma representação negativa presente ainda hoje no imaginário.

Muitos negros foram perseguidos e condenados pela Inquisição em suas Visitações ao Brasil que viam nos transes uma demonstração de possessão do demoníaco e nos rituais, prática de bruxaria ou “magia negra”, como se convencionou chamar dita magia feita para o mal. (NASCIMENTO, 2010, p.929)

Se as manifestações religiosas afrobrasileiras vem resistindo ao longo do tempo, toda a visão negativa sobre elas em meio a uma sociedade marcadamente cristã também permanece. Baseado nesse olhar de um grupo para outro, nesse estranhamento do ponto de vista eminentemente cristão-europeu, por exemplo, é que surge a noção de *estereótipo*. Essa estereotipia, que advém de um impulso de simplificar a realidade, é que fornece imagens com as quais nos relacionamos com esta mesma realidade. De acordo com Lippmann (2008), os estereótipos marcam de maneira determinante nossas relações sociais, e são passíveis de reavaliação e revalidação dependendo do contexto e da intenção de quem se apropria dele.

O estereótipo nunca é isento ou neutro: ele sempre encerra algum juízo de valor. Conforme Baccega, os estereótipos são "os tipos aceitos, os padrões correntes, as versões padronizadas. Eles interferem na nossa percepção da realidade, levando-nos a ver de um modo pré-construído pela cultura e transmitido pela linguagem" (BACCEGA, 1998, p.08). A autora lembra ainda que

tomamos conhecimento dos outros fatos que ocorrem no nosso pequeno universo ou dos que ocorrem fora dele - e na ampliação desse universo os meios de comunicação exercem um importante papel - através de relatos. Todo relato vem impregnado dos valores e estereótipos da cultura de quem relata. (BACCEGA, 1998, p.09)

É de toda uma representação negativa, de toda uma série de tipos e padrões acerca de manifestações religiosas afrobrasileiras, presentes no imaginário brasileiro médio, que o *Já* lança mão ao dizer que o caso em questão se define por um ritual de

magia negra. Dessa forma, o jornal na busca por um sentido para ancorar sua narrativa que traz um crime que, de fato, de tão aberrante, foge facilmente à compreensão.

Recorrendo a um estereótipo, toda a narrativa vem impregnada da noção de *quebra insólita da ordem canônica, deformação inesperada, aberração*, que é um dos componentes da ideia de grotesco, tratada como uma categoria de análise neste estudo. Este caráter se revela logo na primeira edição que trouxe o caso, quando ainda se especulava quanto aos suspeitos do crime (“**Mãe e padrasto** sob suspeita”, 14/10/2015, p.03) e quando eles enfim são presos (“**Mãe e padrasto** são presos suspeitos de matar criança”, 15/10/2015, p.03).

Na mesma edição do dia 15 de outubro, o jornal trouxe ainda uma declaração bastante sintomática no que tange a estereótipos de ordem religiosa e ao absurdo no fato de uma mãe atentar contra a vida do próprio filho, dois pilares nos quais se apoiou toda a narrativa do crime até a prisão dos suspeitos.

“A Polícia Civil informou que Laudiene dos Santos e Daniel Ferreira foram presos pelo histórico de violência contra o garoto. ‘Além disso, Laudiene **em nenhum momento demonstrou um sentimento pela morte do filho e foi extremamente fria no depoimento**. Já Denivaldo tem uma forte amizade com o padrasto e é conhecido pelos trabalhos de **macumba** que faz na cidade. Na casa dele foram encontradas várias carcaças de animais e a Polícia Científica realizou uma perícia para saber se existe vestígio de sangue do menino’, disse o delegado João Joaldo Ferreira” (15/10/2015, p.03)

A perplexidade diante da participação da mãe voltaria a dar o tom da cobertura na edição do dia 22 de outubro, quando foram reproduzidas tanto as falas do pai do menino assassinado como também ao abordarem a repercussão na cidade de um crime tão atípico. Nesses trechos, ficam evidentes o tamanho do desvio que o jornal visa reiterar, bem como a quebra canônica que marca a ideia de grotesco, explicitada numa ação oposta a tudo que comumente se espera de uma mãe.

“O pai do garoto Everton ainda tenta entender o que aconteceu. ‘Ainda ferve na minha cabeça a lembrança das duas notícias: o momento em que vieram me dizer que encontraram meu filho morto e que **a mãe participou do assassinato**’” (22/10/2015, p.03).

“A população de Sumé ainda está chocada com o assassinato do menino Everton. Na cidade o clima é de **perplexidade** em saber que uma criança foi assassinada com **crudeldade** e que **a mãe é uma das envolvidas**” (22/10/2015, p.03).

Ainda se observa no decorrer das narrativas um outro aspecto do grotesco referente ao *rebaixamento e referência a partes baixas do corpo* já logo na primeira edição, quando o jornal traz o intertítulo: “testículos expostos em árvore” (14/10/2015, pg.03). A edição do dia 20 de outubro trouxe um detalhamento de circunstâncias do crime que também reforçam o aspecto grotesco no interior da narrativa ao tentar reconstruir o horror que envolveu o assassinato.

“Para o local do crime os quatro levaram bacias pretas, fâca e uma maquita, que iria ser usada para **abrir o corpo de Everton**” (20/10/2015, p.05)

Ainda na edição do dia 20 de outubro, o jornal trouxe o relato chocante da mãe do garoto assassinado que sintetiza todos os aspectos do grotesco presentes em toda narrativa que tratou do caso, nas seis edições, indo desde a noção do *rebaixamento*, da *aberração* até as referências à *animalidade* ou *tensão limite entre homem e o animal*.

“Após o corte, ele ficou **ciscando**” (20/10/2015, pg.05).

“Mãe relata sofrimento do filho e polícia acredita que envolvidos **tomaram banho e beberam sangue**” (20/10/2015, pg.05).

“Durante a confissão, a mãe relatou que o filho ao ser agarrado e despido pediu para que ela o socorresse, chorou para ir para os seus braços e pediu que não deixasse que lhe fizessem mal. Ela ainda disse **friamente**: ‘Quando ele recebeu o **primeiro corte ficou ciscando lá**’, relatou a mãe ao depor na polícia” (20/10/2015, pg.05).

Diferentemente da chamada “Barbárie dos Bancários”, não foram observadas ao longo das narrativas sobre o “Ritual de Magia Negra de Sumé” traços ou referências a aspectos da Cultura do Medo, possivelmente mais condizente a realidade das grandes e médias cidades do Nordeste e do Brasil, com níveis endêmicos e crescentes de violência urbana. Entretanto, o envolvimento da mãe da vítima no assassinato e as circunstâncias que se revelaram ao longo da apuração, fizeram da cobertura e das narrativas do “Ritual de Magia Negra de Sumé” um crime cujo agendamento foi todo calcado primordialmente no grotesco e no grau de desvio percebido, cuja perversão foi substancial e reiteradamente explorada.

O que fica evidente desde o primeiro momento e que subjaz como um plano de fundo por toda a narrativa é o estranhamento causado tanto pela participação da mãe no

assassinato do próprio filho, o que demonstra bem o lugar dispensado à mãe em nossa cultura, como também o desconhecimento dos cultos afrobrasileiros ao tratar o crime como sendo parte de um ritual de magia negra, visto que um dos envolvidos era conhecido pelos “trabalhos de macumba” que fez na cidade, numa confusão de conceitos e práticas que só contribuiu para alimentar o estereótipo.

### **4.3 “Terror em Campina”: pânico e ruptura no cotidiano**

A exemplo da onda de atentados ocorrida em 2006 a partir do estado de São Paulo, que depois se espalhou para outros estados como Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, em ações que incluíram ataques a forças de segurança, ônibus e rebeliões em diversas penitenciárias, Campina Grande também foi, em 2015, e por duas oportunidades, palco de ações criminosas que começaram a partir de rebeliões em um presídio. Mais do que um acontecimento inédito na cidade e no estado, a mídia se deparava com um fato jornalístico sem precedentes, com queimas de ônibus por toda a cidade, em diferentes bairros. Foram ações criminosas cuja ousadia desafiou as autoridades e colocou toda uma população em pânico.

Mais do que uma sensação de desconfiança, havia uma percepção de que aquela se tratava de uma ação organizada, um movimento dirigido para colocar a cidade inteira em meio ao terror, um terror utilizado como demonstração de força, e como forma de mostrar descontentamento quanto as medidas tomadas pela direção do presídio, na época.

Uma ocorrência diferente exigiu uma cobertura diferente: tumultos dentro de um presídio tinham repercussões pela cidade na forma de uma onda de terrorismo que coloca uma população inteira em um estado de alerta bem maior do que normalmente se observa. Assim, o medo social deixava de ser um dado com o qual se lida continuamente para ser algo percebido na ausência de ônibus nas ruas, recolhidos pelas empresas que temiam mais perdas, o que também implica com que a população não circule e ninguém saia de casa. A cidade viveu uma sensação de ruptura do seu cotidiano, uma ruptura materializada nos ônibus queimados, o que se configura como um ataque à mobilidade, ou seja, à capacidade dos cidadãos de experimentarem a cidade.

Diferente da “Barbárie dos Bancários”, onde a construção do *sujeito violento* como fonte de insegurança girou em torno de um indivíduo, e do “Ritual de Magia Negra de Sumé”, que compreendeu um fato aberrante e isolado que foi de encontro a valores de grande prestígio social, como a maternidade, e também foi focado numa ação contra uma vítima específica, o “Terror em Campina”, nas duas oportunidades (em maio e em julho, respectivamente) reuniu em uma mesma medida tanto dimensões da cultura do medo como do grotesco. A crise de confiança fora superada pelo terror generalizado, algo que o *Já* reiterou em sua cobertura jornalística, e o temor dera lugar à possibilidade de uma ameaça que poderia se manifestar em qualquer lugar da cidade, a qualquer momento. Aliada a isso, a ideia de “facção criminosa” se converte em uma entidade que concentra a noção do *outro violento*, um *outro desvinculado* do meio da sociedade e encarado como potencialmente perigoso à coletividade.

Na primeira onda de violência ocorrida em Campina Grande, no mês de maio de 2015, houve uma referência ao *caos*, conforme consiste o seguinte enunciado do jornal: “Em meio ao **caos**, representantes de órgãos de segurança pública se reuniram ontem para discutir medidas de contenção da violência na cidade”.

Foi em torno do termo *terror*, que se repetiria quatro vezes só na primeira edição que trouxe o acontecimento, que o *Já* construiria sua narrativa. Dessa forma, ficaram latentes assim tanto referências a uma *crise de confiança no cotidiano da cidade*, – que se convertia em um ambiente onde o perigo era certo – como também ao *discurso da insegurança* – apoiado na noção de que a sociedade estava indefesa –, ou seja, dois dos componentes da cultura do medo articulados, dada a violência dos ataques pela cidade.

“**Terror** em Campina” (14/05/2015, capa)

“O **terror** é grande em Campina” (14/05/2015, título da matéria)

“Campina Grande viveu um dia de **terror** 24 horas depois de um detento ser decapitado no pavilhão 6 por um grupo de apenados” (14/05/2015)

“No momento da rebelião, a equipe de reportagem do Sistema Correio conseguiu falar com um apenado pelo celular. Ele relatou que o clima era de **terror** (...)” (14/05/2015)

Na edição seguinte, que relatava as conseqüências e determinações das autoridades após o tumulto no presídio e as ordens de incendiarem ônibus na cidade, o

*Já* faria novamente uma referência ao terror no subtítulo da matéria: “Polícia confirma que não foi boato a onda de *terrorismo* em Campina” (19/05/2015).

Na segunda rebelião no presídio Serrotão, na cidade, a ênfase da cobertura mais uma vez ficou entre o tumulto entre os apenados e os ônibus incendiados na cidade. Diferente do primeiro momento, agora se repetiriam as referências ao *pânico* e *desespero*, tanto dos cidadãos que presenciaram ônibus sendo incendiados como também dos familiares dos presos, ansiosos por notícias.

“Passageiros em **pânico**” (29/07/2015, p.05)

“Segundo a PM, um grupo chegou em um carro preto e ateou fogo no ônibus, mas o fogo não se alastrou e foi contido pelo motorista e passageiros em **pânico**” (29/07/2015, p.05)

“Nossa sorte foi que os bombeiros chegaram muito rápido, mas foi **desesperador**” (29/07/2015, p.05)

Paralelamente à construção de uma narrativa que buscou retratar um ambiente de medo pela cidade, o *Já* trouxe, ainda na primeira edição sobre a primeira rebelião, uma série de falas e informações que se conectaram diretamente com a noção de grotesco, em especial àquele componente que diz respeito à *quebra da ordem canônica/deformação inesperada/aberração*. Nesse caso, as imagens do grotesco as quais o jornal lançou mão em sua narrativa não guardou relações com a quebra de um valor específico ou como forma de rebater uma atitude desviante, mas sim como uma estratégia que visou a ampliação da percepção quanto a dimensão do fato e a sua gravidade, num contexto de violência generalizada.

“Mulher teme **massacre**” (14/07/2015, p.04)

“Estou muito assustada, tenho filhos para criar e não quero ver meu marido **esquartejado** como aconteceu com outro” (14/07/2015, p.04)

“**Execução** nas Malvinas” (14/07/2015, p.05)

“**Enquanto o pau comia** no Serrotão, um homem foi morto nas Malvinas” (14/07/2015, p.05)

Há ainda, nas narrativas do *Já* sobre as rebeliões, traços de ironia que exprimem uma tomada de partido do jornal, numa atitude que visa aproximar o enfoque ao olhar do leitor. Nas duas ocasiões, quando se relatavam os fatos a respeito do dia seguinte das

rebeliões, com as autoridades trazendo a público o que seria feito posteriormente, o *Já* usou o termo *anjinhos* para se referir aos líderes das rebeliões.

“27 ‘**anjinhos**’ são transferidos” (19/05/2015, pg.03)

“Campina exporta ‘**anjinhos**’ para João Pessoa” (29/07/2015, capa)

“CG faz permuta de ‘**anjinhos**’” (29/07/2015, capa)

“Essa é a segunda transferência dos ‘**anjinhos**’ para João Pessoa, após rebeliões” (29/07/2015, pg. 03)

Vemos que o *Já* se utiliza da ironia como uma forma de neutralizar toda violência apresentada tanto nas rebeliões como nas queimas de ônibus na cidade, e também para minimizar a influência e o poder de determinados presidiários que lideraram tais rebeliões. Entretanto, apesar de incorrer nessa atitude de confronto, reforçando no nível do discurso a punição dispensada a esses presidiários, percebemos uma certa dificuldade de jornal em retratar o estado de coisas que se verificou em Campina Grande nas duas oportunidades, onde a sensação de insegurança chegou ao ponto de provocar o surgimento de boatos, e a cobertura, diante de uma série de fatos desconexos e violentos, dentro e fora do presídio, acabou se fixando no termo *terror* como melhor forma de retratar aqueles momentos. As narrativas do *Já* sobre as duas rebeliões demonstram que as noções de Cultura do Medo e do Grotesco podem ser articuladas paralelamente em seus variados componentes, a depender do grau de impacto que um fato pode ter no cotidiano de uma localidade.

Em relação ao agendamento, os três casos escolhidos apresentaram um alto fator desviante, e conseqüentemente envolveram muitos dos chamados valores-notícia. Vimos que quanto maior o grau de desvio de um determinado acontecimento, dentro de um contexto social, maiores são os valores-notícia nele implícitos, e maior a facilidade de um meio como o *Já* conseguir manter o assunto na agenda da opinião pública.

É evidente que, tendo em vista a teoria do *newsmaking*, não podemos dizer que todos os aspectos que circundam a produção social de notícias são pautados exclusivamente por critérios objetivos, e que todas as informações estejam sujeitas a um tratamento automático. Entretanto, se considerarmos a linha de um jornal popular como o *Já*, determinadas situações tenderão a ser mais exploradas do que outras, somando-se assim ao eco das repercussões.

Os três casos aqui expostos englobaram formas variadas de violência, encerradas em um único fato, e em diferentes medidas apresentaram, no desenrolar de suas coberturas, a dinâmica própria de acontecimentos altamente desviantes, fatos cuja natureza vem marcada por uma intensa quebra normalidade.

Tanto na “Barbárie dos Bancários”, no “Ritual de Magia Negra de Sumé” e no “Terror de Campina”, observou-se, no estágio inicial de suas narrativas, o primeiro aspecto do tratamento da informação desviante, como proposto por Serra (1979): a *dramatização*.

Nos três casos, há uma variação no estágio em que ocorre uma transição da *dramatização* para a *perversão* (SERRA, 1979). Ela se dá no momento em que os suspeitos são apresentados e aí, não bastando colocar o leitor dentro das histórias, são apresentados detalhes que surgem no sentido de destacar a ideia de “terror” ou “barbárie”, levantadas no início das histórias.

O que fica evidente é que a passagem de um estágio a outro está diretamente atrelada à ação policial, ou seja, à medida que suspeitos são apresentados e os detalhes vão vindo à público. Vemos que o jornal se mantém atrelado à dinâmica da investigação das autoridades policiais, construindo sua narrativa em torno do trabalho da polícia, entendida como a fonte principal, ou o *definidor primário*, conforme Hall (1978).

Por fim, vemos que os três casos apresentam o último aspecto do tratamento do desvio: a *recuperação*. Como já dissemos, este aspecto se caracteriza pela admissão da ordem e pelo discurso moralizante, aqui expressos na prisão e na condução de acusados ao presídio ou uma transferência entre presídios, como no “Terror em Campina”. Após a ordem do cotidiano ser desestabilizada por um crime ou uma ação de grande brutalidade, é preciso restabelecer a normalidade e impor, através da narrativa, um desfecho em que se assinala a existência e a eficácia da punição, bem como os valores de uma realidade natural, e um contexto pacífico em que atitudes como as que redundaram neles não são aceitas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tivemos como objetivo principal entender como as narrativas do jornal *Já* se relacionam com interfaces da Cultura do Medo e com elementos do Grotesco. Para tanto, tivemos que recorrer a noções caras não apenas ao jornalismo, como também conceitos da sociologia, em especial da sociologia das emoções, que posiciona o medo como um elemento pelo qual é possível compreender muito sobre como as sociedades contemporâneas se estruturam e se vêem.

Como boa parte do medo social que se observa no Brasil advém principalmente de uma percepção de insegurança causada pela violência, tratamos de abordar o tema no primeiro capítulo bem como a sua presença no espaço do jornal e as estratégias que os jornais populares, ao longo do tempo, recorreram para abordar tal tema, como o sensacionalismo e o grotesco, conceitos importantes para a observação do nosso objeto.

Se o sensacionalismo possui várias definições, a ideia de jornalismo popular também é bastante ampla e pode assumir diferentes características. Em geral, elas giram em torno de possíveis liberdades editoriais que tais jornais podem ter em relação a um jornalismo dito “formal”.

Apesar de o jornal *Já* se permitir tomar várias destas liberdades, em especial na utilização dos seus títulos, o que fica evidente ao fim desta pesquisa é que o enquadramento pode assumir diferentes tons a depender da natureza do acontecimento tratado, o que pode se aproximar mais ou menos de um caráter sensacionalista ou lidar ou não com o grotesco.

Foi importante lembrar também, paralelamente ao que tratamos acima, de noções como agendamento e enquadramento, bem como a discussão sobre critérios de noticiabilidade e valores-notícia, conceitos que estão intimamente ligados à produção jornalística, ainda mais quando se trata da construção de narrativas cujo tema central é a atitude desviante, ou seja, o crime.

Em relação a nossa análise, cada acontecimento, dos três escolhidos, teve como epicentro três cidades de portes diferentes dentro do estado, mas este não foi o critério principal. Tais casos tiveram uma grande repercussão e um impacto social muito acima do que se observa comumente, e a partir daí eles se converteram em elementos capazes de fornecer visões a respeito de como um jornal popular da atualidade lida com a cultura do medo e com o grotesco em suas construções narrativas.

Mas para chegarmos aos resultados a que nos propomos, seria necessário um instrumento eficaz, que fornecesse as ferramentas pelas quais pudéssemos extrair do nosso objeto, no caso as narrativas dos acontecimentos, as relações com os dois conceitos que elegemos no ponto de partida de nossa pesquisa: a cultura do medo e o grotesco. Essa metodologia, tratada no capítulo dois, é a Análise de Conteúdo, uma das metodologias mais utilizadas nas ciências humanas e que desde os seus inícios, foi muito utilizada dentro de estudos dentro do jornalismo.

No nosso caso, a Análise de Conteúdo sob um viés mais qualitativo possibilitou que pudéssemos desdobrar os conceitos de Cultura do Medo e Grotesco em componentes básicos para a partir daí observarmos como eles aparecem dentro dos textos de cada acontecimento, e vermos como cada narrativa se relacionou com cada conceito e em que medida.

O capítulo três, no qual começamos a apresentar resultados da observação direta do *Já*, diz respeito à uma cartografia do agendamento de notícias de crimes e ocorrências afins observadas entre os meses de maio e outubro de 2015. Para tanto, utilizamos uma ferramenta também bastante utilizada na Análise de Conteúdo, o aplicativo SPSS, que é utilizado quando se busca abordagem mais quantitativa, já que o que foram observadas foram recorrências e frequências com variados recortes, e para isso o aplicativo se mostrou altamente eficaz.

Em seguida, vimos finalmente as análises das narrativas sobre os três casos escolhidos entre os meses de maio e outubro de 2015, que foi o nosso recorte temporal tanto da cartografia do agendamento de ocorrências quanto da observação dos casos. Neste ponto da pesquisa, pudemos, através das técnicas da Análise de Conteúdo, com os dois conceitos decompostos em seus componentes básicos, em categorias, apresentar com quais elementos cada narrativa mais se relacionou.

No que tange as interfaces com a Cultura do Medo, observamos que a chamada “Barbárie dos Bancários” foi, entre os acontecimentos analisados, aquele que mais teve relações com tal conceito. Apesar de o fenômeno da violência urbana hoje ter seus impactos até nas menores cidades do interior do país, estudos realizados na cidade de João Pessoa abordando o medo no cotidiano revelam que, de acordo com as amostragens tomadas, a sensação de insegurança, provocada pela violência, é a maior fonte de medo. No caso em questão, percebemos que praticamente toda a cobertura

girou em torno de um dos componentes da cultura do medo ao enquadrar a narrativa a partir da noção do sujeito violento também referido como “monstro”.

É importante perceber também que até pela natureza do caso em questão, que envolveu uma morte e estupro de duas mulheres, o jornal não se apropriou automaticamente de características do grotesco para construir as narrativas em torno do acontecimento. Ou seja, apesar do alto grau de desvio do referido crime, que na verdade compreendeu uma seqüência de crimes, não foi percebido nenhum tipo de exploração do grotesco, o que demonstra que nesse momento o jornal *Já*, que se define como um jornal popular, se aproximou mais daquilo que se entende por um “jornalismo formal”, em contraposição ao que comumente se conhece por “jornalismo sensacionalista”.

Já o caso do “Ritual de Magia Negra de Sumé” apresentou uma configuração narrativa diferente, tendo em vista os contextos trabalhados nesta pesquisa. Se na “Barbárie dos Bancários” houve uma ênfase em componentes da Cultura do Medo, numa construção em torno de um sujeito violento danoso à sociedade, no “Ritual de Magia Negra de Sumé” foram explorados diversos aspectos do grotesco em sua construção narrativa. Até pela natureza do acontecimento, que não está inserido na lógica da violência urbana, e compreende a um tipo de crime que desafia a compreensão ao ter uma mãe entre as assassinas do próprio filho, a noção de quebra de normalidade, de inversão da lógica canônica, que é uma das características do grotesco, deu o tom da cobertura.

O que também contribui para que a narrativa em torno do acontecimento em questão tenha uma ênfase no grotesco é, significativamente, o fato de ela envolver no crime práticas passíveis de serem relacionadas à rituais de religiões de matriz africana. Como sabemos, tais cultos carregam grandes estereótipos e um juízo de valor negativo em um contexto primordialmente cristão, como é o nosso. Ao incorrer no grotesco, o jornal *Já* neste caso sublinha o desvio, presente no homicídio do filho com participação da mãe, e reforça o estereótipo em torno da “magia negra”, ao envolver no crime tal prática sem nenhuma explicação para tanto.

O terceiro caso analisado, que na verdade se constitui de dois acontecimentos semelhantes ocorridos na mesma cidade em maio e julho, respectivamente, também foi marcado por uma característica bastante atípica: ações do crime organizado a partir de lideranças em presídios da cidade. Apesar de se tratar de uma cidade considerada de grande porte, Campina Grande é uma das maiores cidade do estado e do interior do

Nordeste, e como muitas outras localidades vem sendo marcada pelo fenômeno da violência urbana, como visto na cartografia das ocorrências apresentada neste estudo.

No momento em que a crise no presídio local atinge seu ápice, e começam a circular notícias de que ônibus estão sendo incendiados por toda a cidade, a cidade experimenta um tipo inédito de pânico que nas páginas do jornal *Já* foi traduzido pela repetição da palavra “terror”. Mesmo tendo ocorrido crimes de feições bárbaras, tanto dentro e fora do presídio, a construção das narrativas em torno dos dois acontecimentos se ancorou basicamente em componentes da Cultura do Medo ao tentar reportar o estado de insegurança que os cidadãos de repente se viram durante aqueles dois dias.

No que concerne à dinâmica da cobertura, do andamento da narrativa, e por fim, do agendamento, o que se observa é que o jornal *Já* tem a sua pauta intimamente ligada aos progressos das investigações por parte das autoridades policiais. Ou seja, o caso tende a evoluir junto com o que estas autoridades publicam a respeito do que está sendo feito e está sendo apurado. Não há uma independência em relação ao trabalho policial, uma abertura a outros temas ou uma investigação de fatos em torno do acontecimento inicial. A cobertura ao longo das edições segue uma estrutura episódica, nos quais os chamados definidores primários são as autoridades policiais.

Isto fica claro quando observamos o andamento da apuração da “Barbárie dos Bancários” ou do “Ritual de Magia Negra de Sumé” em comparação ao “Terror de Campina”. Nos dois primeiros casos, que demandou um esforço investigativo e de inteligência por parte das autoridades, houve um prolongamento da cobertura à medida que as investigações avançavam até a elucidação total do crime e a apresentação dos suspeitos. Já em relação ao “Terror em Campina”, como os líderes das ações criminosas que culminaram com ônibus incendiados já estavam presos e puderam ser facilmente identificados, no dia seguinte ao acontecimento principal já foram apresentadas conclusões e resoluções bem como as punições aos culpados pelas ações.

Entretanto, se por estes casos percebemos que o processo de *newsmaking* no jornal *Já* é marcado pela aproximação ao trabalho policial, vemos que os acontecimentos necessariamente não recebem o mesmo tratamento no que concerne à Cultura do Medo e ao Grotesco. Pelo menos em relação a estes dois aspectos, vimos que jornal tende a construir suas narrativas tomando como referência a natureza do acontecimento, e a partir dela é que se definirá o enquadramento.

Pelo o que foi visto nesta pesquisa, esta atitude vai de encontro a uma ideia de que o jornal popular tente a ser sensacionalista a priori, não importando a natureza dos casos tratados. Porém, esta é uma visão que se baseia muito no caráter do jornalismo popular dos anos 70 e 80, cujo maior exemplo foi o *Notícias Populares*. No caso do jornal *Já*, apesar da liberdade nos títulos e nas adjetivações, na tentativa de aproximação com o leitor, e na explícita tomada de partido por parte do jornal, percebemos que o tratamento noticioso não chega a ser pejorativo ou simplesmente caindo para a exploração do grotesco. Isto ficou evidente na cobertura da “Barbárie dos Bancários”, na qual foi percebido um cuidado na construção da narrativa que teve como foco primeiro a busca pelo sujeito violento, como já tratamos anteriormente, e em seguida pela exposição do drama da situação vivenciada pelas vítimas.

Assim, podemos dizer que conseguimos observar nesta pesquisa, baseados nos três acontecimentos escolhidos, que as narrativas de um jornal popular como o *Já* ao tratar de violência em médias e pequenas cidades acaba se apropriando de componentes da Cultura do Medo que subjazem atualmente em diversas sociedades contemporâneas.

Ao invés de um tratamento meramente sensacionalista, espetacularizado, o que se observa nas entrelinhas é uma clara inter-relação entre o discurso do jornal com o contexto social e, inevitavelmente, todo um imaginário marcado pelo medo. De acordo com estudos realizados em João Pessoa, quase dez anos atrás, pelo GREM – Grupo de Pesquisa em Antropologia e Sociologia das Emoções da UFPB – dos 420 entrevistados que afirmaram ter algum tipo de medo, 48,6% assinalaram a violência como a principal fonte de medo, e esse imaginário dificilmente não teria eco nos meios de comunicação, ainda mais considerando um jornal que lida diretamente com a violência, como é o *Já*. Em relação ao grotesco, este só foi verificado principalmente quando o caso em questão implicou numa intensa quebra canônica ao mesmo tempo em que ocorre à parte de um contexto de insegurança urbana.

Vemos assim que o jornalismo popular pode assumir as mais diversas configurações, podendo ir além dos preconceitos sobre o tema propagados ao longo das décadas. Mesmo tendo uma feição editorial particular, privilegiando a notícia e as notas curtas, sem nenhuma intenção interpretativa, e por vezes incorrendo em estereótipos de fácil explicação, não se pode dizer que um jornal popular tende a ser exatamente sensacionalista ao tratar de casos de violência, e o Jornal *Já* corrobora isso.

Neste estudo, pudemos dispor de uma imensa gama de referências bibliográficas, atualizadas, no qual a metodologia escolhida se revelou bastante satisfatória ao permitir abordagens mais qualitativas ou quantitativas, a depender do objetivo a que nos propomos e do que pretendêssemos buscar. Por fim, a Análise de Conteúdo possibilitou que fizéssemos as devidas inferências a cerca dos questionamentos iniciais e assim os respondermos de forma eficaz.

Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua para uma melhor compreensão do jornalismo popular num momento em que a questão da violência parece se intensificar a cada ano, bem como a sensação de insegurança, e paralelamente, o leitor se mostra menos sensível à meras explorações de nossas feridas sociais.

## REFERÊNCIAS

ALSINA, Rodrigo. **Los modelos de la comunicación**. Editorial Tecnos, Madrid, 1995.

AMARAL, Layne. O Imaginário do Medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. **Contemporânea**. Rio de Janeiro. Ed. 14, Vol. 8, p. 34-45, 2010. Disponível em:  
<[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_14/contemporanea\\_n14\\_04\\_Amaral.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_14/contemporanea_n14_04_Amaral.pdf)>  
Acesso: Agosto, 2015.

AMARAL, Márcia Franz. **Sensacionalismo**: inoperância explicativa. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 133-146, jan./jun. 2003.

ANGRIMANI Sobrinho, D. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

AZEVEDO, Sandra Raquew. Santos. **Mulheres em pauta**: gênero e violência na Agenda midiática. Editora Universitária UFPB: João Pessoa, 2011.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Corty, 2004.

BARBOSA, Gustavo. RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Editora Campus. 5ª edição. 2002

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução de Paulinho A. Guareschi.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa**: Uma Aventura Inacabada. Trad: Carlos Alberto Medeiros – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

\_\_\_\_\_. **Medo líquido**. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

\_\_\_\_\_. **Tempos líquidos**. Trad: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007.

BENETTI, Márcia. **Análise do discurso em jornalismo**: estudo de vozes e sentidos. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. (Org) Claudia Lago e Márcia Benetti. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERELSON, Bernard. **Content analysis in communication research**. Glence: Free Press, 1952

BIRD, S. Elizabeth.; DARDENNE, Robert. W. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha. *Medo e violência na cidade: imagens, discursos e sociabilidade nas praças de João Pessoa*. 2014. 445 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13843>> Acesso: Julho, 2015.

CAREGNAT, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v.15, n.4, dez 2006. p. 679-684 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 27 de novembro de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, Maria Claudia. **Rio de Janeiro, Sexta-feira Santa**. Notas para uma discussão sobre mídia, violência e alteridade. Revista Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 12, p. 75-97, jan/abr. 2004.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/socespetaculo.html>> Acesso: Setembro, 2013.

DUARTE, Jorge.; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Atlas, 2008.

ECKERT, Cornélia. **A cultura do medo e as tensões do viver a cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre**. 1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/download/9141/5251>> Acesso: Julho, 2015.

ENNE, Ana Lúcia Silva. **O sensacionalismo como processo cultural**. Eco-Pós (UFRJ), v. 10, p. 70-84, 2007.

FERNANDES, Mario Luiz. A proximidade como critério de noticiabilidade. In: **Critérios de noticiabilidade**. (Org.) Gislene Silva, Marcos Paulo Silva e Mário Luiz Fernandes. Florianópolis: Insular, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da Análise de Conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal: Parte Geral**. 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre noticiabilidade. *In: Critérios de noticiabilidade.* (Org.) Gislene Silva, Marcos Paulo Silva e Mário Luiz Fernandes. Florianópolis: Insular, 2014.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo:** por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer menos. Tradução de Laura Knapp. São Paulo: Francis, 2010

GUERRA, Josenildo Luiz. Uma discussão sobre o conceito de valor-notícia. *In: Critérios de noticiabilidade.* (Org.) Gislene Silva, Marcos Paulo Silva e Mário Luiz Fernandes. Florianópolis: Insular, 2014.

HALL, Stuart ET e AL. A produção social das notícias: o *mugging* nos media . *In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo: questões, teorias e histórias.* Lisboa: Veja, 1994.

HERSCOVITZ, Heloiza. G. Análise de conteúdo em jornalismo. *In: LAGO, Cláudia. e BENETTI, Márcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo.* Petrópolis: Vozes, 2007.

JENSEN, Tina Gudrun. **Discursos sobre as religiões afrobrasileiras:** da desafricanização para a reafricanização. In REVER – Revista de Estudos da Religião. Nº 01/2001. Disponível em <[www.pucsp/rever/rv012001/p.jensen.pdf](http://www.pucsp/rever/rv012001/p.jensen.pdf)> Acessado em: maio de 2017

KIENTZ, Albert. **Comunicação de Massa:** análise de conteúdo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Cultura da Violência e o medo do outro: observações sobre os medos, violência e juventude no Brasil. **Revista de Antropologia Experimental**, número 4. 2004. Disponível em <<http://www.ujaen.es/huesped/rae/articulos2004/kury022004.pdf>> Acesso: Setembro, 2013.

\_\_\_\_\_. **Medos Urbanos e mídia.** 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922011000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300003)> Acesso: Setembro, 2013.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodologia da Análise de conteúdo.** Barcelona: Paidós, 1990.

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde.** Geneva: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LONGHI, Naiara. **Sensacionalismo e Jornalismo Popular:** um estudo de caso. *In. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXVIII.* 2005, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública.** Petrópolis: Intervezes, 2008

- MACHADO, Marcia Benetti. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica.** Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/4251/4475>> Acesso: Julho de 2015.
- MADS, Lima. **Análise de conteúdo: estudo e aplicação.** Revista Logos, 1993;(1):53-8
- MAFFESOLI, Michel. **O imaginário é uma realidade.** Revista Famecos, Porto Alegre, n° 15, agosto, 2001.
- MCCOMBS, Maxwell. **A Teoria da Agenda.** A mídia e a opinião pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Impactos da violência na saúde.** Disponível em <[http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec\\_mulher/capacitacao\\_rede%20/modulo\\_2/205631-conceitos\\_teorias\\_tipologias\\_violencia.pdf](http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20/modulo_2/205631-conceitos_teorias_tipologias_violencia.pdf)> Acesso: março de 2016.
- MOREIRA, Fabiane Barbosa. Os valores-notícia em O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. In: **Crítérios de noticiabilidade.** (Org.) Gislene Silva, Marcos Paulo Silva e Mário Luiz Fernandes. Florianópolis: Insular, 2014.
- NASCIMENTO, Alessandra Amaral Soares. **Candomblé e Umbanda: Práticas religiosas da identidade negra no Brasil.** RBSE, 9 (27): 923 a 944. ISSN 1676-8965, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>> Acessado em: maio de 2017
- PASTANA, Débora Regina. **Cultura do medo, reflexões sobre violência criminal, controle social e cidadania no Brasil.** São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2003.
- PASTANA, Débora Regina. Cultura do medo e democracia: um paradoxo brasileiro. In: **Revista Medições Londrina**, v. 10, n. 2, pp.183-198, jul./dez. 2005. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2172>> Acesso: agosto, 2015.
- PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista.** São Paulo: Annablume, 2001.
- PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- PEREIRA, Wellington. A comunicação e a cultura no cotidiano. **Revista FAMECOS.** Porto Alegre. n° 32. abril de 2007. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3416/267>> Acesso: Julho, 2015.
- PINTO, Manuel. Artigo. **O problema do sensacionalismo.** Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=278voz005>> Acesso em: fevereiro de 2016.

SERRA, Antonio. **O desvio nosso de cada dia**: a representação do cotidiano num jornal popular. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. *In*: **Critérios de noticiabilidade**. (Org.) Gislene Silva, Marcos Paulo Silva e Mário Luiz Fernandes. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Marcos Paulo. Seleção noticiosa, critérios de noticiabilidade e valores-notícia. *In*: **Critérios de noticiabilidade**. (Org.) Gislene Silva, Marcos Paulo Silva e Mário Luiz Fernandes. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Aline Lemes; ECKERT, Ana Paula MARANGONI, Sheila. **O sensacionalismo no Jornal “Voz do Oeste”**. Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/0/0e/GT1-\\_IC-\\_002\\_-\\_O\\_sensacionalismo-varios.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/0/0e/GT1-_IC-_002_-_O_sensacionalismo-varios.pdf)> Acesso: fevereiro de 2015.

SOARES, Luiz Eduardo; BIL, MV; ATHAYDE. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Ed. Vozes, 1972.

SODRÉ, Muniz. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.

SPOSATI; Aldaíza (coord.); Ramos, Frederico; Koga, Dirce; Conserva, Marinalva; Silveira Jr., Constantino; Gambardella, Alice. **Topografia Social de João Pessoa**. Cedest/IEE/PUCSP. 2009.

TRAQUINA, N. **Jornalismo**: Questões, teorias e 'estórias'. Lisboa: Veja, 1999.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo – Volume II**. Florianópolis: Insular, 2013.

THOMPSON, J. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999

WAINBERG, Jacques Alkalai. Mídia e violência: a luta contra a desatenção e a sonolência das Massas. *In*: **A violência na sociedade contemporânea**. (Org.) Maria da Graça Blaya Almeida. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 161 f. Disponível em <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/violencia.pdf>> Acesso: Julho, 2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Mortes Matadas por Arma de Fogo. Brasília, 2015. Disponível em <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>> Acesso: Agosto, 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE ANÁLISE

<b>Formulário de análise</b>	
<b>1) Mês</b>	1) Maio 2) Junho 3) Julho 4) Agosto 5) Setembro 6) Outubro
<b>2) Semana</b>	1) 01 2) 02 3) 03 4) 04 5) 05
<b>3) Dia</b>	1) segunda-feira 2) terça-feira 3) quarta-feira 4) quinta-feira 5) sexta-feira
<b>4) Página</b>	1) 02 2) 03 3) 04 4) 05 5) 06
<b>5) Tipo de Ocorrência</b>	1) HOMICÍDIO 2) INFANTICÍDIO 3) INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO AO SUICÍDIO 4) ABORTO 5) LESÃO CORPORAL 6) ABANDONO DE INCAPAZ 7) OMISSÃO DE SOCORRO 8) MAUS TRATOS 9) FURTO 10) ROUBO 11) LATROCÍNIO 12) RECEPÇÃO 13) DANO 14) EXTORSÃO 15) EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO

	<ul style="list-style-type: none"> <li>16) USURPAÇÃO</li> <li>17) ESTELIONATO</li> <li>18) VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORIAL</li> <li>19) VIOLAÇÃO DE DIREITO DE MARCA</li> <li>20) ESTUPRO</li> <li>21) CORRUPÇÃO DE MENORES</li> <li>22) ATENTADO AO PUDOR</li> <li>23) ASSÉDIO SEXUAL</li> <li>24) FEMINICÍDIO</li> <li>25) ACIDENTE</li> <li>26) TRÁFICO DE DROGAS</li> <li>27) INFRAÇÃO NÃO VIOLENTA</li> <li>28) OUTRA</li> </ul>
<p><b>6) Cidade</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>1) JOÃO PESSOA</li> <li>2) CAMPINA GRANDE</li> <li>3) SOUSA</li> <li>4) SANTA RITA</li> <li>5) BAYEUX</li> <li>6) PATOS</li> <li>7) OUTRA</li> </ul>

**APENDICE II – DEFINIÇÃO DOS TIPOS DE OCORRÊNCIAS QUE COMPÕEM O FORMULÁRIO DE ANÁLISE CONFORME O CÓDIGO PENAL (EXCETO QUANDO ASSINALADO).**

<b>1) HOMICÍDIO</b>	Matar alguém.
<b>2) INFANTICÍDIO</b>	Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após.
<b>3) INDUZIMENTO, INSTIGAÇÃO AO SUICÍDIO</b>	Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça Induzir → Significa despertar, dar, criar a idéia na cabeça da vítima a qual ainda não possui. Ex: (A vítima conta seus problemas a um sujeito e ele sugere que dê fim a sua vida). Instigar → Significa reforçar, encorajar uma idéia já existente. Ex: (Sujeito em cima do prédio e, a multidão em baixo gritando pula, pula).
<b>4) ABORTO</b>	Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.
<b>5) LESÃO CORPORAL</b>	Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.
<b>6) ABANDONO DE INCAPAZ</b>	Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono.
<b>7) OMISSÃO DE SOCORRO</b>	Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública.
<b>8) MAUS TRATOS</b>	Consiste na exposição a perigo da vida ou da saúde de pessoa sob a autoridade, guarda ou vigilância do agente, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.
<b>9) FURTO</b>	Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel.
<b>10) ROUBO</b>	Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

<b>11) LATROCÍNIO</b>	Trata-se de roubo, qualificado pela consequência morte da vítima, sendo, portanto, um crime complexo (fusão de dois delitos: roubo e homicídio).
<b>12) RECEPÇÃO</b>	Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.
<b>13) DANO</b>	Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.
<b>14) EXTORSÃO</b>	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa.
<b>15) EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO</b>	Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate
<b>16) USURPAÇÃO</b>	Usurpar o exercício de função pública.
<b>17) ESTELIONATO</b>	Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.
<b>18) VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORIAL</b>	Violar direito autoral.
<b>19) VIOLAÇÃO DE DIREITO DE MARCA</b>	Violar direito de marca de indústria, comércio ou serviço.
<b>20) ESTUPRO</b>	constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.
<b>21) CORRUPÇÃO DE MENORES</b>	Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa menor de 18 (dezoito) anos, com ela praticando, infração penal ou induzindo-a a praticá-la.
<b>22) ATENTADO AO PUDOR</b>	Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal.
<b>23) ASSÉDIO SEXUAL</b>	Constranger alguém com intuito de levar vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente de sua forma de superior hierárquico, ou ascendência inerentes

	a exercício de emprego, cargo ou função.
<b>24) FEMINICÍDIO</b>	Homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.
<b>25) ACIDENTE*</b>	Casualidade ou fato não essencial. Acontecimento imprevisto. Acontecimento negativo inesperado, que provoca danos, prejuízos, feridos ou mortos.  "acidente", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <a href="https://www.priberam.pt/dlpo/acidente">https://www.priberam.pt/dlpo/acidente</a> [consultado em 20-05-2018].
<b>26) TRÁFICO DE DROGAS</b>	Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.
<b>27) INFRAÇÃO NÃO VIOLENTA*</b>	Infrações que não implicam necessariamente em crimes que causem danos a terceiros, a comunidade ou a coletividade.
<b>28) OUTRA*</b>	Quaisquer ocorrências que não seja possível classificar como as citadas acima.

## ANEXO – CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA POR BAIRROS EM 2015

SEDS 2015-2016		Estado da Paraíba Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social Assessoria de Ações Estratégicas Núcleo de Análise Criminal e Estatística											
CVLI no Município de João Pessoa por bairros em 2015													
Bairro	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Cristo Redentor	1	4	3	5	1	4	3	2	5	3	3	5	39
Mangabeira	3	4	2	2	3	4	3	4	3	3	4	3	38
Indústrias	2	4	0	1	3	3	1	2	4	4	2	0	26
Valentina	7	0	2	0	2	0	2	2	3	3	1	1	23
Mandacaru	5	1	0	2	2	0	0	4	3	1	3	1	22
Gramame	2	4	1	2	1	0	1	2	2	3	3	1	22
Varadouro	1	1	2	0	4	2	1	1	2	3	2	2	21
Orizzeiro	0	1	1	2	1	2	2	2	1	4	0	1	17
Alto do Céu	1	1	0	4	0	2	2	2	0	1	2	1	16
Cruz das Armas	2	1	1	1	1	0	2	4	0	1	2	1	16
Centro (JP)	0	1	0	1	2	2	1	3	1	2	0	1	14
Costa e Silva	0	0	2	1	1	4	2	1	1	1	0	1	14
Varjão	0	2	2	0	0	2	2	1	0	0	4	0	13
Alto do Mateus	1	1	4	1	1	1	2	1	1	0	0	0	13
Funcionários	0	1	2	1	0	0	1	1	1	2	2	0	11
Róger	0	2	1	0	2	1	0	1	2	0	1	0	10
Jaquaribe	0	1	1	3	0	0	2	1	0	0	1	1	10
Trincheiras	0	0	2	1	0	0	1	0	0	2	2	1	9
Grotão	1	0	0	0	0	1	1	1	0	3	0	1	8

Paraíba Unida pela Paz

SEDS 2015-2016		CVLI no Município de João Pessoa por bairros em 2015													
Bairro	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total		
Torre	0	0	0	0	1	1	2	0	2	0	1	0	7		
Paratibe	0	3	0	0	0	2	0	1	0	0	0	1	7		
José Américo	1	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	7		
Mumbaba	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	3	0	7		
Ilha do Bispo	0	1	1	2	1	0	1	1	0	0	0	0	7		
Jardim Veneza	0	0	0	1	1	0	1	0	2	0	1	0	6		
Muçumagro	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	6		
Emani Sátiro	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	6		
Treze de Maio	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	1	1	6		
João Paulo II	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	5		
Cuiá	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	2	5		
Costa do Sol	0	1	0	3	0	0	0	0	0	0	1	0	5		
Ipês	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	5		
Cabo Branco	0	0	2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	4		
Bancários	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	1	0	4		
Castelo Branco (JP)	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	4		
Padre Zé	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	4		
Ernesto Geisel	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	4		
Estados	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	3		
Tambauzinho	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3		
Água Fria	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3		
Bessa	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	2		
Portal do Sol	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2		
Manaira	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2		
Distrito Industrial	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	2		
São José (JP)	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2		
Aeroclube	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1		
Tambiá	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1		
Penha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1		

Vinicius César de Moura Santana – Cap PM  
Assessor de Análise e Estatística - NACE

Paraíba Unida pela Paz